Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica

Icléia Thiesen Magalhães Costa

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação (CNPq/IBICT, UFRJ/ECO), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação

Orientadores:

Prof[a]. Maria Nelida Gonzalez de Gomes
Doutora em Comunicação, UFRJ/ECO

Prof. Hilton Japiassu
Doutor em Filosofia, Université des Sciences Sociales, Grenoble, França

Rio de Janeiro
1997

BANCA EXAMINADORA

Prof[a]. Orientadora Maria Nelida Gonzalez de Gomez

Doutora em Comunicação

Prof. Orientador Hilton Ferreira Japiassu

Doutor em Filosofia

Prof[a]. Gilda Maria Braga

PhD em Ciência da Informação

Prof[a]. Heloisa Tardin Christovão

PhD em Ciência da Informação

Prof[a]. Ieda Tucherman

Doutora em Comunicação

Prof[a]. Katia Maria de Carvalho Silva

Doutora em Comunicação

Agradecimentos

. Agradeço aos meus orientadores, que acreditaram no meu trabalho e compreenderam minhas limitações.

. Ao amigo Auterives Maciel, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (UERJ), por ter despertado em mim, com suas aulas, a vontade de enfrentar os desafios conceituais.

. Ao Prof. Jean Robert Weisshaup, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, pelas conversas, esclarecimentos e contribuições a esta tese.

. À Ieda Tucherman, da Escola de Comunicação (UFRJ), por suas aulas sobre a questão do sujeito, mas também por seu estímulo à esta viagem ao país da incerteza e, especialmente, por sua amizade.

. À Heloisa Tardin Christovão, orientadora de minha dissertação, sempre presente em minha trajetória acadêmica e, em especial, por ter partilhado de minhas dificuldades pessoais, nos 10 anos de nossa amizade.

. À Gilda Braga, por seus ensinamentos, mas também pelo inestimável apoio acadêmico, face às questões pertinentes ao universo do conhecimento.

. À Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, companheira de muitas jornadas, por ter sabido conviver com minhas inquietudes e, especialmente, pelas oportunidades de trabalho partilhado.

. À Regina de Almeida Sá, sempre presente com seu apoio, nos momentos em que eu fraquejava.

. À Ana Maria Monteiro, por sua pronta colaboração, nos últimos momentos desta tese.

. Aos amigos do IBGE e da UNI-RIO, que souberam compreender minhas ausências, pelo apoio incondicional.

. À Maria José Wehling, do Centro de Ciências Humanas da UNI-RIO, e a todos os companheiros de trabalho, por sua presença amiga e pelo estímulo dado a esta pesquisa.

. À Lívia Thiesen Bastos, irmã de sangue e de luta, que acompanhou cada centímetro desta viagem, pelo apoio incondicional.

. Finalmente, aos professores e colegas do Curso de Doutorado em Ciências da Informação, a quem devo muitas das minhas conquistas.

“Não posso mais confiar em minha memória. Já há algum tempo surgem subitamente em minha imaginação cidades, corpos, coisas que penso conhecer muito bem, sem contudo saber em que situação concreta de minha vida encaixá-las. Percorro ruas que não pertencem à cidade da qual gostaria de lembrar-me; vejo a aldeia onde nasci circundada por uma portentosa cordilheira, imersa em luz escarlate; falo com pessoas cujo nome esqueci, em línguas que desconheço. Aflitivas projeções de uma imaginação enfraquecida pela idade, confusos encadeamentos, não mais sujeitos a qualquer cronologia. Palavras de línguas indígenas, rostos que, nem bem identificados, voltam a desaparecer, transformando-se em esboços. Uma confusão de limites e medidas. Por alguns momentos, minha memória perde toda consistência. Ela produz acontecimentos que vejo com grande nitidez, sem que eu seja capaz de vislumbrar a mim mesmo nessas cenas. Não apareço mais, extingui-me numa vida que - é de se supor - eu mesmo levei. Estranho governo da mente, inapreensível trabalho na obscuridade de um programa cibernético que parece funcionar sem mim. Às vezes, só me resta rir, quando o jogo de dados da minha fantasia coloca-me em situações que é absolutamente impossível que eu tenha vivido; vez por outra, mergulho num maravilhado espanto por, num lugar estranho, reconhecer detalhes motivadores de coisas que vivi e que, por sua vez, exerceram influência decisiva sobre acontecimentos posteriores de minha vida; a maior parte do tempo, porém, é-me penoso cambalear por essas regiões desconhecidas de minha existência. “

Michael Krüger

(A última página)

Dedico esta tese a uma instituição à qual estou ligada por laços de amor: à minha família. À meus pais, que me deram a oportunidade de vida; aos meus filhos - Eduardo, Juliana e Pedro, que a perpetuam; ao Renato, (re) nascido para mais vida!

SUMÁRIO

RESUMO

O objetivo da presente tese é o de conceituar *memória institucional.* Para tanto, problematizaremos a construção de conceitos como acontecimentos do pensamento e levaremos em conta as condições de possibilidade de sua emergência, à luz de um plano de imanência onde os elementos conceituais, ou personagens conceituais, entram e saem de cena, se singularizam, se unem e se bifurcam em horizontes que se movimentam. Os conceitos são criados como intensidades que se diferenciam, a partir de um corte no caos, entendido como uma reserva infinita de acontecimentos evanescentes e não como desordem. Aqui o conceito seria um fragmento do caos; parte de um virtual que se atualiza na esfera do pensamento. Essa imagem do pensamento difere do modelo clássico da representação, segundo o qual os conceitos são concebidos como (re)apresentação de algo dado, numa tríade em que o referente seria o objeto, a palavra o significante e o conceito o significado. O conceito seria então universal e, como tal, um decalque.

Nossa pesquisa partiu do pressuposto de que existem outras maneiras de olhar as instituições e sua memória, fora dos parâmetros de construção baseados na relação direta sujeito-objeto, mediadas por um conhecimento sedimentado nas estratificações da história. Nossa proposta é a de que precisamos levar em conta os aspectos instituintes e instituídos no processo de construção do conceito de memória institucional, para que possamos compreender as instituições como escolhas feitas no seio da sociedade, e não dadas de uma vez por todas. As instituições são artifícios criados pelo conjunto dos indivíduos; são respostas dadas a problemas engendrados pelos grupos sociais. Assim sendo, se quisermos mudar as instituições, devemos transformar os valores que estão por trás dessas escolhas. Só então poderemos falar de uma memória institucional susceptível de contemplar a produção de novas formas de subjetivação e de permitir-nos inventar outras maneiras de viver, sem o risco iminente da destruição e da intolerância, nas relações de alteridade. Na alteridade do indivíduo com o outro, mas também consigo mesmo.

ABSTRACT

The objective of the present thesis is to conceptualize institutional memory. To this end, we will question the construction of concepts as incidents of the past and will take into account the conditions making possible their emergence, in the light of a plan of immanence where the conceptual elements, or conceptual characters, enter and exit the stage, singularizing, uniting and bifurcating themselves on horizons in motion. The concepts are created as intensities that differentiate themselves, starting from a cut into chaos, understood here as an infinite reserve of fleeting occurrences, and not as disorder. Here, the concept would be a fragment of chaos, part of a virtual future brought up-to-date in the sphere of thought. This idea of thought differs from the classical model of representation, according to which the concepts are conceived as a (re)presentation of something, in a triad where the referent would be the object, the word the vehicle, and the concept the meaning. The concept would then be universal and, as such, an imprint.

Our research started with the assumption that there are other ways of looking at institutions and their memory, outside the construction parameters based on the object-subject direct relationship, mediated by a knowledge sedimented on history's stratifications. Our idea is that we must take into consideration the instituting or instituted aspects in the process of constructing the concept of institutional memory, in order to understand the institutions as choices made in the bosom of society, and not given once and for all. The institutions are artifices created by the whole assemblage of individuals; responses given to problems generated by social groups. Thus, if we want to change the institutions, we must transform the values behind those choices. Only then we will be able to talk about an institutional memory susceptible of contemplating the production of new forms of subjectification and allow ourselves to invent other ways of living, without the impending risk of destruction and intolerance in the relationship with the other. Of the individual with the other, but also with himself.

Introdução

A presente tese tem como objetivo conceituar *memória institucional*. Para tanto, problematizaremos a construção de conceitos fora do modelo da representação, segundo o qual os conceitos são concebidos como (re)apresentação de algo dado. Essa imagem do pensamento, que reflete o modelo arborescente, define-se numa tríade em que o referente seria o objeto, a palavra o significante e o conceito o significado. A vontade de buscar alternativas ao pensamento clássico da representação suscitou algumas escolhas que nos levarão a caminhar pela trilha metodológica, perseguindo respostas a um conjunto de problemas que norteiam esta pesquisa, anunciados no capítulo 1.

Entender o que vem a ser uma instituição será de fundamental importância para a descrição do conceito, objeto de nossa investigação. A literatura consultada apresenta inúmeras definições de instituição, mas como fenômeno dado, ou seja, como o instituído, razão pela qual procuraremos descrever, no capítulo 2, o processo de institucionalização das relações sociais, que poderá indicar de que maneira e sob quais condições uma instituição emerge no seio da sociedade. Desta forma, será possível analisar os aspectos instituintes que concorrem para que determinadas instituições tomem forma e aconteçam, especialmente no âmbito da formação histórica sob o modelo disciplinar, característico da era industrial.

É o momento de ressaltar que não analisaremos uma instituição específica. Decidimos verificar o funcionamento de várias instituições criadas e/ou transformadas no contexto do processo de industrialização. Isto porque entendemos que as instituições funcionam em conjunto, apesar das singularidades que venham a caracterizá-las como família, trabalho, hospital, Igreja, Estado, polícia, etc.

Nesse mesmo sentido tentaremos compreender o processo de institucionalização da Ciência da Informação, descrito no capítulo 3, com o intuito de verificarmos quais foram as condições que tornaram possível seu nascimento, no tempo e no espaço. Não analisaremos a trajetória histórica desta disciplina, o que comportaria outra tese, mas lançaremos sobre ela o mesmo olhar processual, a ser focalizado sobre outros saberes instituídos, na perspectiva do tempo. Segundo vários autores, trata-se de uma era pós-industrial, que tem como principal personagem a informação.

Esperamos demonstrar nesta tese que é possível olhar para a memória como uma invenção do homem, que não se restringe à repetição no presente de fenômenos acontecidos no passado. Nesse sentido, alguns pressupostos sobre o funcionamento do cérebro, derivados do pensamento científico do século XIX, serão colocados em discussão, na medida em que dizem respeito aos mecanismos da memória, em suas funções de lembrar e de esquecer. No capítulo 4, colocaremos, ainda, em questão o esquecimento que, em nossa sociedade, costuma ser apontado como patologia.

Levantaremos a hipótese de que à memória não se contrapõe o esquecimento que, na realidade, deve ser articulado com a lembrança. E mais: não existe esquecimento, tal como é entendido, não apenas pelo senso comum, mas pela literatura especializada. Procuraremos mostrar que o esquecimento é a perda, temporária ou definitiva, de procedimentos específicos que dizem respeito à técnica de recuperar informações categorizadas pelos indivíduos. O esquecimento é condição de possibilidade da lembrança. Há um processo seletivo em jogo. Resta saber, como esta seleção atua, não só no âmbito individual, mas no conjunto das instituições existentes na sociedade.

Para o alcance de nossos objetivos, tomaremos como apoio a literatura especializada, de várias áreas do conhecimento, estabelecendo uma colagem de idéias e conceitos extraídos de seus contextos originais, como uma espécie de reconstrução do pensamento.

1 Do mundo das formas à esfera do pensamento

As cores da minha palheta estão no meu coração, nos meus olhos e não nos objetos.

Iberê Camargo

Se tivéssemos que voltar na máquina do tempo, com o intuito de identificar a **instituição** primordial, é possível que chegássemos à chamada *desordem* originária do cosmos (*caosmos*), quando o universo se formou. Seria o *Big Bang*?[1] Algum outro evento cuja existência ainda hoje ignoramos? Não importa. Desde o início dos tempos é provável que a instituição já estivesse presente, mesmo que pairando acima e além das ciências e consciências porventura existentes. Pois, apesar de todos os significados que possa ter tido, ao longo da história do universo e da humanidade, sem sequer ter sido vista, pensada, dita ou escrita, a instituição é alguma coisa que paira[2] acima dos sentidos e das formas. Está sempre presente. Como quer que seja, criado ou incriado, é possível pensar o universo em termos geológicos, com suas estratificações, metáforas das instituições (formações institucionais) que se reproduzem em práticas sociais.

Nessa mesma linha de raciocínio encontramos, desde as origens, os primeiros sinais da memória. Se a instituição existe, a memória se plasma. É pregnante. Constitui marcas, rastros ou traços que contêm informação. Substâncias formadas. Em estado caótico ou virtual, a informação é sempre embrião: forma e contém informação.

---

[1] Apesar da polêmica existente em torno da teoria do *Big Bang* ainda é considerada para explicar o "começo" do mundo, na hipótese, é claro, de existir um começo. Segundo este postulado, o universo como um todo teria surgido há cerca de 15 bilhões de anos e o nosso sistema solar há 4 bilhões e meio. Tal datação pode variar de acordo com os diferentes modelos de universo e se apoia em três argumentos: "a expansão do universo, provada pelo movimento de fuga das galáxias, a descoberta do ruído-rádio do universo e, bem no começo, a formação de elementos químicos mais leves". (AUDOUZE, J.; CASSÉ, M.; CARRIÈRE, J.C. *Conversas sobre o invisível; especulações sobre o universo*. São Paulo: Brasiliense, 1991. 282p., p.109.

[2] Segundo os dicionários, enciclopédias e compêndios, *instituição* - de uma forma ampla - é o ato de instituir, fundar, estabelecer. Daí decorrem instituto, institucional, institucionalização, etc. As principais características das instituições são abordadas no capítulo 2.

Vistas através das lentes do tempo, as instituições refletem as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades[3] cultivam como maneiras de pensar: hábitos, usos, costumes, comportamentos, etc. Aquilo que instituem. Todo esse percurso nas esferas da vida social tem deixado vestígios das mais variadas ordens. Visíveis ou invisíveis, os produtos da experiência do homem em sociedade também constituem legados/memórias. Num processo de constante transformação, a memória pode ser estudada sob inúmeros aspectos.

Em nosso estudo, abordamos o tema da memória em vários contextos - desde a pré-história da filosofia, quando surge entre os mitos cosmogônicos de origem, como **palavra** e **verdade**, entre os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica, onde encontramos determinados traços que ainda hoje configuram os usos da memória; passando pelas sociedades sem Estado, ditas primitivas, onde a memória toma a forma de **lei** e se inscreve no **corpo** e, mais especificamente pelas sociedades industriais capitalistas, em suas relações com a história, com a sociologia, com a filosofia, com a informática, com a comunicação social, etc., sempre no intuito de chegarmos à questão-chave desta pesquisa - memória institucional.

Para investigar as relações entre memória e instituição, além de outros elementos que constituem os vetores desta construção, consideramos fundamental construir o conceito de ***memória institucional***. Para nós, tal constatação tornou-se um desafio, uma vez que, para descrever um fenômeno complexo, é preciso uma multiplicidade de conhecimentos nem sempre apreensíveis por um único pesquisador. Adentrar em especialidades de outras áreas do conhecimento inspira atenções redobradas e extrema seletividade no uso de ferramentas de trabalho e do espaço de interlocução. Por isso, a exigência transdisciplinar do presente estudo significa uma permanente batalha contra os obstáculos a serem vencidos, ao reunirmos conceitos de outras disciplinas que,

[3] Qualquer que seja o significado atribuído ao termo *instituição*, parece incontestável que onde existe sociedade a instituição está presente. Ver, por exemplo, BOBBIO, N. Poder/autoridade, in: Enciclopédia Einaudi, v.14, p.44; CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

embora pouco familiares, nos pareceram indispensáveis fontes de conhecimento acumulado de nosso tema.

Trata-se de um movimento ativo que procede por aliança com outros domínios, por um processo autônomo de interação e interseção, estabelecendo-se relações positivas com outras disciplinas. Nesse encontro com a diversidade de olhares, o que se dá é a busca de soluções próprias a partir de problemas semelhantes fixados por outras disciplinas. Nesse sentido, o que buscamos é um ponto de partida comum, mais que um lugar de chegada. Pois novos problemas emergem desses encontros.

Para pensarmos como se dá o fenômeno da memória, no contexto institucional, precisamos, preliminarmente, entender o que vem a ser uma instituição. Em nossa tese, as instituições são tomadas como formas fundamentais de saber-poder[4], que emergem no seio das sociedades e possuem duas faces simétricas: **lembrar** e **esquecer.** Pois a memória, como alvo político, passa por determinados discursos e está aliada aos critérios de verdade vigentes na sociedade. É preciso descrever essa *racionalização* presente nas instituições e observar como ela opera tanto no comportamento dos indivíduos como no conjunto das instituições que formam a sociedade. Pois as instituições retêm e esquecem, num processo de racionalização.

Uma instituição pode ser analisada em sua gênese, quando se constitui historicamente, para trazer à luz a articulação de seus discursos, de suas técnicas, como relações de saber que se dão em práticas sociais, a fim de que daí se extraiam as matrizes que tornaram possível sua emergência. Entendemos que o comportamento e a prática é que fazem as instituições e definem o caminho do processo de institucionalização. A prática institucional é um virtual se atualizando nas organizações. O processo de atualização da idéia instituição, de conteúdo virtual, é uma diferenciação que se dá num

[4] As relações entre o saber e o poder são abordadas neste estudo no sentido empregado por Michel Foucault, ao longo de sua obra: "Não podemos nos contentar em dizer que o poder tem necessidade de tal ou tal descoberta, desta ou daquela forma de saber, mas que exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza" (Sobre a Prisão. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993, p.141/2), ou ainda quando afirma que o poder "não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação (...) é acima de tudo uma relação de força." (Genealogia e poder. Op.cit., p.175). Não deve ser confundido com a **violência**, que age sobre os corpos. O poder é, para Foucault, um modo de ação sobre as ações do outro e pressupõe, por isso, a liberdade. Ver ___. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault - un parcours philosophique*. Paris: Gallimard, 1984. P.297-321)

campo problemático que é sua condição. A instituição emerge como criação, como resposta (atual) a determinado problema (virtual) engendrado no campo social.

Assim, a instituição se atualiza no interior da organização, para que possa desempenhar a sua principal característica: a de **reprodução**. As ações institucionais obedecem a padrões que se repetem em **hábitos** reproduzidos por economia de esforço. No entanto, o plano da instituição ultrapassa **o conjunto dos meios** que caracterizam as organizações.

Nesse sentido, é importante não identificarmos **organização** com **instituição**, para que não se confunda o conceito de **memória institucional** com o de **memória organizacional**, pois o último tende a tratar a informação-memória privilegiando o aspecto da **eficiência.** De nosso ponto de vista, memória institucional abrange a memória organizacional, mas não se limita a ela. São as relações de forças que determinam o plano institucional que, por sua vez, define a organização. A questão da instituição é a **legitimidade.** No objeto de nossa investigação, que é a descrição do conceito de memória institucional, insere-se um elemento hoje tão mitificado, endeusado e cultuado por tantos: a informação. Esta seria a matéria-prima das chamadas sociedades pós-modernas ou pós-industriais.[5] Nesse cenário cibernético-informático-informacional a informação científica e técnica é sinônimo de riqueza. A competição entre os países, segundo essa visão de mundo, se dá "em função da quantidade de informação técnico-científica que suas universidades e centros de pesquisa forem capazes de produzir, estocar e fazer circular como **mercadoria**.[6] Seria preciso então uma abordagem da dinâmica institucional frente às questões de informação nesse quadro histórico que, senão pós-moderno, é da nossa contemporaneidade.

---

[5] A expressão pós-modernidade, desenvolvida por Jean-François Lyotard se refere ao "estado da cultura após as transformações que afetaram as regras do jogo da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX". Situa as referidas transformações em relação à crise dos relatos, dos quais a ciência lançou mão para legitimar-se. Anunciando o fim das grandes narrativas, passa a questionar a validade das instituições sociais, que também precisariam legitimar-se. LYOTARD, J.F. *O Pós-moderno.* Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988. Segundo MIRANDA, em 1934 Arnold Toynbee, em *A Study of History*, refere-se à era pós-moderna e, no início dos anos 70 Daniel Bell aparece com seus estudos sobre a emergência da sociedade pós-industrial (In: MIRANDA, J.ªB. *A condição pós-moderna*. Apresentação. Lisboa: Gradiva, 1989, p.9)

[6] BARBOSA, W. do V. Tempos pós-modernos. In: LYOTARD, J.F. *O pós-moderno*. Op. Cit, p.XI-XII.

E para fazê-lo, seria preciso recuar no tempo, buscando a emergência das instituições sociais modernas. Fomos buscar na história[7] as raízes dessas instituições, seus ritmos diferenciais e seus aparentes pontos de mutação, seus dinamismos espaço-temporais (o que pressupunha a constituição de tempos de atualização e de diferenciação), quando se mostram mais visíveis. Nesse aspecto, utilizamos a literatura histórica, baseada em pesquisas com documentação primária, feitas por outros pesquisadores.

Procuramos evitar a postura ingênua da falsa familiaridade com o passado. Como bem colocado por Darnton[8], os riscos de lidar com a literatura se assemelham àqueles com os quais se depara o antropólogo quando trabalha com o informante nativo: "ele também se depara com áreas de **opacidade** e **silêncio**, e tem de elucidar a interpretação que faz o nativo do pensamento de outros nativos. A vegetação rasteira da mente pode ser tão impenetrável no campo quanto na biblioteca."

É importante ressaltar que a história das ciências e das sociedades é rica em exemplos de *esquecimento*, seja em sua vertente segregadora do outro, nas inúmeras formas de silêncio, repressão e exclusão, ou mesmo nas representações míticas que integram o universo mais amplo das práticas sociais. Toda época tem seu regime de verdade. Daí a necessidade de desnaturalizar os fenômenos sociais e a própria noção de memória, inúmeras vezes entendida como mera volta ao passado, num movimento de resgate daquilo que ficou retido do passado no presente: heranças, persistências, legados. Trata-se então de colocar entre parênteses aquilo que em geral a sociedade toma como natural - a organização social que tem a família e a propriedade como alicerces, a própria noção de memória, as demais instituições que ocupam o campo social - problematizando tais noções, a fim de que possamos entender e revelar os mecanismos subjacentes às tramas sociais.

---

[7] Segundo GIDDENS, [a], "A história "começa" com culturas pequenas, isoladas, de caçadores e coletores, se movimenta através do desenvolvimento de comunidades agrícolas e pastoris e daí para a formação de estados agrários, culminando na emergência de sociedades modernas no Ocidente." (*As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991, p.15)

[8] DARNTON, R. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa* . Apresentação. Rio de Janeiro: Graal, 1986. P. XIV.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o fenômeno da memória, no quadro das instituições tem características especiais, razão pela qual buscamos identificar o processo de institucionalização das práticas sociais, os mecanismos de controle social engendrados nesse processo, bem como as mudanças que vêm ocorrendo no contexto das sociedades industriais capitalistas. Pois o fato de haver permanente reprodução das práticas institucionais, transmitidas de geração para geração sob o manto da legitimidade, não significa que as instituições excluam a mudança.

Através de um olhar distanciado dos acontecimentos, olhar mediatizado pelo tempo que passa, exploramos as tendências ocultas confinadas no passado, que se impõem ao presente pela força do próprio tempo. A memória institucional parece invadir as fronteiras do quadro temporal, para suscitar questões do vivido ao que ainda não se viveu. A história vem sendo reescrita ao longo do tempo por força das *vozes do passado* que insistem em emergir do silêncio. No Brasil vemos hoje o debate público em torno dos desaparecidos na época da chamada Ditadura Militar. Com a censura aplicada aos meios de comunicação oficiais e extra-oficiais, o funcionamento das instituições naquele período escondeu toda uma série de acontecimentos políticos que hoje circulam nos mesmos meios de comunicação agora livres do controle ditatorial.

É assim que arquivos até então inacessíveis aos pesquisadores são abertos paulatinamente, a duras penas, num jogo de pressão entre as forças, à comunidade usuária, sejam os familiares dos desaparecidos no período em questão, sejam os representantes do Grupo Tortura Nunca Mais, e outros. De lado a lado, as versões são apresentadas, avaliadas e revistas pelas mesmas instituições agora em processo de democratização que tem como meta o debate livre. Se a abertura dos referidos arquivos ainda não se deu de forma completa e transparente, ao menos já é possível o acesso à informação sobre as informações até então vedadas à sociedade brasileira e aos grupos de pressão internacionais. Fato impensável há 20 anos atrás.

Da mesma forma, da Alemanha para o mundo ainda hoje afloram as feridas do nazismo, cujas cicatrizes são reabertas a cada tentativa de apagar e/ou maquiar o passado. Todo um conjunto de alianças, acordos, encontros, trocas de favores, concessões, por fraqueza ou interesses pessoais, feitas à época e omitidas durante décadas se revelam ao mundo até hoje. Arquivos, documentos, e especialmente depoimentos trazem à luz o que se manteve tanto tempo na sombra.

Até mesmo a Suíça, país considerado modelo de equilíbrio político e social, educado, rico e neutro, tem sua imagem de mito paradisíaco transformada diante dos fatos que ora se desvelam aos olhos da nação e do mundo. Os livros escolares sempre nos ensinaram que este país - pequeno paraíso da Europa - manteve-se gloriosamente neutro durante os embates da II Guerra Mundial. Recentemente os suíços descobriram que havia uma outra verdade escondida de si e do mundo, que perdurou durante cinqüenta anos: o país colaborou com os alemães. A verdade é dependente do tempo. Os dirigentes não apenas enviaram somas colossais à Alemanha, como barraram inúmeros judeus em suas fronteiras, que foram posteriormente executados pela Gestapo. Entre ver o país invadido pelos nazistas e ceder às pressões de Hitler, os dirigentes suíços ficaram com a segunda opção. Depois de meio século, os fantasmas do passado saem das sombras e a história uma vez mais se reescreve à luz de depoimentos, de documentos agora recuperados para pesquisa.

A memória institucional é um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas. O instituído e o instituinte - as duas faces da instituição - fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais. Inúmeros outros exemplos poderiam ilustrar esse jogo. No entanto, nos limitaremos a indicá-los durante o desenvolvimento da pesquisa, para que não percamos a sua especificidade.

Situamos este estudo na esfera da Ciência da Informação, um saber que emergiu em meados deste século, atendendo a determinados interesses que se tornaram visíveis

após a Segunda Guerra Mundial.[9] No entanto, sua história, suas idas e vindas são tratadas apenas de forma pontual no âmbito deste estudo, limitando-nos às relações entre fatos que podem explicar sua constituição - ciência ou disciplina - como área de conhecimento.

Compreender a emergência de um saber dessa ordem nos pareceu imprescindível, no momento em que somos compelidos a adentrar em infovias e novas formas de economia globalizada, o que poderia lançar luz sobre um terreno ainda árido - trata-se de uma área extremamente híbrida - que tem como objeto de investigação os fenômenos de informação. Tal objeto, como se sabe, não se restringe a uma única disciplina, mas perpassa todos os saberes existentes, razão pela qual se fala em *metainformação*[10].

No entanto, quaisquer que sejam as definições de informação ou mesmo de Ciência da Informação, parece que o maior desafio desse saber dito emergente (pela sua tenra idade) permanece sendo o ***acesso*** à informação contida nas mais diferentes superfícies de inscrição. Trata-se primordialmente de organizar o conhecimento com

---

[9] Já na década de 1930 enormes dificuldades na recuperação de informações relevantes "perdidas" em sistemas de informação, como bibliotecas e arquivos, suscitavam a busca de soluções que pudessem dar conta do chamado caos documentário. Segundo SERRES, Vannevar Bush, matemático e físico americano, um dos principais responsáveis pelo Projeto Manhattan, ligado a várias instituições de pesquisa americanas, especialmente o MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusets), preocupado com a enorme perda de informação útil e decisiva inventa um dispositivo técnico imaginado desde a década de 30, denominado MEMEX (MEMory Extender), concebido a partir de tecnologias de ponta disponíveis na época, ou seja, os microfilmes e as técnicas de fotografia a seco. Bush atribuía as dificuldades de acesso à informação à artificialidade dos sistemas de indexação. Em suas palavras: "... Quando os dados, quaisquer que sejam, são estocados, eles são indexados de maneira alfabética ou numérica. Encontra-se a informação buscando ficha por ficha. A menos que se duplique [essas fichas], a informação só pode ser estocada num único ponto. (...) Ora, o espírito humano não funciona assim. Ele opera por associações". Seu artigo *As we may think* , publicado no final da década de 40, lança as bases não apenas para a prefiguração da Ciência da Informação, mas dos princípios da inteligência artificial e do próprio hipertexto, este último a ser implementado muitas décadas depois. (Ver SERRES, A Hypertexte: une histoire a revisiter. *Documentaliste - Sciences de L'information*, v.32, n.2, 1995.)

[10] Cf. VARRET, G. *Pour une science de l'information comme discipline rigouresse*. Paris: Les Belles Lettres, 1987. Há uma série de estudos seminais que apresentam definições de informação, numa tentativa de demarcar o campo de atuação da Ciência da Informação, entre os quais se destacam: FARRADANE, J. The nature of information. Journal of Information Science, v.1, n.1, 1979, p.13-17; BELKIN, N.J.; ROBERTSON, S.E. Information Science and the phenomena of interest to information science. The information Scientist, 9, 1975, p.127-140; WELLISH, H.. From information science to informatics; a terminological investigation. *J.Librarianship*, v.4, n.3, 1972.p.156-187.

vistas à transferência de informação para as comunidades usuárias. Isso nos remeteria de saída para a representação da informação.

Procuramos investigar as relações entre informação, tempo (memória) e instituição, sob a ótica da Ciência da Informação, para daí extrairmos possíveis respostas a algumas inquietações. À primeira vista, bastaria que juntássemos alguns elementos conceituais dentro de um quadro de referências, à luz de algumas teorias e, a partir daí, teríamos o conceito pronto e acabado. No entanto, quanto mais exploramos os meandros e as dobras da tecitura do conhecimento, mais esbarramos na sua relatividade.

Quando relacionamos memória (informação) com instituição a situação se complica. Se as instituições são aqui entendidas e analisadas como formas de saber-poder, também constituem informação (memória), que fazem circular como essenciais à sua **reprodução**. Resta saber quais informações (memórias) dizem respeito às instituições. Certamente há uma **seleção** em jogo. É preciso então conhecer das instituições suas regras e seu funcionamento, seus critérios e suas normas. Haveria outras maneiras de analisar a memória institucional fora do universo representativo? Nesse caso, como seriam tratadas as questões voltadas para a **representação da informação**, tão caras à Ciência da Informação?

Entendemos que a descrição do conceito de memória institucional pode vir a contribuir para o enriquecimento das pesquisas em andamento na área, voltadas não apenas para a valorização de saberes locais, descontínuos e deslegitimados pelas instâncias teóricas da própria ciência, mas também para a identificação dos saberes anulados, dominados e excluídos pela ciência instituída, por essa razão ausentes dos sistemas de informação da ciência. Esta ausência, caracterizando uma seleção negativa, acaba por conjurar os referidos saberes a instâncias de *esquecimento*, desarticulação e até mesmo apagamento. Esta poderia ser uma avenida a ser aberta pela Ciência da Informação, a ser incorporada em seus fundamentos teóricos e metodológicos, para além da informação científica e tecnológica.

Não tivemos a pretensão de resolver nenhum dos problemas já mencionados, senão de abordá-los e discutí-los nos limites e possibilidades desta pesquisa. Buscamos na literatura subsídios que nos permitiram clarear determinados aspectos sobre a construção de conceitos, bem como os fenômenos da memória para, mais adiante, enfocarmos suas características junto às instituições.

Nesse sentido, lançamos mão da literatura de filosofia, com o intuito de encontrar apoio metodológico para o manejo de **conceitos**, seu objeto de estudo, segundo alguns autores contemporâneos, em especial Gilles Deleuze e Felix Guattari. Em sua obra *O que é filosofia*?[11] fazem uma crítica ao pensamento filosófico da representação, com o intuito de comparar as diversas formas pelas quais os conceitos vêm sendo abordados ao longo da História da Filosofia, pelos mais diferentes pensadores. Segundo a maioria desses filósofos, os conceitos visariam entender, descrever e representar o real.

Os conceitos, concepções, idéias nascem e sofrem mutações no tempo e no espaço. São, por essa razão, filhos do tempo. O mal, por exemplo, diferentemente de toda conotação negativa, promotora de culpas, castigos e recompensas, tão bem explorados pelas mais diversas religiões e instituições religiosas correlatas, nem sempre teve o mesmo sentido ao longo do tempo. E nem poderia, pois todo e qualquer conceito muda, migra, devém. É preciso conhecer as condições de possibilidade dos valores que emergem nas sociedades e interrogá-los. Segundo Nietzsche, "atribuía-se ao **bem** um valor superior ao valor do **mal**, ao valor do progresso, da utilidade, do desenvolvimento humano. E por que? Não poderia ser o contrário?" Não poderíamos pensar que tais idéias estariam forjando e instituindo um tipo de homem ideal para o século XIX?

[11] DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é filosofia*? Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. Os autores - parceiros de trabalho durante longos anos - apresentam nessa obra de velhice, com "uma soberana liberdade"(p.9) a mais alta expressão de seus pensamentos e definem a filosofia como " arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos". Combatem a chamada filosofia da representação, que trabalha por analogia e negação, excluindo o pensamento da diferença. Fazem uma análise do movimento do pensamento não apenas na filosofia, mas também nas instâncias da ciência e da arte.

Sabe-se que a **linguagem** é uma instituição e, como tal, tem o sentido da **palavra de ordem**[12]. Muitas vezes é um sistema de comando e não um meio de informação. As instituições, no sentido que aqui abordamos, formalizam e reproduzem as relações saber-poder. No século XIX, por força das idéias darwinistas - no terreno das ciências naturais e da fisiologia - **mau,** impuro, é o plebeu, o homem simples, contrariamente ao bom, puro, distinto, homem de origem nobre. Nietzsche denunciou esses (pre) conceitos levantando a questão: "a que moral querem conduzir-nos"?[13] É preciso buscar as intenções que dão origem aos valores embutidos nos conceitos criados ao longo da história. Qual a vontade de verdade subjacente a um determinado conceito?

Cerca de duzentos anos antes, Espinoza[14] já apontava os personagens que dão corpo às paixões tristes: o escravo, o tirano e o sacerdote. Denunciou as noções de **bem** (idéia adequada imanente à vida) e de **mal** (leis e paixões que separam a vida daquilo que ela pode) no campo da potência dos afetos, das afecções, das paixões alegres e tristes. Para ele a vida é envenenada pelas noções de bem e de mal e a ética deve ser um exercício, pois pertence ao terreno das ações. Para Espinoza a moral compromete a concepção da lei que funciona como limite de potência, ao invés de ser uma regra de desenvolvimento. Já a ética dos encontros, em sua potência de ação, é criadora de idéias adequadas, e não sabemos o que pode um corpo se não houver experimentação. Segundo

---

[12] Ver, nesse sentido, DETIENNE, M. *Os mestres da verdade na Grécia Arcaica* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. 148p.; LORAUX, N. *A invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: Ed 34, 1994.445p. DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Os postulados da linguística. In: ___ *Mil platôs; capitalismo e esquizofrenia*. V.2. Rio de Janeiro: Ed 34, 1995. 112p. BERGER, P.L.; BERGER, B. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M.M.; MARTINS, J. de S. (orgs) Sociologia e sociedade; leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro, São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1983. "Diremos mesmo que muito provavelmente a linguagem é *a* instituição fundamental da sociedade, além de ser a primeira instituição inserida na biografia do indivíduo". (p.193) Ver também POPPER, K. Epistemologia sem um sujeito conhecedor. In: ___. Conhecimento objetivo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

[13] NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro*. São Paulo: Hemus, 1981. 251p. p.24. Ver também NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral; um escrito polêmico*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 206p. p.24

[14] O filósofo Baruch Espinoza (1632-1677) desenvolveu idéias pouco ortodoxas para a sua época. É excomungado pelas autoridades judaicas, vindo a sofrer discriminações de católicos, calvinistas e de filósofos. Para um estudo de suas idéias de bem e de mal ver ÉTICA e TRATADO TEOLÓGICO-POLÍTICO. As idéias de Nietzsche e de Espinoza são estudadas por Deleuze em várias de suas obras. Ver sobre o primeiro *Nietzsche e a Filosofia*. Porto: Rés, s.d. e *Nietzsche*. Lisboa: Edições 70, s.d. Sobre Espinoza escreveu *Espinoza e os signos*. Porto: Rés, s.d. Nesta obra Deleuze propõe uma retomada do estoicismo e uma tipologia dos modos de existência imanentes e não transcendentes.

Deleuze[15], “o mais grave erro da teologia consiste em ter desconsiderado e ocultado a diferença entre obedecer e conhecer, em nos fazer tomar os princípios de obediência por modelos de conhecimento”. É que quando não compreendemos uma verdade divina e eterna, passamos a interpretá-la como imperativo, acrescenta.

Aqui começamos a demarcar as linhas teóricas desta pesquisa, estabelecendo as fronteiras com as quais trabalhamos nossos conceitos. Estabelecemos, desde o início de nossos estudos[16], os caminhos que abririam possibilidades ao tratamento de conceitos, entre vários pensadores que sobre o tema se debruçaram, mesmo quando o fizeram sem explicitar, para que pudéssemos extrair de suas obras as linhas para o trajeto de nossa construção conceitual.

Quais seriam essas linhas? A palavra-chave é **representação**. Re-apresentação do real, ou o real presente uma segunda vez. É com Aristóteles[17] que se funda, na História da Filosofia, o método de representar o real, estabelecendo a **lógica da representação**[18]. Segundo esse entendimento, os conceitos são concebidos enquanto reapresentações de algo dado. O real, para Aristóteles é tudo aquilo que se apresenta como matéria e forma, constituído por uma multiplicidade de indivíduos (substâncias) e apreendido através dos cinco sentidos. A partir das relações entre ser, pensamento e

---

[15] DELEUZE, G. *Spinoza: filosofia practica*. Barcelona: Tusquets Editores, 1984. P.139

[16] A idéia do presente estudo surgiu a partir da dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação concluída em 1992, com um estudo exploratório-metodológico sobre a “Memória Institucional do IBGE”. A experiência do mestrado apontou para a premência de estudarmos filosofia, para melhor entendimento das questões conceituais, razão pela qual frequentamos o *Grupo de Estudos de Filosofia para não-filósofos*, sob a direção do filósofo e Prof. Auterives Maciel, do Departamento de Filosofia da UERJ, com quem estudamos, desde 1993. Sem tais estudos esta pesquisa certamente teria sido outra.

[17] DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 499p. p.211

[18] Não é por outra razão que tem sido impossível aos estudiosos das questões conceituais, desde os próprios filósofos até os teóricos da organização do conhecimento, ignorar a obra de Aristóteles quando se debruçam sobre a literatura de filosofia, seja para concordar, criticar ou negar seus fundamentos. Como obra introdutória e de referência para estudar o pensamento aristotélico, ver ROSS, David. *Aristóteles*. Lisboa: Dom Quixote, 1987. 306p. Para um estudo mais aprofundado, ver AUBENQUE, P. *El problema del ser en Aristóteles*. Madrid: Taurus Ediciones, 1984. 532p.

linguagem, cada qual desempenhando uma função, os conceitos nada mais seriam que **representações inteligíveis**[19].

É nas relações entre essência e aparência que se pode explicar a contribuição de Aristóteles para a filosofia. Contra a teoria dos dois mundos de seu mestre Platão, o empirismo aristotélico visa organizar o discurso e torná-lo unívoco, para que seja experimentado e praticado de forma inteligível, clara e convincente, sem ambigüidades. O filósofo aristotélico deve aprender a formalizar o discurso, demonstrar a cada instante a sua validade perante o cidadão, distinguindo a essência da aparência: "a essência é, em uma realidade sensível qualquer, aquilo que é permanente, que não muda, que subsiste, quaisquer que sejam os acidentes"[20].

Aristóteles distingue conceitos com graus de universalidade variáveis: os **gêneros** compreenderiam uma multiplicidade de espécies e as **espécies** um multiplicidade de indivíduos. Nesse sentido, o referente seria o objeto, o conceito seria o significado e a palavra seria o significante. Este esquema representativo é do tipo arborescente: no topo da árvore estariam os gêneros supremos, que seriam gêneros dos gêneros, e na base os indivíduos.

Assim, se temos instituição como gênero, enquanto universal, a noção de instituição subsume no real uma multiplicidade de instituições existentes. Desse modo, deveríamos reter do conceito apenas as características gerais que se aplicariam a todas as instituições em foco. No entanto, optamos por outras abordagens da questão conceitual.

[19] O intelecto abstrairia das representações sensíveis (substâncias sensíveis, na linguagem aristotélica) tudo aquilo que difere, todas as características individuais, ficando apenas com as semelhanças, ou seja, com as generalidades. Os conceitos seriam, portanto, universais. A partir do grau de semelhança, a razão produz conceitos que subsumam a semelhança entre determinados fantasmas sensíveis, apreendidos através da sensibilidade e reproduzidos por intermédio da imaginação e da memória. Os fantasmas sensíveis seriam individuais e os fantasmas inteligíveis, universais. Num processo de abstração, o intelecto retém das imagens associadas as semelhanças, descartando os caracteres individuais. Esse processo de conceituação aristotélico é já uma generalização do particular da imagem ao geral do conceito.

[20] CHÂTELET, F. *Uma história da razão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. P.45.

Entendemos, com Deleuze, que o universal não explica nada. Antes deve ser explicado[21]. As definições generalizadas e explanatórias não dão conta das singularidades que distinguem as idéias. Sabemos que as idéias são frutos de épocas e atendem a determinados interesses. Quais seriam os interesses subjacentes às categorias aristotélicas?

O projeto de Aristóteles é político. Segundo Châtelet[22], visava tanto quanto Platão salvar a cidade grega em desordem, mas por caminhos diversos. Na cidade ideal de Platão o filósofo decide pelos demais cidadãos, pois detém a competência específica. Aristóteles pensa a filosofia para uso de todos os cidadãos. A palavra deve dizer a verdade. O discurso deve ser unívoco. Na democracia grega quem domina a palavra, domina a cidade. Pois é nas assembléias que se decide o destino dos cidadãos.

Representar é classificar. E a classificação é um exercício de poder. Não podemos ter a ilusão da neutralidade. "Estabelecer categorias e policiá-las é, portanto, um assunto sério. Um filósofo que tentasse remarcar as fronteiras do mundo do conhecimento mexeria com o tabu. Mesmo se mantivesse distância dos assuntos sagrados, não poderia evitar o perigo; o conhecimento é, por sua natureza, ambíguo. Como os répteis e os ratos, pode escorregar de uma categoria para outra."

Muitos séculos depois de Aristóteles, a história se repete na Época das Luzes, na França. Darnton[23] analisa a tarefa classificatória, às vésperas do Iluminismo e mostra a

---

[21] DELEUZE, G. Qu'est-ce qu'un dispositif? In: Michel Foucault Philosophe. Rencontre Internationale. Paris, 9, 10, 11 janvier, 1988. Seuil, p.188.

[22] CHÂTELET, F. Op. Cit, p. 49.

[23] DARNTON, R. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da Encyclopedie. In: ___. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa* , op.cit., p.250. "Longe de ser um compêndio neutro de informações, portanto, a Summa modelava o conhecimento de tal maneira que o tirava do clero e colocava-o nas mãos de intelectuais comprometidos com o Iluminismo. O triunfo final desta estratégia veio com a secularização da educação e o surgimento das modernas disciplinas escolares, durante o século XIX. Mas o combate mais importante ocorreu na década de 1750, quando os enciclopedistas reconheceram que conhecimento era poder e, mapeando o universo do saber, partiram para sua conquista." O autor aborda na mesma coletânea a história dos contos infantis que circularam na França durante o Antigo Regime, que pretendiam divertir os adultos e "educar" as crianças. Assim, "Chapeuzinho Vermelho", "Gato de Botas", "Pequeno Polegar", "Cinderela", mudavam de significado segundo os narradores, as épocas e os lugares, preservando, no entanto, até hoje alguns de seus traços. Mas, na origem, refletiam a cultura do lugar e da época em que circulavam como narrativas. Mostra também como Perrault, mestre dos contos de fadas, *retocou* os contos que ouvia dos camponeses, possivelmente através das criadas e amas-de-leite de seus filhos, para atender ao gosto das gentes dos salões. Ver: Histórias que os camponeses contam: o significado de mamãe ganso. Op.cit., p.21

estratégia epistemológica da Enciclopédia e como, de forma sutil, Diderot e D'Alembert utilizaram o diagrama do conhecimento de Bacon e de outros pensadores para legitimar a figura dos filósofos, identificando-os com a suprema categoria de ***gens des lettres***, o homem das letras comprometido com o Iluminismo. Traçando novas linhas entre o conhecido e o desconhecido, construíam uma **árvore do conhecimento** que crescia como um todo orgânico em vários ramos. Classificar é representar. E representar é uma escolha. É, portanto, um ato político e como tal deve ser analisado.

E, nesse processo seletivo, chave para a compreensão dos mecanismos da memória institucional, em seu movimento de lembrar e esquecer, como dar conta dos **silêncios** que se subtraem aos signos e aos sentidos da linguagem (ausências)? Ao arbitrarmos entre isso e aquilo, na atribuição de significado aos discursos e aos saberes (presenças) estaríamos forjando realidades?

Pensadores como Deleuze [24]e Guattari [25]combatem aquilo que denominam ***pen***

samento arborescente[26], e dedicam boa parte de sua obra a quebrar o esquema representativo. Em contraposição , apresentam o processo de conceituação para o qual propõem não mais a figura da ***árvore***, mas do ***rizoma***[27], não mais a hegemonia do significante, mas a criação de conceitos que seriam ***acontecimentos caóticos***. Conceitos que seriam fragmentos do caos. **Caos** que não significa desordem, mas sim virtual puro,

---

[24] DELEUZE, G. *Diferença e repetição*, op. Cit.: "A repetição não é generalidade". Com esta frase o autor abre sua obra. Para ele a repetição é sempre do singular, enquanto a generalidade é de um particular. No primeiro caso seria necessário uma análise formal que desprezaria as diferenças para reter as semelhanças. Na segunda abordagem, as diferenças seriam pensadas como singularidades que se repetem em várias instâncias.

[25] DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é filosofia? Op.cit., 1992; ___. Mil platôs; capitalismo e esquizofrenia. Embora existam muitos outros estudiosos que se dedicaram à tarefa de pensar conceitos, limitamos nosso estudo a alguns deles, que são citados ao longo da escrita.

[26] A expressão se refere à Árvore de Porfírio, filósofo grego, discípulo de Plotino. Em sua *Isagogé* representou em forma de árvore a hierarquização dos conceitos proposta por Aristóteles. Ver: ECO, U. El antiporfírio. In: VATTIMO, G.; ROVATTI, P.ª (eds.) *O pensamento débil*. Madrid: Cátedra, 1988, p.87.

[27] "Oposto à árvore, o rizoma não é objeto de reprodução: nem reprodução externa como árvore-imagem, nem reprodução interna como estrutura-árvore. O rizoma é uma antigenealogia (...) O rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga". DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs, op. Cit., p. 32.

uma reserva infinita de acontecimentos evanescentes: "O virtual não mais é a virtualidade caótica, mas a virtualidade tornada consistente, entidade que se forma sobre um ***plano de imanência*** que corta o caos, num movimento de *crivagem* do caos. O plano de imanência é povoado por multiplicidades, onde se dá a produção do novo. É o que se chama **Acontecimento,** ou a parte do que escapa à sua própria atualização em tudo o que acontece."[28] Um mapa e não um decalque. O conceito não pode ser aprisionado como significante, pois ele é um operador do pensamento.

Deleuze & Guattari definem para todo conceito um *planômeno,* ou *plano de imanência* que funciona como terra e horizonte fractal para o conceito, que é puro movimento a se conectar com outros movimentos. Daí o rizoma em contraposição à árvore. Os autores apontam para um universo conceitual que nada tem a ver com ***totalização***, pois os conceitos são sempre parciais. Não há conceito de conceito, único e universal. O que há é um processo de caotização. E a construção conceitual aponta para o movimento (pensamento rizomático) e não para a forma (pensamento arborescente).

E foi exatamente nesse sentido do conceito como acontecimento que procuramos analisar a emergência de algumas instituições, em sua irrupção histórica, com o objetivo de extrair desse processo características comuns e incomuns, modos de funcionamento e comunicação nas redes produtoras de saber-poder. Analisamos a instituição como **acontecimento**[29], como singularidades que se repetem em diversas instâncias - família, escola, trabalho, prisão, fábrica - e que se instituem dentro de determinadas condições sócio-históricas. Assim sendo, existem diferenças entre família e escola, mas se ambas são instituições podemos pensar sua singularidade institucional.

Vejamos, por exemplo, o conceito de trabalho, na medida em que se institucionaliza. O conceito de **trabalho (social)**, segundo Lefebvre, aparece na Europa

---

[28] DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é filosofia*? Op.cit, p.153 e 202

[29] "Um acontecimento destaca-se sobre o fundo da uniformidade; é uma diferença, uma coisa que não podemos conhecer *a priori*: a história é filha da memória". VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1987. p.

em fins do século XVIII, ligado a uma disciplina emergente: a economia política, que atinge *status* autônomo, tendo como fundador Adam Smith. Algumas condições tornaram possível a formação desse saber: "mercado nacional e mundial, produção para o mercado, divisão e complementaridade aproximada dos trabalhos produtivos, atividades e produtos"[30].

Hegel reflete sobre a idéia de progresso intelectual e material, herdada do Iluminismo, confrontando filosofia e história, para analisar o devir histórico da humanidade. Para ele o homem é aquilo que a humanidade inteira se tornou, no curso necessário de seu destino[31]. O **trabalho** e a **necessidade** estariam imbricados como dois subsistemas sociais. Esta racionalidade é criticada por Marx, como "*representação* tendenciosa e como apologia do existente". Lefebvre indica os pontos analisados por Marx, que foram desapercebidos por Hegel: "a especificidade da indústria e do trabalho industrial (novo a respeito da agricultura e do artesanato), aparecimento correlativo dos conceitos de produção e de produto, de mercadoria e de intercâmbio, sem omitir a formação de uma classe ignorada por Hegel, a classe trabalhadora (proletariado)"[32]. Ampliando seu estudo sobre o trabalho industrial, Marx observa que inúmeras representações foram suscitadas com o objetivo de estabelecer as atividades produtoras como tarefas inferiores para a maioria da sociedade.

Ora, a noção originária do latim *tripalium,*[33] instrumento de tortura, designa uma atividade penosa e obrigatória, punição e maldição, na dupla tradição grega e cristã. O sistema hegeliano vai buscar suas raízes na história da humanidade. Hegel vai mostrar que o trabalho é o meio através do qual o homem constrói a história e alcança a liberdade. Entre as representações que faziam do trabalho o destino de uma classe está o trabalho como castigo. Segundo Lefebvre, a contrapartida do conceito emerge ao mesmo tempo: a representação quantitativa do trabalho: "A medição do trabalho não é o

---

[30] LEFEBVRE, H. El concepto de representación. In: ___. *La presencia y la ausencia; contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Economica, 1983. P.32

[31] CHÂTELET, F. *Uma história da razão*, op.cit., p.106-122.

[32] LEFEBVRE, H. Op.cit, p.33.

[33] DUROZOI, G.; ROUSSEL, *Dicionário de Filosofia*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993. P.472

trabalho, do mesmo modo que medição do tempo não é o tempo. Há, pois, representação, porém o relógio, objeto material, é seu meio e seu suporte."[34]

A sociedade industrial traz consigo uma nova racionalidade, novas regras do jogo, novas disciplinas. Era preciso organizar a sociedade para o trabalho industrial nascente. O relógio é apenas uma das formas de controle do tempo e da organização do espaço para a produção do novo trabalhador, que deve ser disciplinado e produtivo. Surgem novos instrumentos de trabalho, medição do tempo e todo uma arquitetura industrial que deveria dar conta da disciplinarização do corpo social.

Segundo Perrot[35], face à resistência do trabalhador ao processo de mecanização, uma intensa luta foi travada para fixar esse novo elemento ao processo produtivo: "Introduzida para derrotar as reivindicações operárias, para controlar o processo de pro dução, a máquina é a arma de uma estratégia de dominação." Por seu turno, o operário oferece resistência à disciplina que a mecanização implicava de forma sutil, apesar de assumir "ares de justificativa técnica", pois é a liberdade que os trabalhadores querem preservar.

Numa época em que o trabalho deve produzir o trabalhador, a máquina é um instrumento de disciplina e seus efeitos precisam se tornar visíveis, tanto no espaço da fábrica e no emprego do tempo, quanto no próprio corpo do trabalhador que precisava ser "docilizado" e fixado no espaço-tempo da produção. Objeto de vigilância e de punição, o corpo do trabalhador recebe os efeitos desse *diagrama do poder*. [36] Mas, se o poder é

---

[34] LEFEBVRE, H. Op. cit., p.33.

[35] PERROT, M. *Os excluídos da história; operários, mulheres e prisioneiros* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P.45

[36] Em 1791, Jeremy Bentham idealizou o seu Panopticon, um projeto arquitetônico que visava ordenar o espaço das prisões, como um dispositivo/uma tecnologia a serviço da fiscalização e do controle disciplinar. Apesar de tal modelo nunca ter sido de fato construído, tal como foi minuciosamente definido no projeto de Bentham, tratou-se de uma manifestação ideal e mental de uma função de poder (disciplinar) que se efetuou em inúmeras outras instituições emergentes no século XIX. Foucault denomina panoptismo esse modelo disciplinar, carceral, em que a vigilância se estabelece virtualmente sobre aqueles que são vigiados, sejam eles prisioneiros, trabalhadores das fábricas, alunos de escolas, doentes em hospitais, soldados na caserna, etc. Tratava-se de ver sem ser visto. A conduta é afetada e assume a normatização da disciplina institucional, na medida em que com o passar do tempo, mesmo que não haja de fato um vigilante, já que vigia sem ser visto. In: FOUCAULT, M. *Vigiar e punir; nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. Ver também, _____. La vérité et les formes juridiques. In: *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. T.II, p.538/644.

uma relação de forças, como nos ensina Michel Foucault, e como tal só existe em relação, o trabalhador da indústria cedo aprendeu a criar mecanismos de resistência ao assujeitamento produtivo, aos dispositivos patronais, colocando em ação sabotagens, incêndios, greves, luddismo (destruição das maquinarias).

Assim, nascido como castigo, necessidade e destino, o trabalho se integra ao sistema político-econômico, é formalizado como atividade industrial, fundamentada no saber fundado por Adam Smith - a economia política - e se transforma numa **instituição**. E como tal tem sofrido inúmeras caracterizações, que as sociedades e as épocas trataram de introduzir, conectar com outras instituições (por exemplo, o Estado, a família, a fábrica), fazendo das práticas de trabalho matéria de inúmeras transformações. Lefebvre mostra como a economia política, "suposta ciência, é apenas uma representação elaborada": a representação consolida o fenômeno representado.

Foucault[37] assinala aquilo que é primeiro em relação ao trabalho: nem a necessidade nem a sua representação no espírito dos homens, mas uma carência originária. O trabalho "só aparece na história do mundo no dia em que os homens se acharam numerosos demais para poderem nutrir-se dos frutos espontâneos da terra." À medida em que faltavam os meios de subsistência, só restava a possibilidade de trabalhar a terra, para dar conta do crescimento das populações. O trabalho cresce na exata medida em que a morte ameaça a vida: "Como a pendência da morte se faz mais temível `a proporção que as subsistências necessárias se tornam de mais difícil acesso, o trabalho, inversamente, deve crescer em intensidade e utilizar todos os meios de se tornar mais prolífico".

Hoje, no entanto, o trabalho ainda pode ser visto com traços originais: escravidão, exploração, desigualdade. Ao mesmo tempo convivemos com a constante ameaça do não trabalho, da substituição da mão de obra humana pelos autômatos, uma espécie de segunda natureza. Por ironia da razão, depois de inúmeras conquistas sociais, sendo a principal a liberdade, o trabalhador, o funcionário, o assalariado enfrentam agora

[37] FOUCAULT, M. Trabalho, vida e linguagem. In: ___. *As palavras e as coisas.* São Paulo: Martins Fontes, 1992. P. 271-272.

os dissabores do desemprego, a precarização do trabalho, numa época em que a exclusão destrói os laços sociais e ameaça cada vez mais a vida das cidades.

Segundo Perrot, a automação recrudesce ainda mais o processo de programação do trabalho, reduzindo cada vez mais "a iniciativa do trabalhador (o operador substituiu o operário), mas também simultaneamente as necessidades de vigilância. O olhar do senhor agora é a calculadora eletrônica. Ela tem a força da lógica matemática e a violência da calmaria (...). Cada vez mais invisível e distante, a disciplina também é cada vez mais interiorizada. Pela educação (em sentido muito amplo), os valores da utilidade e do trabalho modelaram a consciência dos homens que se definem pelo seu lugar num processo de trabalho"[38].

No desenvolvimento da história do século XX, não mais a disciplina está em jogo, já que a sociedade disciplinar vai ficando superada, pela emergência de outros dispositivos sociais, outros diagramas de poder que se impõem na atualidade. Que forças seriam essas que atravessam a vida em sociedade? **Forças do silício**, pergunta Deleuze**. Fim do social**, dizem alguns especialistas. E aqueles que até hoje esperam pela **promoção do social**, promessa da nossa modernidade que nunca chegou, assustam-se diante dos novos tempos.

Esta forma de trabalhar com os conceitos foi utilizada por Foucault, ao longo de sua obra[39]. Ao invés de partir de conceitos e aplicá-los ao campo histórico, ele faz o inverso: depreende os conceitos analisando os acontecimentos históricos, até chegar ao puro acontecimento que se encarnou nos fatos. Entende por **acontecimento** "uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao

[38] PERROT. M. Op.cit, p.80
[39] FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: ___. *Microfísica do poder*, op. cit., p.28.

acaso da luta". Na passagem de uma época para outra verifica-se um **processo de caotização**, onde são rompidas as relações de forças estabelecidas, dando lugar a novas relações que, embora ainda não capturadas num primeiro momento, acabam se formando e se sedimentando. E o que são as instituições senão estratificações de movimentos virtuais que se atualizaram? Assim sendo, o conceito não tem referência, no sentido em que não foi construído a partir de um referente. O movimento de construção se dá de forma inversa: diante de determinado conceito é possível encontrarmos um referente que não lhe é pressuposto.

Constituído um ***campo problemático***, os conceitos emergem como respostas aos problemas não solucionados na esfera prática, pois são engendrados na esfera do **pensamento**. O problema deve lançar o pensamento para além das integrações, para que possa cair nas ***fendas sinápticas*** [40] onde se processam as informações. Desta forma, Deleuze & Guattari partem do princípio segundo o qual, no universo, nada é dado enquanto realidade, tudo se encontra em processo. Diferentemente de tantos filósofos, ao longo da História da Filosofia, que de alguma maneira condicionavam o processo a um **princípio** ou a uma **finalidade,** estabelecendo assim a **transcendência**[41], propõem uma nova imagem do pensamento, sem os condicionamentos e as exigências da representação social. É o próprio processo que constitui o objeto de investigação. É preciso pensar a realidade de forma imanente. Não imanente a isso ou àquilo, mas auto-imanente. O processo seria pensado como condição de possibilidade para a compreensão da realidade.

---

[40] "Se os objetos mentais da filosofia, da arte e da ciência (isto é, as idéias vitais) tivessem um lugar, seria no mais profundo das ***fendas sinápticas***, nos hiatos, nos intervalos e nos entre-tempos de um cérebro inobjetivável, onde penetrar, para procurá-los, seria **criar**." In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é filosofia?, op. cit., p.268.

[41] O **plano de transcendência** supõe para a natureza uma origem e uma finalidade, uma causa originária e uma causa final, para além da realidade. São pensadores da transcendência, por exemplo, Platão (...), Descartes (...), São Tomás de Aquino (...), entre outros. Por outro lado, há filósofos que trabalham no **plano da imanência**, e que pensam o mundo como processo, abdicando de causas supranaturais para explicá-lo. Para estes, a natureza é um processo infinito; não teve origem nem terá fim. Não há para a natureza transcendência. São pensadores da imanência Duns Scott , Espinoza , Nietzsche , Bergson, Deleuze, Guattari , Badiou, entre outros. Já o termo **transcendental** é utilizado como ultrapassamento da realidade presente, em constante transformação.

Para completar o feixe de questões encadeadas na construção de conceitos seria preciso ainda analisar a **questão do sujeito**: como se daria o processo de subjetivação frente à memória que queremos caracterizar como institucional? Onde estariam as fronteiras entre os indivíduos e as instituições? Até que ponto as instituições produzem e reproduzem memórias que são absorvidas pelos indivíduos que a elas se sujeitariam?

Em nossa pesquisa procuramos evitar o duplo erro de (1) reduzir o papel dos indivíduos a meros receptáculos dos imperativos institucionais, ou de (2) acreditar na autonomia absoluta da ação dos indivíduos no espaço institucional. Para o estabelecimento dessas fronteiras procuramos entender seu estar no mundo não como sujeito assujeitado, submetido aos constrangimentos institucionais e sociais, mas analisar o sujeito como atividade - nem passivo, nem ativo - mas como processo.

Pois que subjetividade é ação, atividade e criação. O que implica uma problematização ética a se atualizar na produção de valores e não na reprodução institucional[42]. E esta ética de que se fala é um movimento que deve estar em permanente produção de singularidades. Foucault propõe critérios estéticos e anuncia: faça de sua vida uma obra-de-arte! Deleuze indica um *expressionismo* em substituição à *comunicação*, onde o **Outro** é definido, não como objeto, nem como sujeito, mas como “a expressão de um mundo possível”.[43]

Vários são os autores que vêm ao nosso encontro nesse olhar sobre o sujeito. **Hume**[44] aponta para as impressões sensíveis que, pelo uso de determinados princípios (contiguidade, semelhança e causalidade) podem ser convertidas em impressões de reflexão. Nesse processo de conversão o sujeito se expressa na plenitude de um leque de

---

[43] DELEUZE, G. Signos e acontecimentos. Entrevista realizada por Raymond Bellair e François Ewald. In: ESCOBAR, C.H. de. *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991, p.22

[44] HUME, D. *Tratado de la naturaleza humana; ensayo para introducir el método del razonamiento experimental en los asuntos morales*. Madrid: Calpe, 1923.

possibilidades. **Bergson**[45] descreve o processo de criação, combate as teses deterministas e aponta a saída para o homem: "Agir livremente é retomar a posse de si, é situar-se na pura duração". A consciência é escolha. O homem escolhe e cria.

Foucault [46]faz uma investigação sobre o sujeito, e encontra o seu nascimento entre os gregos. Ao estudar os cuidados de si, as técnicas de si, pensa no agir autônomo (que se dá suas próprias regras), que se faz num lento trabalho de domínio de si, que pressupõe uma ação do sujeito sobre seu corpo, por meio de um livre agenciamento das próprias forças que o atravessam, na interioridade do indivíduo. Chama de *técnicas de si* "...práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo".

Badiou[47] nos fala da filosofia que deve se nutrir de eventos (sinônimo de acontecimento, que define como *o que interrompe a sucessão*) para o pensamento. O sujeito de uma verdade (entendida como um furo no saber) exige o indiscernível. "Um sujeito é aquilo que desaparece entre dois indiscerníveis. Um sujeito é o lance de dados que não abole o acaso, mas o efetua como verificação do axioma que o funda." Seu campo de ação é sempre indeterminado, cabendo-lhe afirmar o inesperado, no acaso da luta.

Nietzsche é um dos principais pensadores a serem considerados, tendo em vista que influencia a maior parte dos autores citados nesta pesquisa, que se voltam para a luta contra o pensamento da representação, contra a má consciência que produz o ressentimento, contra a moral judaico-cristã, tal como se cristalizou no tempo,

---

[45] BERGSON, H. *Matéria e memória; ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990; ____. *A evolução criadora*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. _____. *Dados imediatos da consciência.*

[46] FOUCAULT, M. O uso dos prazeres. In: ___. *História da sexualidade*, v.2. Rio de Janeiro: Graal, 1984

[47] BADIOU, A *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Ver também, do mesmo autor, *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

produzindo a culpa e a verdade. Contra a **vontade de verdade**, propõe a **vontade de potência**, a afirmação do eterno retorno da diferença.

Inúmeras formas de subjetivação entram em agenciamentos com outras organizações sociais, capazes de conjurar os dispositivos institucionais. Fazer face ao instituído - memória-arquivo - fruto da história, requer estratégias que nos permitam bifurcações entre as linhas de estratificação (institucionais) e as de atualização, da ordem da criação, onde o devir se instala. O movimento de ruptura institucional se faria em seguida não mais a partir das linhas de atualização (uma vez que, atualizado o acontecimento instituição, ele se integra novamente ao fundo comum e se repete) , mas a partir de linhas de virtualização que se delineariam como desterritorialização do atual (instituição) ao virtual. Nesse sentido, há um duplo movimento que se dá do atual ao virtual e do virtual ao atual.

Para falarmos do funcionamento das instituições, precisamos abordar o campo social como *locus* institucional, segundo a perspectiva das **cidades**, em sua função de "intensificar as energias coletivas e de levar ao mais alto grau de desenvolvimento possível as capacidades latentes e dispersas na **população**"[48]. Porque é nesse caminho que são produzidos os fenômenos de **cultura**, seus mecanismos reguladores e corretivos, seus aparelhos e suas regras, peculiares ao terreno das instituições.

A **cidade** é considerada como laboratório de estudos da vida social, pois é nela que os indivíduos encontram meios de expressão de suas singularidades, muitas vezes sufocadas dentro dos limites de instituições como a família, a igreja, o trabalho. "Uma das razões que fazem da cidade um lugar especialmente propício ao estudo das instituições e da vida social em geral é que, nas condições de vida urbana, as instituições se desenvolvem diante dos nossos olhos: os processos de seu desenvolvimento são acessíveis à observação e definitivamente, à experimentação."[49] Por essa razão,

---

[48] AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.p.41

[49] PARK, R.E. A cidade como laboratório social, 1929.

reservamos um papel de destaque à cidade, pois ela aparece como um *personagem conceitual* num plano de composição no qual se insere.

Se hoje já não falamos tanto de nações, com seus territórios fixos e fronteiras estabelecidas, é a cidade que recupera forças oriundas da época clássica de onde surgiu. A *polis*, *locus* para a construção da cidadania, é o local da política e das práticas de participação popular que precisam ser retomadas na luta democrática. Ao invés de interrogarmos "quem é cidadão na cidade grega", devemos nos perguntar sobre as condições de possibilidade da plenitude dos direitos políticos que fazem do indivíduo um cidadão. E assim falamos de memórias urbanas e de multiplicidades.

Na Grécia, a palavra era sinônimo de poder. Hoje se diz que informação é poder. Os sistemas de poder se ligam à verdade, cujos procedimentos são "regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados"[50]. Verdade e poder, palavra e verdade, informação e memória. Qual seria hoje o estatuto da palavra? Informação ou comunicação? Não mais a palavra cantada, do poeta ou adivinho, mas **a** instituição da informação como potência da vida coletiva na cidade. **Cidade** como sistema de instituições sociais e de representação espacial, onde parece emergir uma nova retórica: a **técnica.**

Fala-se indiscriminadamente em **globalização**[51], parcerias, economias abertas, mercados consumidores mundializados, sem fronteiras para além dos atlas escolares, novas relações de trabalho. A *mídia* nos faz ver tais tendências como fenômeno irreversível, já que é suposto ser obra de forças deterministas que não nos permitem alternativas. A palavra de ordem é *aderir ou sucumbir.* Esta adesão significa abraçar novas e sempre novas tecnologias de informação e comunicação, constantemente transformadas e anunciadas como panacéias. Seriam novas representações se instituindo?

[50] FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: ___. *Microfísica do Poder*, p.14

[51] PETITOT, J. *Local/global*. Enciclopédia Einaudi, v.4 Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985.p.16: "O imperialismo da informática se baseia na transformação da linguagem em tecnologia, quer dizer, na possibilidade de fazer repassar ao global, por imperialismo do local, a redução lógico-sintática da linguagem ao local."

Qual o papel da informação nesse processo de institucionalização? Até onde vai o processo de midiatização da sociedade contemporânea, fascinada pela publicidade e, via de regra, cega às suas armadilhas?

A indústria da comunicação se organiza cada vez mais para condicionar o mercado consumidor às constantes atualizações tecnológicas, sem as quais as redes comunicacionais perdem seus nós, se desconectam. Tem a seu favor um pesado investimento em *marketing,* outra palavra mágica que encanta as pessoas. Instrumento de controle social, aberto, contínuo, a serviço das novas formas capitalistas ainda pouco discerníveis.

Ao que tudo indica, as instituições hoje existentes, remanescentes da disciplinarização do corpo social, não dão mais conta de suas funções. Para usar uma expressão de Foucault, as disciplinas ou as **instituições disciplinares** estão em crise. O Estado, tipo de organização política com ampla significação, que tende a dirigir a conduta dos indivíduos e dos grupos, como a instituição das instituições, parece se deslegitimar. Nascido para assegurar a ordem social, o Estado está em desordem. É a cidade que, concentrando hoje cerca de ¾ da população mundial, mostra a face mais dramática dessa crise.

Caos urbano, entendido como sinônimo de desordem, explode a todo instante, indicando que as patologias urbanas estão fora de controle, corroendo o tecido social e banalizando a vida em sociedade. Parece que a governamentalização do Estado - governo das famílias, das crianças, das almas, etc. - está se decompondo. Quais seriam as perspectivas de construção de novas ordens institucionais? O que seria hoje o **social**? Como e em que medida este *status quo* atingiria os mecanismos da memória individual, social e institucional? É preciso rediscutir o papel das instituições pelas quais circulamos e das quais somos parte, para que possamos reinventar alguns dos valores fundamentais que estamos aprendendo a banalizar: a amizade, o olhar, a criação.

O que estaria surgindo hoje, no momento em que as instituições perdem suas forças? Castoriadis[52] propõe a invenção de novas formas de organização social, onde sociedades autônomas criariam suas próprias instituições, num regime democrático de autogoverno.

Já Bergson[53] vai analisar duas fontes de moralidade coexistindo no *socius*, e que correspondem a sociedades abertas e sociedades fechadas. Dizem respeito, no plano individual, às almas abertas e às fechadas. Nesta obra, ele estuda as sociedades humanas que, análogas a um organismo vivo, se assemelhariam às sociedades dos insetos (abelhas e formigas, por exemplo), fundadas em regras morais garantindo sua coesão, sua reprodução e, portanto, sua sobrevivência. Diferentemente das sociedades humanas, onde os indivíduos desempenham funções no todo social, por ***obrigação moral***, as células orgânicas, em composição solidária com o organismo, funcionam por ***necessidade***, garantindo a sobrevivência do todo orgânico, por ***instinto***.

Ademais, cada indivíduo traz em si uma alma coletiva, é portador de um eu social que recebe as obrigações sociais ao mesmo tempo em que impõe aos demais indivíduos os imperativos institucionais que fazem com que a sociedade se reproduza. Tal processo é mediatizado pela inteligência que critica a moral, escolhe o caminho a seguir, não sem antes passar por conflitos oriundos do eu individual e do eu social, em nome de interesses sociais contrapostos a interesses individuais. Haveria uma tendência do eu social ou eu coletivo a se sobrepor ao eu individual, por pressão do *socius*, internalizada no indivíduo. As obrigações sociais se valem dos hábitos contraídos enquanto instintos virtuais.

---

[52] CASTORIADIS, C. A instituição da sociedade e da religião. In: ___ . *Os destinos do totalitarismo e outros escritos*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985: "A autonomia da sociedade pressupõe, evidentemente, o reconhecimento explícito de que a instituição da sociedade é auto-instituição. Autônoma significa, literal e profundamente: pondo sua própria lei por si mesma. Auto-instituição explícita e reconhecida: reconhecimento pela sociedade de si mesma como fonte e origem; aceitação da ausência de qualquer Norma ou Lei extra-social que imporia à sociedade; abertura permanente da questão abissal: que ela possa ser a medida da sociedade se nenhum padrão extra-social existir ..." (p.118)

[53] BERGSON, H. *As duas fontes da moral e da religião* . Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 262p.

Por outro lado, Bergson pensa em sociedades abertas e dinâmicas, com um outro tipo de moralidade, que funciona por **chamado**, quando o querer, em resposta a um "apelo", produz uma abertura na alma. Não mais o dever ou a obrigação, mas a emoção despertada por tipos morais - místicos, artistas, poetas, filósofos, etc. - que afetariam nossa vontade, por força da sensibilidade.

Esta moral aberta seria capaz de despertar nos indivíduos o amor pelo todo social, desinteressado e livre das coordenadas sensório-motoras características dos hábitos contraídos, responsáveis pela memória-hábito. E o que resulta desse chamado seria uma abertura para a criação, para o novo, para o devir. Esta outra moralidade é aberta pela **emoção** advinda desses indivíduos singulares, capazes de afetar o *élan vital* aberto para o amor pela vida e pelo social.

Esses tipos excepcionais, quando surgem, tendem a provocar certos dinamismos na sociedade, que conduziriam a mudanças inevitáveis, razão pela qual transformamos esses místicos em mártires, hereges, ou ídolos mortos, cujas idéias são distorcidas em favor da estabilidade social. Basta-nos observar a diferença entre a singularidade do Cristo e a religião cristã institucionalizada pela Igreja. Antes de se tornar uma instituição de saber cristão, o cristianismo era um projeto de resistência ao poder romano. Ser cristão, naquele momento, era fugir da cidade ou ir para a arena[54].

Segundo Deleuze[55], esta emoção criadora só poderia ser uma Memória cósmica, "que atualiza ao mesmo tempo todos os níveis, que libera o homem do plano ou do nível que lhe é próprio, para fazer dele um criador adequado a todo movimento da criação". Sem dúvida, esta liberação, esta encarnação da memória cósmica em emoções criadoras tem lugar em almas privilegiadas. "Salta de uma alma a outra 'de tarde em tarde', atravessando desertos fechados".

No entanto, diante de cada membro de uma sociedade fechada, ao abrir-se para ela, "a memória cósmica comunica uma espécie de *reminiscência,* uma emoção que permite continuar. E, de alma em alma, traça o desenho de uma sociedade aberta, de uma

---

[54] Auterives Maciel, em seus cursos de Filosofia para não-filósofos, dizia que Cristo estaria mais próximo da mística do que da idéia de um deus todo poderoso. O que ele pretendia era propor um novo modo de vida onde, se havia alguma moral ou alguma ética, esta teria um nome: amor, nada mais do que amor!

[55] DELEUZE, G. *El bergsonismo.* Madrid: Ediciones Cátedra, 1987. P.118

sociedade de criadores, na qual se passa de um gênio a outro por mediação de discípulos espectadores, ouvintes."

Intuição. Religião. Imanência. Para Bergson, tanto a moral[56] quanto a religião, tal como têm sido historicamente instituídas, são anti-sociais, razão pela qual precisariam de outra fonte baseada na visão de homens excepcionais, capazes de despertar nos indivíduos a vontade de desempenharem funções livres e criadoras no universo, para além das coordenadas da **representação**. Não buscaríamos mais as formações institucionais sedimentadas por séculos e séculos, mas as instâncias virtuais da criação: **rizomas**. Memórias (in)criadas.

[56] É importante assinalar que Bergson descreve a coexistência das duas morais em nossa sociedade, pois se uma predominar sobre a outra, de forma absoluta, corremos o risco de um fechamento total, que levaria a sociedade à desintegração. Deve haver sempre um equilíbrio entre uma moral aberta e outra fechada. Trata-se de um jogo simultâneo de unidade e conflito.

2 O processo de institucionalização das relações sociais

Como já explicitado anteriormente, a construção do conceito de *memória institucional* busca identificar os elementos conceituais que atuam no processo de institucionalização das relações sociais. Isto porque, para compreendermos as relações entre memória e instituição é necessário uma articulação com a noção de sociedade/socialização, vista aqui como um processo que indica o conjunto das experiências que formam/conformam a identidade política e social dos indivíduos, bem como a imagem que têm de si mesmos e do outro, em suas relações com as instituições existentes na sociedade. As relações entre indivíduos e instituições são de fundamental importância para o processo de formação/aprendizagem social e política que conduz as ações de cidadania.

Viver em sociedade é exercer relações de poder. É preciso entender por *relações de poder* as ações que uns exercem com os outros, sem as quais a vida em sociedade seria mera abstração. Falamos de poder como potência inerente à energia vital, de forças que os indivíduos possuem e exercitam em seus movimentos constantes. Este também é um exercício de liberdade. Conforme nos ensina Foucault, é preciso distinguir ***poder*** de ***violência*** . O poder supõe a liberdade de ação de uns sobre os outros. A violência age sobre os corpos.

As relações saber-poder passam por um processo de institucionalização e suas raízes e mutações se encontram na história. Portanto, para analisar tais relações é preciso buscar as condições de possibilidade da cristalização deste processo em instituições, que são seus efeitos. Uma instituição acontece. É fruto de demandas sociais variadas, como variados são os tipos de instituições existentes. Nesse sentido, ao se instituir, a instituição é o novo. E o novo é o atual. Entender a instituição como acontecimento é entendê-la como interrupção de uma série, como um fenômeno que emerge como resposta a

determinados problemas engendrados no seio da sociedade. Trata-se de uma ruptura de evidências e de práticas.[57]

Por outro lado, jamais haveria instituição como fenômeno individual, pois é da natureza da instituição, ser coletiva. A instituição é algo que se desprende de um fundo comum - acontecimento - e, em seguida, retorna para esse fundo comum já agora modificado e, a partir de então, se repete e vai entrar no terreno do mesmo, funcionando como evidência. Descontinuidade num primeiro momento e regularidade em seguida.

Mas, como se trata de um processo dinâmico, onde forças de inúmeras ordens coexistem - se juntam e se separam - não podem, por conseguinte, ser visíveis e dizíveis no instante instituinte. Nem mesmo podemos separar o instituinte do instituído, senão para fins de análise. Na realidade, o que emerge como singularidade, o que denominamos acontecimento, somente é tido como tal *a posteriori*, ou seja, já instituído. Conforme nos ensina Bergson[58], "as coisas e os eventos se produzem em momentos específicos; o juízo que constata a aparição da coisa ou do evento só pode se dar depois deles; tem, pois, uma data".

No momento em que abordamos o processo de institucionalização das relações sociais, precisamos também lançar mão, de imediato, de um mecanismo ou instrumento de invenção social, que é a memória em suas múltiplas visões, mas especialmente como um elemento conceitual que é a base de toda a criação. Para que seja possível acrescentar esse ingrediente à nossa construção conceitual, alguns esclarecimentos se impõem.

---

[57] A idéia de **ruptura de evidência** encontra-se em um texto de Foucault, no qual descreve o que entende por "*événementialisation*", o que poderia ser *acontecimentalização* . O autor descreve, numa mesa redonda, procedimentos de análise que utiliza em suas pesquisas. Entende por acontecimentalização, ou processo do acontecimento, antes de mais nada, uma ruptura de evidência: "Lá onde seríamos tentados a fazer referência a uma constante histórica ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência impondo-se do mesmo modo a tudo, trata-se de fazer surgir uma "singularidade". FOUCAULT, M. *Dits et écrits;1954-1988*. Paris: Gallimard, 1994. V.4, p.23.

[58] BERGSON, H. O pensamento e o movente. In: OS PENSADORES, v. XXXVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.113

A memória não é apenas a recuperação que se dá no presente de informações que tiveram existência no passado, quando então eram presentes. A memória que assim funciona é a memória-arquivo, apoiada em diversas *superfícies de inscrição* (corporal, textual, imagética, celular, digital, rupestre, celeste, etc) e que produz uma infinidade de documentos, em seu mais amplo sentido, da mesma forma que reproduz informação[59], conhecimento, dado, memórias. Para dar conta da *memória-arquivo* foram criadas, na história das grandes civilizações as instituições-memória - arquivos, bibliotecas e museus. Esta invenção ocorreu quando os soberanos perceberam que poderiam deixar gravados, para a eternidade, os feitos de seus governos, em inscrições comemorativas que celebravam as vitórias alcançadas.

Na tipologia das instituições, as instituições-memória[60] são secundárias ou desdobramentos de instituições que as antecederam. Arquivos, bibliotecas e museus organizam a memória da memória ao longo do tempo e são, por essa razão, encarregados da representação destas memórias. É importante ressaltar que o fato de serem secundárias em relação aos saberes primariamente instituídos não as torna menos relevantes no âmbito geral das demais instituições. Tanto assim é que, se observarmos o desenvolvimento da ciência e da técnica, bem como de todas as demais formas de cultura, logo veremos que o legado de invenções do homem - documentado e preservado pelas instituições-memória - tem uma forte função instituinte de novos saberes e novas criações. É um elemento de reforço que se instala no universo representativo das relações sociais. Mesmo que para serem negados, reprimidos ou silenciados, os saberes já existentes funcionam simbolicamente nas práticas sociais e se comunicam em espaços de reprodução social.

---

[59] A distinção entre dado (só existente enquanto tal em relação com outros dados), informação, conhecimento, memória, varia de acordo com o ponto de vista do sujeito para quem a informação se apresenta, como múltiplas formas. Não abordaremos essas categorizações, tal como a literatura especializada tem registrado, por não ter relevância para esse estudo.

[60] A noção de instituição-memória é abordada por LE GOFF, J. In: Memória-História. P.18. Para um estudo mais aprofundado ver NAMER, G. *Mémoire et société.* Paris: Méridien, 1987. Ver também NORA, P. *Les lieux de mémoire.* I République. Paris: Gallimard, 1984. P.VII-XLII

No entanto, para além da memória-arquivo, é preciso falar de uma outra memória, que ultrapassa os limites do visível e do dizível, ou melhor do instituído e do instituinte. Trata-se da memória-acontecimento, que é filha do caos[61], do pensamento e do tempo puro. Essa memória, que também poderia ser denominada memória virtual ou ainda memória-caos, é responsável pelo novo, pela criação, pelo intempestivo[62]. Sua visibilidade e sua dizibilidade nem sempre se efetivam. Ao se deslocar do universo caótico, informe e evanescente, a memória, já agora tendo encontrado a esfera do pensamento, começa a emergir tenuamente e depende de condições de possibilidade para que sua emergência se positive como prática social.

A história tem mostrado que há inúmeros saberes que levam séculos para emergir, acordar, florescer. Muitas vezes a produção enunciativa[63] de uma época está mais avançada do que o conjunto das visibilidades. É quando determinadas produções científicas, que nascem de enunciados - multiplicidades raras - que são ditos, não têm ainda as condições experimentais no campo do visível. Às vezes se dá o contrário: há coisas que são vistas, mas não são ditas.

Um exemplo bastante conhecido, registrado na história do ocidente, vem da obra de Leonardo da Vinci (1452-1519), um dos maiores gênios criadores de todos os tempos. Dotado de imaginação que ultrapassou os limites da pintura, da escultura e da arquitetura, inúmeros engenhos foram por ele esboçados e hoje, cinco séculos depois, estão

---

[61] Conforme já explicitado anteriormente, estamos entendendo por **caos**, uma reserva infinita de acontecimentos evanescentes, informes e virtuais.

[62] Intempestivo, inatual é o termo que Nietzsche utilizou para falar do novo. Ver, nesse sentido, NIETZSCHE, F. *Considerações extemporâneas (1873-1874).* In: Obras incompletas. Seleção de textos de Gérard Lebrun. OS PENSADORES, 3.ed.. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

[63] DELEUZE, G. Os postulados da linguística. In: ___ *Mil platôs; capitalismo e esquizofrenia.* P.102.

incorporados às mais avançadas tecnologias. É o caso do helicóptero, do pára-quedas, do escafandro, da asa-delta, da ponte em dois níveis e muitos outros[64]. A produção *científica* de Leonardo foi por ele registrada em notas, desenhos, memórias, e hoje está na história. Permaneceu durante séculos no silêncio das bibliotecas.

Mas o silêncio não é o nada[65]. Na sua incompletude há presença. Uma presença que é também ausência. Há possibilidade de criação, de atualização, de diferença. Há memória em movimento: do já-dito ao não-dito, do não-dito ao possível dizer. E o tempo é portador das mudanças que ocorrem desviando o instituído. A força que vem do *socius* funda o sujeito portador dos discursos, que são sociais. O sujeito não é primeiro. Se há sujeitos portadores de idéias renovadoras, tais sujeitos são antes porta-vozes de um grupo social ao qual estão ligados e de onde os saberes emergem. O que não quer dizer que esses discursos sejam necessariamente consensuais. O discurso, pela sua etimologia, é o que retorna, é movimento de retorno.

Há um movimento de reformulação permanente, em que os enunciados intervêm nas coisas, nas quais produzem transformações incorporais[66] . As coisas reagem a esses enunciados e, ao invés de assistirmos a um acordo ou conformidade entre as palavras e as coisas, vemos uma batalha permanente. Na era da industrialização o que se vê é a produção de um corpo que vê e diz determinadas coisas, mas não todas. E é nesse movimento que atuam as instituições, funcionando como integrações de enunciados e de visibilidades, com seus aparelhos e suas regras[67].

---

[64] Os projetos de Leonardo Da Vinci são analisados por diversos historiadores da ciência. Ver, nesse sentido, THUILLIER, P. Leonardo Da Vinci e o nascimento da ciência moderna. In: ___. *De Arquimedes à Einstein; a face oculta da invenção científica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Ver também KOYRÉ, A Leonardo Da Vinci 500 anos depois. In: ___. *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

[65] ORLANDI, E.P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos.* Campinas: UNICAMP, 1993.

[66] Deleuze nos remete à teoria dos incorporais dos estóicos. Ver DELEUZE, G. *A lógica dos sentidos.* São Paulo: Perspectiva, 1974.

[67] DELEUZE, G. *Foucault.* São Paulo: Brasiliense, 1991. P.84. Segundo Deleuze, a prisão é uma formação de meio (meio carcerário), é uma forma de conteúdo (o conteúdo é o prisioneiro). As instituições são matérias formadas. Encontro das visibilidades da prisão com os enunciados do direito penal.

Ao falar de acontecimentos do discurso, Foucault[68] se pergunta "como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?" Para que seja possível responder, é preciso reconstituir um outro discurso, "descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas. (...); trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência (...), de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui."

Assim, sempre que determinados saberes são formalizados e instituídos outros saberes são bloqueados. Trata-se de um movimento que esconde e revela e, ao fazê-lo, impede o surgimento de determinadas informações, que ficam adormecidas e até mesmo, em sua forma mais radical, destruídas. Ao mesmo tempo este movimento torna visível um conjunto de saberes que circulam e comunicam (tornam comum), se instituem ou se reinstituem, retornam.

Este parece ser o processo de institucionalização das práticas sociais. As instituições trazem embutidos mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta, que venham a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção de sua manutenção. A instituição reproduz um ritual que deve ser repetido, por força do hábito e com apoio da memória. As instituições lutam para preservar a sua regularidade.

---

[68] FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. P.31

O hábito de contrair hábitos é um processo natural e, enquanto tal, é inseparável de determinadas práticas. O hábito é uma forma de memória[69]. Trata-se de um dispositivo sensório-motor, do qual todo ser humano é dotado, que se dá de forma automática e seletiva, determinando o que deve ser retido e o que deve ser esquecido. No âmbito institucional a repetição pelo hábito é um trunfo que é reconquistado a cada jornada.

O fio que vai amarrar a memória às instituições é o tempo. Pois a memória, em sua forma mais elementar, é fundamentalmente tempo, movimento do tempo. Tempo que traz a marca do esquecimento, mas que também se encarrega de conservar os presentes na medida em que passam. Como as instituições lidam com o tempo? Como o tempo é apreendido ao nível subjetivo e ao nível institucional?

Piaget[70] afirma que a idéia de **tempo** não é inata e sua apreensão não é automática. A experiência e a ação é que possibilitam a experiência do tempo, que é uma construção intelectual. Para que a criança tenha a intuição da duração é preciso que o uso da linguagem se desenvolva à medida que a inteligência avance.

O tempo é uma experiência fundamental da humanidade. De acordo com Whitrow[71], "nossa experiência direta do tempo é sempre do presente, e nossa idéia dele surge da reflexão sobre essa experiência." Mas, para que tenhamos consciência do tempo é preciso que nossa atenção se desloque tanto para o passado, quanto para as expectativas do futuro. Aí alcançamos a experiência da duração. E a verdadeira consciência dos fenômenos temporais só se realiza, na medida em que a criança percebe que as coisas a sua volta têm relação entre si e com ela própria, o que só se torna possível com o desenvolvimento da memória.

---

[69] BERGSON, H. *Matéria e memória; ensaio sobre a relação do corpo com o espírito* São Paulo: Martins Fontes, 1990.

[70] PIAGET, J. *The child's conception of time.* Londres: Routledge & Kegan Paul, 1969.

[71] WHITROW, G.J. *O tempo na história; concepções do tempo da pré-história aos nossos dias* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. P.17

Whitrow assinala que "o sentido da memória, na criança, envolve não apenas eventos de sua própria experiência mas, no devido tempo, outros da memória de seus pais e, por fim, da história de seu grupo social. É somente aos oito anos de idade, ou depois, que as relações de ordem temporal (antes e depois) são associadas com a **duração**[72], de modo a levar à idéia de um tempo comum único, em que todos os acontecimentos têm lugar."[73] E é bem mais tarde que a criança das sociedades industriais vai perceber que o tempo indicado no relógio é apenas uma convenção.

É no seio da família que se encontram concentradas as múltiplas temporalidades de seus membros, e é também o *locus* de definição das expectativas das crianças. É na família que se empreende o processo de socialização do tempo, cada vez mais dividido com a escola e com as relações de trabalho. A família, apesar de todas as transformações pelas quais vêm passando, ainda hoje é um lugar privilegiado de produção e reprodução de informações que constituem hábitos, costumes e comportamentos e que determinam os materiais de memória que devem ser preservados para os que virão. Tais transformações são efeitos das mudanças sociais, e sua aprendizagem se dá no tempo. Tempo de lembrar e tempo de esquecer.

Pois as instituições lembram e esquecem. No âmbito da memória institucional, lembrar e esquecer constituem dois momentos de um único e mesmo movimento. Para que determinadas lembranças aflorem é necessário que outras fiquem adormecidas, contidas, silenciadas ou mesmo esquecidas. A memória é seletiva. A instituição, na medida em que retém o que interessa a sua reprodução, também trabalha por seleção.

[72] O conceito de duração (durée) foi amplamente estudado por Bergson (1859-1942), em *Matéria e Memória* e no conjunto de sua obra. Memória para ele é duração. A duração é devir, continuidade e heterogeneidade: experiência vivida e experiência ampliada. A duração é um dado imediato da consciência. É memória, consciência e liberdade.

[73] WHITROW, G.J., op. cit., p.18.

A neurofisiologia costuma distinguir a memória em termos de duração curta e longa. Não se trata apenas de estabelecer diferenças quantitativas, mas especialmente distinguir para a memória de curta duração o tipo *rizomático* e para a de longa duração o tipo *arborescente* [74]. Segundo Deleuze, a memória de curta duração compreende o esquecimento[75] como processo; a memória de longa duração refere-se às instituições. Em suas palavras: "a memória longa (família, raça, sociedade ou civilização) decalca e traduz, mas o que traduz continua a agir nela, à distância, a contratempo, 'intempestivamente', não instantaneamente."

O tempo, no âmbito institucional, é pulsado, contraído, ritmado. Toda instituição inaugura uma forma de tempo. A especialização e a divisão do trabalho são responsáveis pela organização do tempo industrial. A transição para a sociedade industrial supunha "uma severa reestruturação dos hábitos do trabalho - novas disciplinas, novos incentivos e uma nova natureza humana sobre a qual pudessem atuar esses incentivos de maneira efetiva." [76]

O processo de industrialização passou também por um investimento político do corpo - uma anátomo-política - visando transformações espaço-temporais.[77] Era necessário fixar o trabalhador à maquinaria nascente. No entanto, os suplícios tão comuns até a metade do século XVIII vinham sendo criticados em todas as frentes, clamando-se por uma justiça que punisse sem suplícios, os quais denotavam muito mais a vingança do soberano do que a correção do indivíduo. "O suplício tornou-se rapidamente intolerável."

---

[74] DELEUZE, G. *Mil platôs*, p.24.

[75] Compreender o *esquecimento* como processo parece-nos a via encontrada pelo autor (que também é mencionada por Nietzsche e por Foucault) para a produção de novas formas de subjetivação, que dizem respeito à crítica dos saberes instituídos, tantas vezes responsáveis por cristalizações seculares, que conduzem comportamentos arcaicos, hábitos seculares, preconceitos, ressentimentos. A nosso ver, trata-se da seleção dos conteúdos que se quer ou não reter como lembranças e não de esquecimento. Porque parece-nos que não há esquecimento; o que há é a recuperação de determinadas lembranças, em detrimento de outras. O tema do esquecimento é tratado no capítulo 4.

[76] THOMPSON, E.P. Tiempo, disciplina y capitalismo. In: ___. *Tradición, revuelta y consciencia de clase; estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial.* Barcelona: Editorial Crítica, 1979. P. 241

[77] FOUCAULT, M. *Vigiar e punir; nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes, 1987. 277p.

Embora o suplício não tivesse deixado de existir, segundo Foucault[78], houve uma passagem da criminalidade de sangue para a criminalidade de fraude, numa complexidade de mecanismos onde figuravam "o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas."

O poder disciplinar exerce vigilância hierárquica, contínua e funcional, graças ao qual constitui-se um sistema integrado. A vigilância se exerce sobre os indivíduos, mas o poder funciona como uma *máquina*, que normaliza e toma por referência um corpo de leis que precisam ser memorizadas[79]. Aqui não se fala apenas da instituição prisão, mas de um conjunto de instituições que emergem dentro do modelo chamado panóptico.

A organização das instituições disciplinares, que fortaleceram-se desde o final do século XVIII, (hospícios, asilos, manicômios, prisões, conventos, internatos) valia-se de um conjunto de meios que tornaram possível a sua administração. Nesse sentido, as rotinas da vida institucional são estabelecidas, devem ser cumpridas, com o rigor que os diferentes estabelecimentos impõem, e que mudam no tempo e no espaço, não sem o custo de lutas, resistências, desvios.

Esta espécie de máquina, em permanente movimento, é encarregada de fixar as regras institucionais na vida do trabalhador, do aluno, do prisioneiro, do louco, do doente comum, do soldado. Para que a instituição atue, toda uma memória é colocada em funcionamento, como um memento, um *lembra-te das tuas obrigações e dos teus limites.* Foucault assinala que, "na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupção das tarefas)", onde a

---

[78] Ibid., p. 72.
[79] FOUCAULT, M. Op. cit. P.158

regularidade é uma regra. Espera-se que o aluno seja capaz de aprender as lições, dentro de determinados períodos de tempo, que o operário produza de acordo com as regras estabelecidas, que o soldado esteja apto a manejar adequadamente o fuzil, etc.

E, para avaliá-los, a técnica do exame é uma inovação que se institui, uma vez que este estabelece um controle normalizante, uma vigilância que permite não apenas qualificar, mas classificar e punir. "A escola torna-se o local de elaboração de uma pedagogia. E, do mesmo modo como o processo do exame hospitalar permitiu a liberação epistemológica da medicina, a era da escola "examinatória" marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência." [80]

O anel circular da prisão benthaniana[81] estende-se a todas as instituições existentes. O princípio da visibilidade é imposto aos que se submetem ao poder. A sujeição se faz pelo fato de ser visto sem cessar. A visibilidade é também uma armadilha. Dessa forma, o prisioneiro não precisa ser necessariamente submetido à força para ter bom comportamento; é o caso também do louco que deve se manter calmo, do operário que deve produzir, do aluno que deve estudar, do doente que precisa observar as recomendações do médico. Todo aquele que se encontra submetido a um campo de visibilidades atesta a eficácia do poder: "torna-se o princípio de sua própria sujeição".

Em um conto intitulado *Na colônia penal*, Kafka descreve a utilização de uma *aparelho de punição* que funciona como uma cama, onde o condenado é colocado nu, entre um desenhador e um rastelo, uma grade de dentes de ferro que serve para aplainar uma superfície, no caso, o corpo do condenado. A máquina tem a função de executar uma sentença. "O mandamento que o condenado infringiu é escrito no seu corpo com o rastelo. No corpo deste condenado, por exemplo - o oficial [que mostrava envaidecido o aparelho para um visitante da colônia] apontou para o homem - será gravado: Honra o teu

---

[80] FOUCAULT, M. Vigiar e punir, p.164.

[81] "O **Panóptico** é uma máquina de dissociar o par *ver-ser visto*: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto." (...) "O **Panóptico** ... é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal." In: FOUCAULT, M. Op. cit., p. 178 e 181.

superior!" A sentença "ele vai experimentá-la em sua própria carne".[82] Mas, o conto termina com o oficial sendo executado pela máquina-lei-instituição, que ele sabia estar com os dias contados, tendo sido espontaneamente seu último usuário.

O documento-lei é memória e se inscreve no corpo. Esta história ilustra, no seu expressionismo, as relações entre a memória e a instituição, em duas vertentes. A primeira vertente diz respeito às já mencionadas instituições disciplinares, que funcionam em espaço fechado, também conhecidas por *instituições totais*, conforme a visão de Erving Goffman.[83] A tendência ao *fechamento* é um traço comum às instituições, mas, algumas são mais fechadas que outras, e implicam proibição à saída para o mundo exterior, através de "portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos"[84], conforme a classificação de Goffman.

O exercício - maneira de ordenar o tempo - é uma outra técnica disciplinar, de origem religiosa, que visa a conquista da salvação, assim na Terra como no Céu. Segundo Foucault[85], esta técnica, posteriormente tornada estritamente disciplinar, "é encontrada nas práticas militares, religiosas, universitárias - às vezes ritual de iniciação, cerimônia preparatória, ensaio teatral, prova." A seriação do tempo, que se torna iniciático, progressivo, tende a classificar os indivíduos de acordo com o seu percurso nas séries. Foucault explica: "A colocação em série das atividades sucessivas permite todo um investimento da duração pelo poder", o que aumentava a possibilidade de controle e

---

[82] KAFKA, F. *Na colônia penal*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. P.13. Coleção Leitura. Este conto foi escrito originalmente em 1916.

[83] GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões, conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987. 312p.

[84] Goffman classifica as **instituições totais** em 5 agrupamentos, a saber: **(1)** "instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes"; **(2)** "locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não-intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários"; **(3)** instituição organizada "para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração"; **(4)** "instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias de empregados)"; **(5)** "estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre os exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros. Esta classificação de instituições totais não é clara ou exaustiva, nem tem uso analítico imediato, mas dá uma definição inicial de instituições totais ".

[85] FOUCAULT, M., op. cit., p.146

de intervenção a cada momento do tempo. Assim é que "recolhe-se a dispersão temporal para lucrar com isso e conserva-se o domínio de uma duração que escapa. O poder se articula diretamente sobre o tempo."

As disciplinas que analisam o espaço, que decompõem e recompõem as atividades, devem ser também compreendidas como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo. Todo o rigor do tempo industrial é uma herança das comunidades religiosas que, durante grande parte do século XIX foram convocadas para auxiliar no trabalho das oficinas, com o objetivo de disciplinar a população operária. Daí serem conhecidas como *fábricas-conventos*, contra as quais inúmeras vezes se levantaram os operários, em sua luta existencial. A contribuição da Igreja para a industrialização se dá de três maneiras, de acordo com Perrot[86]: (1) levar ao trabalho as populações pobres e delinqüentes, crianças e mulheres; (2) fornecer supervisores, "nessa fase de disciplina pan-óptica, que requer olhos vigilantes"; (3) "prestar-se à fase de experimentação técnica".

O modelo da disciplina, conforme já mencionado, se atualizou em todas as instituições existentes, desde o fim do Antigo Regime, não apenas na França, mas na Inglaterra, na Suíça e nos Estados Unidos. Essa afirmativa é ilustrada por Foucault, em uma das Conferências realizadas no Brasil, em 1973[87]. Ao falar sobre o *panoptismo* e seu funcionamento cotidiano nas instituições, propõe ao público que adivinhasse de que instituição tratava-se, a partir da leitura do regulamento de uma determinada instituição, que existiu na França, em meados do século passado. Dizia ele que se tratava de uma

> "instituição com 400 pessoas que não eram casadas e deviam levantar-se todas as manhãs às cinco horas. Às cinco e cinqüenta deveriam ter terminado de fazer

[86] PERROT, M. Os operários e as máquinas na França durante a primeira metade do século XIX. In: ___. *Os excluídos da história; operários, mulheres e prisioneiros* São Paulo: Paz e Terra, 1992. P. 44/5.

[87] As Conferências foram realizadas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre 21 e 25 de maio de 1973, e foram publicadas de forma completa em 1996. Antes disso, os textos dessas Conferências foram publicados nos Cadernos da PUC, em várias edições. O texto original, denominado *La Vérité et les formes juridiques*, está publicado em *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. T.II, p.538/644.

> a *toilette,* a cama e ter tomado o café; às seis horas começava o trabalho obrigatório, que terminava às oito e quinze da noite, com uma hora de intervalo para o almoço; às oito e quinze, jantar, oração coletiva; o recolhimento aos dormitórios era às nove horas em ponto. O domingo era um dia especial; o artigo cinco do regulamento desta instituição dizia: "Queremos guardar o espírito que o domingo deve ter, isto é, dedicá-lo ao cumprimento do dever religioso e ao repouso. Entretanto, como o tédio não demoraria a tornar o domingo mais cansativo do que os outros dias da semana, deverão ser feitos exercícios diferentes, de modo a passar esse dia cristã e alegremente'; de manhã, exercícios religiosos, em seguida exercícios de leitura e de escrita e finalmente recreação às últimas horas da manhã; à tarde, catecismo, as vésperas, e passeio depois das quatro horas, se não fizesse frio. Caso fizesse frio, leitura em comum. Os exercícios religiosos e a missa não eram assistidos na igreja próxima porque isso permitiria aos pensionistas deste estabelecimento terem contato com o mundo exterior; assim, para que nem mesmo a igreja fosse o lugar ou o pretexto de um contato com o mundo exterior, os serviços religiosos tinham lugar em uma capela construída no interior do estabelecimento. (...) Os fiéis de fora não eram sequer admitidos. Os pensionistas só podiam sair do estabelecimento durante os passeios de domingo, mas sempre sob a vigilância do pessoal religioso.(...) [que] garantia não só o controle do trabalho e da moralidade, mas também o controle econômico. Esses pensionistas não recebiam salários, mas um prêmio - uma soma global estipulada entre 40 e 80 francos por ano - que somente lhes era dado no momento em que saíam. (...) O silêncio lhes era imposto sob pena de expulsão[88].

Após a leitura do documento, Foucault revela de que instituição tratava-se. Era de uma fábrica, como poderia ser qualquer outra instituição. O importante é conhecermos o modo de funcionamento dessas instituições e como se comunicam dentro das redes sociais de poder, assegurando com isso um certo ordenamento nas formações sociais. A função pura, que é formalizada nessas instituições, é disciplinar. Não importa tanto os corpos que passam nas instituições, mas as funções de educar, de tratar e de corrigir tais corpos. Porque a escola educa os corpos, que serão enviados para a fábrica, a igreja, o hospital, o asilo, etc.

Essa função reprodutora, que se repete em várias instâncias, é produtora de memórias. E a memória institucional é esse jogo nunca acabado entre o instituído e o instituinte. Tal memória pode ser pensada em duas instâncias: (1) uma memória-hábito, que deve fixar comportamentos e condutas e (2) uma memória-arquivo, já que

[88] FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas.* Rio de Janeiro; NAU ed., 1996. P. 108/109.

determinadas regras e informações devem ser constantemente recuperadas, para a manutenção de determinada ordem vigente.

Esse processo de integração de forças difusas é também um processo de diferenciação. Se não houvesse um espaço de resistência, e se não houvesse um "hiato" nessa integração, tornando-a parcial, jamais haveria a mudança nas instituições. As forças de resistência estão sempre em ação, em devir permanente. Há uma franja de virtualidade que abre espaço para o novo e muitas vezes corrói por dentro as instituições.

Uma segunda vertente nos remete para as sociedades ditas primitivas, onde a lei se inscreve no corpo, como memória e produção de identidade. Produzir uma memória no próprio corpo significa produzir hábitos, comportamentos normatizados. A instituição dos ritos de passagem, segundo Clastres[89], tem a função de ordenar a vida social e religiosa da comunidade e utiliza o corpo dos iniciados, local de inscrição do tempo, "do traço de uma passagem, a determinação de um destino". Nos ritos de iniciação dos índios Mandan, assistidos por Catlin e relatados por Clastres, o corpo é submetido à tortura ritual, com "recursos de crueldade".

O sofrimento é aceito com passividade e, diante da dor pelo corpo perfurado e a carne rasgada, há apenas o silêncio dos jovens iniciados ou o desmaio. "Um homem iniciado é um homem marcado". Após o rito, o que fica como cicatriz é o memento: "és um dos nossos e não te esquecerás disso". O segredo perpetrado nos rituais de iniciação é uma memória definitivamente marcada na superfície dos corpos. É a marca da lei primitiva que, segundo Clastres[90], "afirma a recusa da sociedade primitiva em correr o risco da divisão..." O impulso que move os jovens iniciados seria a fidelidade à lei tribal , que é também a marca da igualdade, mas ainda uma conjuração do Estado, cuja lei promove a desigualdade.

---

[89] CLASTRES, P. *A sociedade contra o estado; pesquisas de antropologia política* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 152p.

[90] Ibid., p. 130.

Essa espécie de servidão voluntária seria, segundo Clastres, a sociedade contra o Estado. As marcas rituais da iniciação constituem um "obstáculo ao esquecimento". Essa pedagogia da lei ditada nos corpos constitui a conjuração do Estado, como ameaça da instituição de um poder separado da sociedade primitiva, "uma proibição à desigualdade", uma vez que todos se submetem aos mesmos rituais iniciatórios e assim se tornam iguais.

A verdade se dá no tempo e o tempo é portador das metamorfoses pelas quais as sociedades se diferenciam. No plano dos mitos[91] nos deparamos com uma história verdadeira, ocorrida nos primórdios do tempo e que serve de modelo para o comportamento dos homens. Não se trata de uma verdade histórica, mas de uma verdade anterior à história. Um fato verdadeiro fundamenta uma crença, um comportamento que, desde então se repete num ritmo regular no âmbito histórico.

Nesse sentido o mito de que tudo no universo de tempos em tempos retorna é muito antigo e remonta, segundo Eliade[92], às sociedades arcaicas. O ciclo das repetições é definido nos mitos cosmogônicos e de origem, que procuram explicar a organização do cosmos, quando o homem sai em busca da ordem e da domesticação do acaso. A missão dos mitos é transmitir, pela imaginação, as experiências fundamentais: a criação, a vida e a morte.

Na medida em que esteja vivo, o mito é um reatualizador do acontecimento original ao qual se refere, e assim será sentido pelo indivíduo e pela coletividade. Mito e realidade muitas vezes se confundem. Ao contrário do que costumamos pensar, o homem moderno[93] também se depara com uma mitologia abundante, atualizada em símbolos e

---

[91] ELIADE, M. *O sagrado e o profano; a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
[92] ELIADE, M. *O mito do eterno retorno; arquétipos e repetição*. Lisboa: Edições 70, 1988.
[93] ELIADE, M. *Imagens e símbolos; ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. P.7. Entre os mitos do homem moderno Eliade cita o cinema, os heróis, os monstros, o inferno, as paisagens paradisíacas. Refúgio de todas as realidades, o paraíso é o lugar da felicidade, mesmo que essa felicidade nunca tenha existido. Assim, a realidade objetiva pode não confirmar e até desmentir as imagens paradisíacas, mas cada qual olha somente a imagem que traz consigo.

imagens que mudam de aspecto, mas cujas funções permanecem as mesmas: revelar as mais secretas modalidades do ser. Segundo Eliade, "o símbolo, o mito, a imagem pertencem à substância da vida espiritual; podemos camuflá-los, mutilá-los, degradá-los, mas jamais extirpá-los." É da natureza do mito retornar, repetir, reproduzir-se, por força de uma memória. É o eterno retorno do mesmo. Assim é que fundar um mundo, uma cidade ou um local é repetir um ato primordial, um ato cosmogônico. Trata-se da repetição de um ato de criação do mundo, que relata uma origem.

É na tradição de Hesíodo, segundo Detienne[94], que temos a principal testemunha dos modos de organização "de um determinado tipo de lógica que parece caracterizar o pensamento religioso e diferenciá-lo das formas de pensamento novas que aparecem no decorrer do séc. VI AC". Em *Os trabalhos e os dias* e *Teogonia*, Hesíodo revela as relações da *alétheia* (verdade) com Mnemosyne[95]: os trabalhos que os deuses reservaram ao homem, revelados pelo poeta (aedo) ao lavrador, os dias, que distribuem os trabalhos no correr do ano, Zeus, que conhece o encadeamento ritual dos trabalhos, os dias permitidos e proibidos. Essa observância é o não-esquecimento dos preceitos do poeta.

O poeta pronuncia a palavra divina e diz a verdade: "o que foi, o que é e o que será". As musas tanto permitem ao poeta lembrar-se, como dele retiram a memória, "vertendo o esquecimento através de seus cantos."[96] A memória cumpria função relevante naquela civilização oral e a poesia valia-se de uma *mnemotécnica*, pela qual a memória era adestrada. Com um estatuto religioso, a memória era ainda um culto entre os aedos, poetas inspirados, poetas-videntes, e tinha ainda um caráter adivinhatório.

---

[94] DETIENNE, M. *Os mestres da verdade na Grécia arcaica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. 148p.

[95] Na mitologia grega, Mnemosyne, amada por Zeus, foi mãe das nove Musas, as cantoras divinas, filhas da memória. A musa corresponde à palavra cantada e ritmada, com duplo valor de nome comum e potência divina.

[96] DETIENNE, M. Op. cit., p.81

A construção de uma cidade, no plano mítico, muitas vezes é sacralizada, com a finalidade de transformar o caos em cosmos. É quando aparecem as genealogias[97], a história dos heróis fundadores e das grandes famílias. Instalar-se num território é também consagrá-lo, em rituais de renovação (recriação simbólica do mundo) dos acontecimentos primordiais: aniversários, ritos de iniciação, inaugurações, etc. O processo de institucionalização das relações sociais passa por variadas formas de cosmificação. As instituições desempenham uma função ritual análoga. No interior do lugar sagrado o profano é transcendido.

[97] LE GOFF, J. *Memória e História*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. 457p. (Enciclopédia Einaudi, 1) p. 16

2.1 Organizações e Instituições

É muito comum confundir-se organização com instituição. Há uma perspectiva economicista e outra jurisdicista, que tendem a tratar uma como sinônimo da outra. A perspectiva economicista, herdeira do utilitarismo inglês, vê a organização como uma instituição. Talvez se deva tal confusão ao fato de que toda instituição tem suas formas de organização, sem as quais não poderia exercer sua prática, que é coletiva e social. A prática é primeira e se impõe no processo de institucionalização.

A visão jurisdicista tende a definir instituição como um produto, um instrumento legal de reprodução das relações sociais, ou como institutos, tais como as normas jurídicas, que regem o funcionamento de uma determinada sociedade. Talvez seja uma forma acabada das *institutas*[98] estabelecidas por Justiniano, no século VI da era cristã. Todavia, entendemos que as instituições se estendem para além dessa visão restritiva.

Entendemos que são as relações de força que determinam o plano institucional e este, por sua vez, define a organização. A instituição se atualiza numa organização. A burocracia, por exemplo, é uma organização que se pensa instituição. Na verdade, a burocracia tem um fim em si mesma. A questão prioritária da organização é a eficácia.[99] E a da instituição é a legitimidade, vale repetir.

---

[98] O Imperador bizantino, Justiniano (527-565) compilou o *Digesto*, as *Instituições* e os *Códigos*. As *institutas* foram redigidas por Triboniano, Teófilo e Doroteu, por ordem do Imperador e constituíram o manual de direito romano.

[99] Num sentido bem geral, a noção de **organização** supõe a existência de órgãos que desempenham funções e são por ela regidos. O **órgão** é um elemento de um ser vivo e serve como instrumento de uma determinada função, sendo o **organismo** o conjunto de órgãos que constituem o ser vivo. Segundo os dicionários **organização** é "um conjunto formado por partes diferentes que cooperam". (LALANDE, A *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. P.775. Uma organização pode ser definida também como "um conjunto dos instrumentos (órgãos) escolhidos, predispostos e oportunamente coordenados por um indivíduo ou grupo, com vistas à consecução de determinados fins." (ETZIONE, apud FERRARI, S. Organizações Eclesiásticas. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1991. V.2 p.852.

Para além do conjunto dos meios que caracterizam uma organização, é importante identificar uma instituição, definida por um conjunto de práticas finalizadas, com suas normas e suas regras. Assim, a memória organizacional poderia ser vista como um conjunto de meios, através dos quais o conhecimento do passado é recuperado em atividades do presente, determinando maior ou menor eficácia organizacional. As atividades que estão em jogo dizem respeito às diferentes formas de administração de tais organizações.

Max Weber (1864-1920), filósofo e sociólogo alemão, estudou a formação da sociedade contemporânea, as características do Estado moderno e da sociedade industrial, bem como a ***burocracia*** que, para ele, segundo diversos autores[100], confunde-se com as próprias organizações. Mas, a burocracia weberiana distingue-se da conotação negativa que o termo assume, sob a ótica do senso comum, que entende burocracia como acúmulo de normas e de regulamentos, desperdício de recursos, ineficiência administrativa.

Para Weber[101], a burocracia governa o Estado moderno através da rotina da administração. O funcionalismo burocrático se caracteriza "pelo formalismo de emprego, salário, pensão, promoção, treinamento especializado e divisão funcional do trabalho, áreas bem definidas de jurisdição, processos documentários, sub e super-ordenação hierárquicas (...)". Esse seria o modelo burocrático ou ideal-típico, que não integra qualquer classificação de organizações concretas e históricas, mas indica os pressupostos para a análise das organizações, no sentido de delinear um tipo puro de burocracia.

---

[100] Ver, nesse sentido, TRAGTENBERG, M. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática: 1980, p.139: "O que significa burocracia para Weber? A burocracia para ele é um tipo de poder. Burocracia é igual à organização. É um sistema racional em que a divisão do trabalho se dá racionalmente com vista a fins." Ver também ETZIONI, A Organizações modernas, op. cit., p.82: "As organizações - que Weber denomina burocracias - estabelecem normas e precisam impô-las; têm regras e regulamentos, dão ordens que devem ser obedecidas, a fim de que a organização funcione com eficiência."

[101] WEBER, M. Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída. In: *Os Pensadores*, v.37, p.22. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

A burocracia ou a organização burocrática weberiana atravessa as instituições, que funcionam segundo algum modelo organizador. Nesse sentido, poderíamos falar de organização escolar, estatal, judiciária, médica, hospitalar, asilar, militar, etc. O pensamento weberiano influenciou significativamente as modernas teorias da organização. Segundo Etzioni [102], a análise weberiana sobre a legitimidade do poder, "abriu uma perspectiva inteiramente nova para o estudo da satisfação derivada da participação na organização."

Esta influência caracterizou-se, de acordo com esse autor, pelas respostas que seus estudos oferecem às questões relacionadas ao controle das organizações, facilitado pela compreensão dos diversos tipos de *autoridade,* descritos por Weber: a tradicional (aceita pelos subordinados como auto-justificada), a racional, legal ou burocrática (aceita porque os subordinados concordam com as regras do jogo, com o governo legítimo e racional) e a carismática (validada pelos subordinados, devido à identidade que estabelecem com o líder). As relações carismáticas supõem uma divisão sistemática de trabalho, de especialização e estabilidade.

A amplitude da expressão *teoria da organização* dificulta a definição sucinta e substantiva do que vem a ser tal teoria. Por esta razão, Freddi[103] entende que é necessário uma perspectiva histórico-crítica para analisá-la. Trata-se de "uma ciência social que estuda todas as organizações, fazendo-o desde uma perspectiva interdisciplinar; é uma disciplina social, por assim dizer, de segunda geração, cujos antecedentes imediatos se encontram, por um lado, no recente e autoconsciente progresso das ciências sociais e, por outro, na consolidação dos estudos de organização empresarial e de ciência da administração".

As tendências dominantes na área, segundo o referido autor, são a do empirismo, a do comportamentismo, a do neopositivismo e a concepção estrutural-funcional do agir social. Há uma matriz que é comum a essas tendências, segundo a qual a organização é vista como um sistema, "como uma realidade cujas partes se dispõem

[102] ETZIONI, A Op. cit., p.81

[103] FREDDI, Giorgio. Teoria da organização. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Op. cit., p.864.

obedecendo a relações sistemáticas, sendo constituídas por pessoas. Em suma, a dimensão da organização que aqui se acentua é a que a caracteriza como estrutura social, como instituição humana.

Freddi descreve dois modelos, mutuamente excludentes, que prevalecem no fenômeno organizativo: o ***modelo racional***, segundo o qual "a organização é um instrumento, uma máquina que o homem pode conscientemente construir e manipular até alcançar, por meio de processos racionais, os fins explicitamente estatuídos". Esta seria a teoria clássica ou ortodoxa, originárias do pensamento de Saint Simon, herdeira também das idéias pioneiras de Taylor e Fayol, bem como de um conjunto de técnicas desenvolvidas no início do século, aplicadas ao trabalho industrial. O segundo é o ***modelo natural***, segundo o qual a organização "é um organismo dotado de vida própria, interessado em manter um equilíbrio interno e externo que lhe possa garantir mais eficazmente a sobrevivência e o desenvolvimento." Esta é a teoria neoclássica, mais conhecida como *movimento das relações humanas,* típica da concepção organicista e natural da organização. Tem sua origem nas idéias de Comte.

Ademais, enquanto a primeira teoria propõe como objetivos e valores fundamentais aqueles da economia e da eficiência, restringindo o fenômeno organizativo aos limites do organograma, a teoria neoclássica, influenciada pelos escritos de Mayo, consolidada nos anos 30 e 40, introduz em seus fundamentos as ciências do comportamento, "levando consigo rigorosas metodologias de investigação empírica e de teorização baseada na comprovação das hipóteses". Passa-se então a valorizar os aspectos sociais, informais e de motivação, que influenciam o funcionamento organizacional.

As correntes contemporâneas, que convivem de alguma maneira, obedecem às orientações já mencionadas, a racional e a natural. O modelo do processo decisório (*decision-making*) enfatiza os aspectos racionais e intelectuais do comportamento organizacional, e sofre a influência dos economistas e dos psicólogos da comunicação,

aderindo ao programa do neopositivismo lógico. Segundo Freddi [104], esta é a escola de Simon[105], que distingue fato e valor, e faz uma correlação entre meios e fins da organização, com vistas à melhoria da eficiência: "O ponto focal do modelo simoniano é o de que os processos administrativos são processos de decisão, que se desenvolvem no contexto de uma racionalidade limitada, se articulam em escolhas entre alternativas sucessivas e, levadas em consideração as premissas organizativas da decisão (estruturais, funcionais, comportamentais, etc), se orientam à realização dos fins fixados".

A exigência de estudar a organização em sua totalidade encontrou eco no modelo de sistema (*general systems theory*), em que as organizações são entidades mais ou menos independentes e são constituídas de partes, que são variáveis mutuamente dependentes. Segundo Etzioni, o modelo de sistema trabalha com as relações que, se realmente existentes, permitem à organização funcionar. Existem para ele dois subtipos de modelos de sistema. Um deles, denominado *modelo de sobrevivência*, baseia-se num conjunto de exigências que, se satisfeitas, tornam possível o funcionamento do sistema. Mas, caso alguma das exigências seja removida, todo o sistema paralisa.

O outro subtipo é o *modelo da eficiência* que, de acordo com Etzioni, "define um padrão de inter-relações entre os elementos do sistema, que o tornariam mais eficiente a serviço de determinado objetivo, em comparação com outras combinações dos mesmos ou de outros elementos semelhantes". O referido autor faz restrições ao modelo de sobrevivência, na medida em que responde apenas *sim* ou *não* à questão: será necessária uma relação específica? Já o modelo da eficiência, além de indicar eficiência relativa de diversas alternativas, avalia as mudanças que ocorreram na organização, bem como sua influência na capacidade que tem a organização de atingir objetivos.

A teoria da organização com orientação sociológica, ou a visão da organização como um sistema social tem em Parsons seu maior defensor. Ao definir organização,

---

[104] FREDDI, G. Op. cit., p.866

[105] Herbert A Simon, segundo ETZIONI, abriu nova perspectiva para a teoria da administração, mostrando que as organizações se baseiam em duas formas de divisão do trabalho e de especialização, uma horizontal, de acordo com tarefas específicas, e outra vertical, baseada no poder e não no trabalho em si. Seriam

"indica como elemento que a distingue de outros tipos de agregado social, sua orientação essencial à consecução de um fim específico. Essa consecução é um *output* que, de um lado, é visto como um *input* para outras organizações e, do outro, é entendida como uma ação funcionalmente referida à sociedade como um todo"[106].

A moderna conceituação de sistema nasceu na época do pós-guerras, quando verificou-se que a fragmentação da ciência, em especialidades, isoladas umas das outras, levava a dificuldades no entendimento de conceitos, leis e modelos dispersos em várias áreas do conhecimento. Uma teoria geral dos sistemas poderia minimizar esforços teóricos desses campos do saber, conforme imaginava Bertalanffy, que sistematizou essa teoria.

Ludwig von Bertalanffy elabora a sua *teoria geral dos sistemas*, fundamentado na idéia de que "o caráter fundamental do ser vivo é a sua organização, o tipo habitual de investigação, das partes e dos processos isolados, que é incapaz de nos fornecer uma explicação completa do fenômeno vivo. (...) A principal tarefa da biologia deve, pois, ser a de descobrir as leis dos sistemas biológicos (a todos os níveis de organização)", a serem explicadas por uma teoria do organismo como sistema.[107] Contra todas as teorias reducionistas de seu tempo - o behaviorismo, o marxismo e o freudismo - Bertalanffy descreve o real como uma hierarquia de sistemas, um todo que se compõe de partes e que é parte de um todo. Toda a realidade obedeceria às leis sistêmicas.

A metáfora biológica[108], ou o que se denominou "biologismo", concebe a sociedade como corpo organizado que, para ser conservado, necessita repartir as responsabilidades do todo social com o qual deve ser solidário. A busca da ordem social é análoga à saúde no campo da fisiologia, sendo a desordem e a doença irregularidades de funções finalizadas.

---

tarefas de cunho decisório, mais do que de execução. In: ETZIONI, A *Organizações modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974, p.51 .

[106] FREDDI, G , op. cit., p. 868.

[107] In: PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *Sistema*. Enciclopédia Einaudi, v.26, p.193.

[108] Segundo PRIGOGINE, I. e STENGERS, I., as metáforas biológicas são antes de mais nada **políticas**. "Poucas metáforas tiveram tanto sucesso como as que fazem da sociedade um organismo biológico ou as que, inversamente, fazem do organismo uma sociedade baseada na divisão do trabalho e numa hierarquia de ordens e de controles. A tal ponto que parece reinar entre as duas descrições uma espécie de harmonia preestabelecida e que nenhuma delas pode, em rigor, dizer-se a origem dos conceitos que utiliza". In: Organizações. Enciclopédia Einaudi, v. 26 (Sistema), p.114.

A referência histórica mais significativa que encontramos para o termo *órgão* remonta ao século XIV [109]. Tem origem no trabalho do cirurgião Henri De Mondeville, apoiado nas idéias do médico Galeno (século II), que tiveram eco entre os cristãos romanos, tendo sido incorporadas ao pensamento medieval, com algumas modificações. Segundo Sennett[110], a obra de Galeno foi um dos veículos mais importantes para a divulgação da medicina antiga, durante a Idade Média. Seus textos originais, escritos em grego, sofreram comentários à medida que iam sendo traduzidos para o árabe e para o latim, daí ser considerada “um compêndio de idéias”. Para Galeno, cabia à medicina lidar com o que é *saudável, mórbido e neutro*, uma vez que os calores e os fluidos do corpo condicionam o funcionamento dos órgãos e produzem estados psicológicos em sua combinação. Os temperamentos variam de acordo com a temperatura do corpo - quente ou frio - e dos humores fluídicos, que podem ser determinados pelo sangue, muco, bile amarela e bile preta[111].

De Mondeville fazia experimentos com a finalidade de descobrir “os mecanismos de comiseração no interior do corpo humano, isto é, o modo pelo qual o calor e os fluidos se distribuíam durante a crise”[112]. Afirmava que as doenças eram o resultado do desequilíbrio dos humores dos corpos e que o **órgão**[113] debilitado recebia a “piedade” dos demais que vinham em seu socorro através do sangue. Chamou este fenômeno de *síncope,* hoje com outro significado. A síncope também ocorria em torno da mesa de cirurgia, com os homens sadios, que assistiam ao trabalho do cirurgião (sem anestesia e com instrumentos pouco desenvolvidos), e sofriam em seus corpos em função do sofrimento do outro.

[109] Não estamos considerando aqui a Lógica aristotélica, reunida por Andronico de Rodes (sec.I A.C.), que constitui o seu *Organon*, um conjunto de tratados que são as *Categorias*, *Da Interpretação*, *Primeiros Analíticos, Segundos Analíticos, Tópicos, e A Refutação dos Sofismas*. In: JAPIASSU, H. & MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. P.186.

[110] SENNETT, Richard. *Carne e pedra; o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997. P. 143.

[111] SENNETT, op. cit., p.143.
[112] Ibid., p. 144.

[113] Palavra francesa que designa um “órgão” do corpo, de acordo com Sennett, acima citado.

Em sua obra *Ménagier de Paris*, De Mondeville assinalava que o homem sente "a mesma amizade pelo vizinho que é seu *organ* (...), pois somos todos membros de Deus". Aqui aparece, segundo Sennett[114], a realidade física do sofrimento de Cristo, "ensinando a lição do despertar moral através do sofrimento". De fato, podemos observar o uso político das metáforas sociais, pois assim como se extirpa o órgão que prejudica o funcionamento do organismo humano, é necessário também eliminar da sociedade os elementos doentios - maus, rebeldes, que ameaçam a segurança do todo social. Esse argumento foi utilizado por João de Salisbury, em *Policraticus*, para justificar as ações dos soberanos face às desordens, que poderiam colocar em risco a segurança dos bons. Sennett pondera que o transcurso de um século entre Salisbury e De Mondeville pode explicar as diferentes abordagens na compreensão dos fenômenos sociais. A Europa no tempo de Salisbury era sacudida por saqueadores e a segurança era constantemente ameaçada pela anarquia. O conhecimento médico era codificado numa imagem hierárquica do corpo, e a cidade era murada para garantir a proteção física das pessoas.

Já De Mondeville vive uma época mais tranqüila que, de acordo com Sennett, assinala outro significado para os muros: diante das crises sociais desabam, levando as pessoas a atos de generosidade. Daí assinalar que as crises têm seu lado positivo, levando os indivíduos a interagirem para superá-la, da mesma forma que na cirurgia os órgãos acodem a parte doente.

Segundo Prigogine e Stengers[115], a biologia hoje tende a substituir a representação das funções do ser vivo pela "desordem dos processos de proliferação, produção de anticorpos ou multiplicação cancerígena. Já não se trata de gestão harmoniosa e centralizada, mas de regulação precária, duma anarquia de processos de crescimento, de migração e de amplificação. A saúde já não é a norma, mas a estabilização, continuamente instável e ameaçada por esta desordem fundamental." As

[114] SENNETT, op. cit., p.145.
[115] PRIGOGINE e STENGERS, op.cit, p.114.

crises, as minorias ativas e os processos de inflação e de desintegração são o equivalente na sociologia, constituindo o desafio "às calmas certezas funcionalistas"[116].

É preciso, pois, **desnaturalizar** a idéia de organização e incluir o acaso na produção dos acontecimentos. Não há um plano preestabelecido e determinado a ser cumprido no seio da sociedade. Tanto quanto a instituição, a organização é um artifício criado no desenvolvimento dos processos sociais. Análoga ao embrião, à máquina celeste, ao mundo máquina, ao relógio, ao organismo, a questão da organização acompanha toda a história da ciência, desde Aristóteles até os nossos dias, sendo matéria de inúmeras transformações. A busca por uma teoria das organizações é antiga e, de acordo com Prigogine e Stengers, ainda não foi encontrada.

Entendemos com Rosset [117] que é possível, com o pensamento do **acaso,** aplicar a noção de convenção. "O que existe é de ordem não natural, mas convencional - em todos os sentidos da palavra. (...) Em um nível mais complexo, de ordem humana e, mais especificamente social, convenção toma sua significação derivada, de ordem institucional e costumeira". Propõe substituir a idéia de natureza pela noção de convenção, costume: de uma physis para uma não-physis, para o acaso, para a experiência do não-ser, ou seja, para a perda de referências preexistentes, idênticas a isso ou aquilo, *mimesis.*

Ora, se pensamos a instituição como algo dado, o que temos, em termos de memória, é o esquema representativo. Algo que foi fundado no início dos tempos (nesse sentido muito próximo do plano mítico), e que vem sendo reproduzido ao longo do tempo em práticas cotidianas, por mecanismos reflexos, por inércia ou até mesmo por força da tradição. Nessa instância, o papel da instituição é meramente reproduzir o passado no presente, com as informações/memórias que seleciona como verdadeiras e universais. O tempo é de Cronos, todo poderoso, que se vale de um estado de coisas para garantir uma ordem alcançada, no infinito dos tempos. É como se pensássemos que, uma vez existente como modelo natural, necessário e universal, incluindo nesse esquema

[116] Ibid., p.114.
[117] ROSSET, C. *Lógica do pior*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. P.101.

hábitos, costumes e comportamentos, não haveria como permitir a mudança, o movimento, o devir, no espaço da instituições, sob pena da desorganização social.

O conceito de tradição, tal como formulado por Hobsbawm e Ranger [118] , descreve um conjunto de "práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado". Os autores, no entanto, apontam para a invenção de certas tradições, em que o passado, real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. As tradições inventadas são "reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória."[119]

No processo de repetição das práticas sociais inserem-se convenções e rotinas, que possam garantir maior eficiência na transmissão dos costumes. Hobsbawm e Ranger[120] acrescentam que, a partir da Revolução Industrial, as sociedades "foram naturalmente obrigadas a inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções e rotinas, com uma freqüência maior do que antes." Evidentemente, como tratava-se de novas e impactantes formas de inovação no campo do trabalho industrial, era necessário toda uma transformação dos hábitos adquiridos, possibilitando fixar o trabalhador às máquinas que estavam sendo inventadas, visando a produção industrial emergente. Toda uma série de tecnologias se institucionalizaram para garantir a automatização das tarefas e a burocratização dos procedimentos fixos, sem as quais não teria sido possível a industrialização.

---

[118] HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. P.9
[119] Ibid., p. 10.
[120] Ibid., p.11

Novas tradições deveriam ser inventadas nesse novo contexto das relações sociais. Todas as instituições então existentes sofreram inúmeras formas de transformação e de adaptação às novas regras que iam surgindo e instituindo-se - a igreja, o exército, a universidade, o asilo, a família. Por outro lado, algumas instituições emergiram, para dar conta da nova ordem social, tais como a polícia e a prisão, sustentadas por teorias específicas.

A teoria geral das prisões, elaborada por Bentham, põe em evidência um saber sobre a instituição carcerária, onde o prisioneiro deve ser adestrado (produzido) nos limites do corpo, conformando-se às normas de felicidade coletiva. Segundo Châtelet[121], assim se definiu uma "regra geral de governo da sociedade por si mesma, a qual, em nome da utilidade comum, instaura um *controle* que se aplica inicialmente aos delinqüentes e se estende, depois, no curso do século, aos hospitais, aos campos de formação militar e às instituições educacionais."

A teoria da polícia, segundo Foucault [122], foi formulada juntamente com uma nova razão de Estado, encontrada em vasta literatura que circulou na Europa durante os séculos XVII e XVIII. Tratava-se de uma racionalidade específica, com princípios capazes de alimentar a arte de governar Estados. O que se buscava era problematizar a natureza do Estado em si, com o objetivo de reforçar seu poder, o que pressupunha um certo tipo de conhecimento concreto, uma aritmética política, que se desenvolveu a partir daí e ficou conhecida como Estatística, ciência do Estado.

Para que o objetivo acima fosse alcançado, desenvolveu-se também uma tecnologia específica para "um Estado policiado", que deveria ocupar-se das pessoas e das coisas: a polícia. Esta instituição interessa-se por tudo o que diz respeito ao funcionamento do

---

[121] CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O ; PISIER-KOUCHNER, E . *História das idéias políticas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. P. 118.

[122] FOUCAULT, M. Omnis et singulatim: por uma crítica da "razão política". *Novos Estudos CEBRAP*, n.26, março de 1990.

Estado, estendendo seu poderio por todo o território e a população. O verdadeiro objeto da polícia, conforme o texto de Turquet, citado por Foucault[123], é o homem, ativo e produtivo, que vive em sociedade. Em seus domínios estavam incluídas as relações dos homens com o território, a propriedade, a produção, o mercado das trocas, os modos de vida, as doenças e demais ameaças à integridade do homem da cidade.

Foucault assinala, ainda, que interessa à polícia "tudo o que proporciona adorno, forma e esplendor à cidade", que fortaleça e mantenha o vigor do Estado. Cabe também à polícia desenvolver relações de trabalho e comércio, assistência e auxílio mútuo. "Enquanto forma de intervenção racional exercendo o poder político sobre os homens, o papel da polícia é fornecer-lhes um pequeno suplemento de vida; ao fazê-lo, ela fornece ao Estado um pequeno suplemento de força. Isso é feito através do controle da 'comunicação', ou seja, das atividades comuns dos indivíduos (trabalho, produção, troca, acomodações)".

A concepção geral da polícia, descrita na obra de Turquet, é encontrada em outros compêndios que versam sobre o mesmo tema, como o de Delamare, que relaciona seus itens de interesse: "(1) religião; (2) moralidade; (3) saúde; (4) abastecimento; (5) estradas, ruas e edifícios públicos; (6) segurança pública; (7) artes liberais (de modo geral, as artes e as ciências); (8) comércio; (9) fábricas; (10) empregados e trabalhadores; (11) pobres."[124] Para Delamare[125], o verdadeiro objeto da polícia é a vida: "as pessoas sobrevivem, vivem e progridem graças à polícia".

Além dos textos selecionados por Foucault, para sua análise da teoria da polícia, muitos dos quais deixamos de abordar, encontra-se a versão alemã desta teoria, assinada por Von Justi, considerado pelo referido autor como o mais claro na definição do paradoxo central da polícia. Pois a polícia, ao mesmo tempo em que deve dar condições

---

[123] Ibid.
[124] FOUCAULT, M. Op. cit., p.95
[125] Apud FOUCAULT, M., op. cit., p. 95

ao Estado de exercer e aumentar seu poderio, deve também promover o bem estar e a felicidade da população, no sentido não apenas de sua sobrevivência, mas de melhoria das condições de vida. Por que então falar de paradoxo? É que Von Justi distingue uma tarefa negativa, que consiste na luta interna e externa do Estado contra seus inimigos, de uma tarefa positiva, que é a de favorecer a vida da população e ao mesmo tempo a saúde do Estado.

No momento em que a população torna-se objeto e sujeito da arte de governar o Estado, a partir do século XVIII, a família deixa de ser referência e passa a ser instrumento privilegiado, um elemento fundamental no interior da população. Porque, se é necessário conhecer os modos de vida da população, através da Estatística, é pela família[126] que o Estado deve passar, em suas campanhas relativas à mortalidade, ao aumento da natalidade, ao casamento, à vacinação, etc. Para chegar à população, objetivo maior do Estado, é necessário abrir a porta das famílias. E a importância da disciplina recrudesce no momento em que se tornou importante gerir a população, no processo de *governamentalização* do Estado. Aquilo que inicialmente surgiu como utopia, diz Foucault[127], não apenas realizou-se, mas permitiu ao Estado sobreviver.

A família, uma das mais antigas instituições que se sedimentaram no campo social, na civilização ocidental, é vista como a única maneira de se organizar a sociedade. E, no entanto, para além dos estratos dos saberes, a família é uma invenção do ser humano ou, para usar uma expressão de Hume, é um artifício. A experiência etnológica mostra que os princípios ditos universais, tais como, a união conjugal [128] entre um homem e uma mulher; a monogamia; o reconhecimento da filiação e da transmissão do nome através do homem; a autoridade masculina, entre outros, não passam de uma escolha entre outras tantas possíveis, empreendidas pelas chamadas sociedades "complexas". Escolha esta

[126] FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: ___. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. P. 289.

[127] Ibid., p. 292.

[128] A família conjugal é formada por um homem, uma mulher e filhos, constituindo "a unidade residencial e econômica elementar, através da qual passam a educação e a herança". In: HÉRITIER, F. Parentesco. Enciclopédia Einaudi, v.20, p. 83.

que é vista não como escolha, mas como um fato natural, contra o qual não é lícito atentar, senão a custa de inúmeras sanções sociais.

Se olharmos para as narrativas etnológicas, logo verificamos que o consenso ocidental em torno da idéia de família não passa de etnocentrismo, tão criticado pelas novas correntes antropológicas, que tendem a desnaturalizar a nós mesmos e à sociedade em geral, para deixar aflorarem novas formas de construção social. Este tipo de etnocentrismo leva-nos a conceber a família, bem como o casamento, sua célula fundamental, como o *locus* onde todos os papéis sociais são naturalmente estabelecidos.

Todo modelo de sociedade, cujos traços diferem da família conjugal, tende a ser considerado arcaico, "selvagem", ou ainda, "primitivo". Como bem assinalado por Héritier[129], "se existe uma marca cultural verdadeiramente universal, esta é sem dúvida a **certeza etnocêntrica** partilhada por todos os membros de um grupo humano, de que as suas instituições são leis da natureza, conseqüentemente quase automáticas, e que de certo modo não podem existir outras."

Durante o século XIX, no Brasil, iniciou-se um processo de mudanças políticas e econômicas, que atingiu fortemente o campo da medicina e que, por sua extensão de domínios, denominou-se *medicalização da sociedade*[130], das instituições, tendo como alvo de suas práticas e reflexões de cunho científico o meio urbano. É quando surge, segundo Machado, a categoria do médico político, um planejador urbano, que deve prevenir o surgimento dos males físicos e morais que afligem a cidade. Cabia à medicina "refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais, visando a neutralizar todo perigo possível. Nasce o controle das virtualidades; nasce a periculosidade e com ela a prevenção"[131].

---

[129] HÉRITIER, F. Op. cit., p. 80.
[130] MACHADO, R. et al. *Danação da norma; medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil* . Rio de Janeiro: Graal, 1978. (Série Saber e Sociedade, 3).
[131] MACHADO, R. et al. Op., cit. P. 155.

Ao médico, cientista social, cabia também o papel de analista das instituições, nas quais intervém em nome da saúde da sociedade. O saber médico lança mão da estatística, da geografia, da demografia, da topografia e da história com vistas a um projeto de inserção do indivíduo no social. Nesse sentido, não há limites para a medicina, exigindo-se "a criação de uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações, tornando-os produtivos ao mesmo tempo que inofensivos"[132].

A saúde tornou-se o fio condutor das transformações institucionais. De acordo com Machado, o **hospital**, até então órgão de assistência aos pobres, passa a se caracterizar por uma "máquina de curar"; cria-se o "**hospício** como enclausuramento disciplinar do louco, tornado doente mental; inaugura-se "o espaço da **clínica**, condenando formas alternativas de cura"; oferece-se um modelo de transformação à **prisão** e de formação à **escola**." Com a medicina social inaugura-se também um novo tipo de **Estado**, denominado por Machado de *Estado epistemológico*, cuja existência "não pode dispensar os procedimentos de produção de verdade sobre si mesmo e a sociedade".

O marco histórico de tais transformações da Colônia é a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, com D. João VI. Para o controle das doenças, inúmeras medidas de higiene pública tiveram lugar, lançando-se mão de uma polícia médico-sanitária, nos termos já definidos por uma **teoria da polícia**, citada por Foucault e anteriormente referenciada. Também no Brasil as funções da polícia são extremamente amplas, podendo ser sintetizadas na " organização da cidade". Tratava-se de conhecer para ordenar a população, além de promover o seu aumento, combater a ociosidade, garantir a ordem. A população é também no Brasil o objeto da polícia.

O projeto de medicalização da sociedade brasileira estende-se às instituições, conforme assinala Machado[133]. "À consideração da cidade como corpo macro-social corresponde a tematização micro-social da instituição também como um corpo que produz cidadãos - vivos ou mortos, para a vida ou para a memória - isto é, homens

[132] Ibid, p.156.
[133] MACHADO, R. Op. cit., p.281.

urbanizados, integrados à cidade, ordenados em relação ao todo urbano". O que estava então em jogo era a idéia de inserir os indivíduos no social, conhecendo o meio urbano para nele atuar.

Mas, afinal, o que é o ***social***? Pergunta simples e óbvia, à primeira vista não mereceria maiores considerações. Mas, quando nos debruçamos sobre as questões subjacentes à vida em sociedade, à ordem das cidades, ao funcionamento das instituições e a todas as demais formas de cultura, emerge no pensamento o entendimento dessa noção. Aparentemente comum, o social, ou a promoção do social, mais especificamente, está presente em todos os discursos políticos, de todas as linhas de pensamento, em diferentes épocas. Objeto de aparente consenso, que surge como meta a ser atingida, o social tem uma história.

Segundo o entendimento de Donzelot[134], "esta necessidade de promover o social surgiu no momento em que o ideal republicano, forjado no século das Luzes, se viu confrontado com a forma democrática, colocada em prática pela primeira vez, no dia seguinte à Revolução de 1848[135]. Nessa ocasião, todas as certezas e promessas contidas no ideal republicano pareciam ter sido invalidadas, relegadas ao depósito das ilusões, em beneficio de uma questão cuja resolução comandava visivelmente a sobrevida da República: a questão social." Isto porque, segundo o referido autor, até então a República atendia aos anseios da vida em sociedade, mas, a partir desse divisor de águas, o que era resposta transformou-se em problema.

Para Donzelot, a compreensão das transformações políticas que ocorrem em nossa contemporaneidade passa pela análise do deslocamento dos grandes ideais do último século, em benefício das formas cada vez mais prudentes de investimento de nossas energias no ***social***, "um gênero híbrido que se instala na intercessão do civil e do político". A afirmação da soberania igual de todos, a exaltação da fraternidade voluntária,

---

[134] DONZELOT, J. La question sociale. In: ___. *L'Invention du social*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1984. 263p. p.18

[135] A Revolução de 1848 não se restringiu à França, mas foi o " insurgimento dos trabalhadores pobres nas cidades - especialmente nas capitais - da Europa Ocidental e Central. Foi unicamente a sua força que fez cair os antigos regimes desde Palermo até as fronteiras da Rússia. Quando a poeira assentou sobre suas ruínas, os trabalhadores - na França, de fato, trabalhadores socialistas - eram vistos de pé sobre elas, exigindo não só pão e emprego, mas também uma nova sociedade e um no Estado". In: HOBSBAWN, E.J. *A era das revoluções: 1789-1848.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. P.329.

que tinha fortalecido os revolucionários, foram substituídas por uma moral de solidariedade voltada para a coesão das relações sociais, dilaceradas no Antigo Regime.

Tratava-se, naquele instante histórico, de uma luta por direitos sociais, na medida em que definiam os privilégios específicos ou as compensações locais acordadas a tal ou qual categoria da sociedade, em razão dos prejuízos singulares que, supostamente, sofreu com a divisão social do trabalho. "A exigência absoluta de justiça apagou-se, em benefício de querelas sobre a relatividade das chances que beneficiam alguns, dos riscos que expõem os outros"[136]. Ao mesmo tempo, Donzelot explica: "a noção de responsabilidade desaparecia lentamente, em prol de uma socialização dos riscos de vida, considerados como simples probabilidades de ganhos *(aléas*), socialização que não imputa mais a quem quer que seja a desgraça dos outros, nem exige mais de quem quer que seja sua felicidade".

Na República nascente, o social vem opor o vocabulário virtuoso de uma moral do justo meio, onde somos intimados a devir *autônomos*, bem como a nos implicar *coletivamente*, em volta de uma mesa de negociações que tratasse de nossos "destinos privados e públicos, supondo que esta distinção tenha ainda algum sentido". E, nesse movimento, "a progressão do social faz par com a lenta dissolução de todas as instâncias que na sociedade - família, ou o movimento operário, por exemplo - tendiam a se comportar como sujeitos da história. A tal ponto que, de fato, tornou-se difícil falar simplesmente da sociedade, senão sob uma forma de sintoma, resíduo que se persegue ou fantasma que se alucina" [137].

Na medida em que considerava-se o social ligado ao fato político da democracia, aparecia um outro aspecto das coisas, face ao desencantamento que encadeia a limitação das paixões, tendo lugar o deslumbramento diante de uma invenção à qual somente devemos viver em regime de liberdade: se a solidariedade veio a fazer parte da soberania como fundamento efetivo do poder do Estado republicano, "é que tal noção devia ser

---

[136] DONZELOT, J. Op. cit.p.12
[137] Ibid.

inventada para fornecer à ação deste Estado um critério comparativo com sua definição democrática" [138].

Donzelot esclarece que a solidariedade estabelecia, de um lado, o papel social do Estado, contra os partidários de um liberalismo autoritário, que não rejeitavam o recurso à ditadura, se vissem a democracia tornar-se desvantajosa. Mas, por outro lado, assinalava a esse papel um limite, de modo a respeitar as liberdades e as iniciativas de cada um no quadro do progresso comum da sociedade, contra toda tentação subversiva de reorganização estatal da sociedade.

Do mesmo modo, o direito social repousa sobre a invenção, típica do cálculo de segurança (*assurantiel*), de um método de resolução dos problemas sociais que permite garantir cada um contra os prejuízos que sofre, sem renunciar à neutralidade do Estado, nem engajá-lo na via de uma concepção partidária da justiça social. Do mesmo modo, enfim, os procedimentos de implicação que recentemente desenvolveram-se, pelo recurso generalizado da negociação, organizam uma confrontação constante entre fins e meios do desenvolvimento, conferem um sentido imediato e tangível à forma democrática, a vida social efetiva, tornando-se sempre em maior grau o lugar onde se pode decidir o devir da sociedade.

Segundo o entendimento de Castel [139] o social precedeu a sua formulação explícita no início do século XIX, nas sociedades pré-industriais. Tratava-se de "múltiplas formas institucionalizadas de relações não mercantis, que dizem respeito a diferentes categorias de indigentes (as práticas e as instituições de assistência)". Dizia respeito também à intervenção do Estado em determinadas populações, reprimindo a vagabundagem, controlando a circulação da mão de obra e a obrigação do trabalho.

---

[138] Ibid.
[139] CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale; une chronique du salariat.* Paris: Fayard, 1995. P. 19

É a noção de solidariedade que dá fundamento à intervenção do Estado, aliada à técnica do direito social como modalidade de intervenção, com a fórmula da negociação, constituindo um novo paradigma da vida social, substituindo o modelo do contrato . Segundo Donzelot, o social vai constituir-se numa nova maneira de organizar a sociedade, na intercessão do civil e do político. O direito social se apresenta como a aplicação prática da teoria da solidariedade.

De acordo com a doutrina da solidariedade, o direito social deve reparar as carências da sociedade, compensar os efeitos da miséria, reduzir os efeitos da opressão. Este direito visa corrigir a sociedade, e não reorganizá-la. Mas, até que ponto poder-se-ia então reduzir o antagonismo fundamental em torno do qual muda a questão social: aquele que opõe o trabalho ao capital, o assujeitamento (sujeição) econômico do primeiro ao segundo que faz aparecer como mentirosa a soberania política igual para todos na República? Donzelot responde: para os republicanos a idéia de solidariedade permitia definir um papel positivo ao Estado, mantendo a neutralidade em face das forças que dividiam a sociedade. Ora, a intervenção do Estado pelo direito social, agindo sobre o desaparecimento destas forças, só pode transferir para ele as responsabilidades do movimento geral da sociedade.

Segundo Donzelot, no início do século XIX são agrupadas, sob o termo economia social, todas as pesquisas que visavam encontrar remédios práticos para os problemas sociais, tais como aqueles que pareciam ter surgido da aplicação pura e dura das leis da economia política clássica. Esta economia social constituía uma disciplina relativamente inconsistente: "Apesar de todas as tentativas (...), ela nunca designou mais do que o reagrupamento, sob uma etiqueta única, de todo um leque de soluções concretas aos diversos aspectos dos problemas sociais, e permaneceu incapaz de designar com algum rigor seu objeto, seus conceitos, seus métodos".

Ademais, a "caridade privada, a filantropia, as colônias agrícolas, as sociedades de seguros mútuos, economia (redução de despesas), as cooperativas - tantas 'soluções'

ficam ancoradas, cada uma a seu modo - às principais correntes ideológicas do século XIX. Os liberais as tomam para a caridade privada e a poupança (*épargne*); os conservadores para as sociedades de seguros mútuos sob a tutela dos notáveis, assim como as colônias agrícolas e o repovoamento mais ou menos forçado dos campos; os socialistas para as cooperativas e a organização estatal da economia".

Organizada em torno da idéia de solidariedade, surge no final dos anos de 1880 a chamada *escola nova* (termo de Charles Gide), que pretendia produzir uma teoria da sociedade e uma técnica de resolução dos problemas sociais, em perfeita ressonância uma com a outra. Segundo Donzelot (p.127), essa escola resultou, no plano teórico, de uma síntese entre diversas correntes de pensamento, que tentaram sair dos caminhos do liberalismo e do tradicionalismo, bem como do socialismo, em suas múltiplas variantes. Antes de mais nada, numerosas pesquisas históricas, como a de Émile de Laveleye sobre "as formas primitivas da propriedade", mostraram o caráter imutável mas histórico, evolutivo, desta instituição, bem como a do assalariado (***salariat***). Pode-se pois mudá-las, mas de modo progressivo, e levando em conta leis próprias de sua evolução, da direção que parece afetá-las.

A técnica de segurança *(assurentiel*) mostrou a superioridade da noção de solidariedade coletiva em relação à responsabilidade individual. Os acidentes de trabalho, considerados como um fato coletivo involuntário, ocasional e aleatório, resultados do processo conjunto do trabalho e que, nesse sentido, não demandariam a busca de um culpado individual, salvo casos excepcionais. É quando surge a noção de *risco profissional*, em detrimento da falta, e esse risco será socializado e não se falará apenas de acidentes de trabalho, mas também de outros riscos, como a doença resultante da insalubridade, a velhice, pela incapacidade de trabalho que ela traz, o desemprego como invalidez econômica, etc.

A restauração do papel da família era o eixo em torno do qual se deveria buscar soluções, pois o direito do primogênito era realçado, mas também a prática moralizadora

da poupança (***épargn**e*). A valorização das colônias agrícolas, as sociedades de seguros mútuos (geridas por filantropos) buscavam, na realidade, recuperar a importância da família. O direito social constitui-se sobre a base da socialização do risco e não no prolongamento do direito clássico. A linguagem relativa e homogênea da estatística serviu de apoio ao direito social, com a relatividade dos fatos, das situações, dos prejuízos e com seu caráter aleatório. "Apoiando-se nessa linguagem nova da estatística, o direito social pode pretender substituir o mecanismo de uma promoção do social, ou seja, de uma redução dos riscos de todos e do aumento simultâneo das chances de cada um, à oposição original entre direito ao trabalho e direito à propriedade.

Assim, o direito ao trabalho é considerado indefensável com todo rigor, pois abriria as portas a todo tipo de espoliações dos bens e supressões das liberdades. Por outro lado, pode-se admitir que alguns corram mais riscos que outros, e justificar-se, por esta rivalidade mesma, um levantamento prévio das riquezas, a fim de compensar os prejuízos ligados a esses riscos." Já o direito à propriedade "é inatacável em seu princípio, mas discutível - e discutido - quanto à sua repartição nos fatos. Fala-se então em termos de chances de acesso à propriedade." Assim, a separação do social e do econômico, segundo Donzelot nos levaria rumo ao Estado-Providência, com suas crises, tendências e perspectivas.

Castel[140] denomina Estado social, que se constituiu na intercessão do mercado e do trabalho, o que vários autores definem como Estado-Providência. Para ele estamos hoje diante de uma bifurcação: "aceitar uma sociedade inteiramente submetida às exigências da economia, ou construir uma figura do Estado social face aos novos desafios." Diante dos riscos da anomia, da desassociação generalizada, propõe um novo pacto de solidariedade, de trabalho e de cidadania: "pensar as condições de inclusão de todos para que possam fazer comércio juntos, como se dizia no tempo das Luzes, quer dizer, 'fazer sociedade'."

[140] CASTEL, P. Op. cit., p.23

Consideramos relevante afirmar, no âmbito desta pesquisa, que não há consenso nas diferentes visões tanto de organização, quanto de instituição. E, nesse sentido, toma-se uma pela outra, muitas vezes de maneira indiferenciada. Nosso intuito foi o de problematizar ambas as noções, já que constituem personagens conceituais[141] a comporem um plano de construção conceitual. A depender do entendimento que tenhamos desses conceitos, o conceito de memória institucional será diverso.

A categoria de sistema, que tanto encantou a ciência nas últimas décadas, ao que parece, não consegue dar conta dos processos, sejam eles processos de atualização, de diferenciação, de produção de efeitos de significado, de formação de grandes conjuntos orgânicos e sociais. Não nos é possível explicar o movimento da diferença dentro dos moldes da dedução, onde a realidade existente determina os fenômenos futuros.

Já os sistemas ditos *abertos,* que se fundam sobre as interações, e que negam a linearidade causal, mantêm sua vivacidade: “um sistema é aberto quando os conceitos são relacionados a circunstâncias, e não mais a essências.”[142] Esta é a idéia de *rizoma*, concebida por Deleuze e Guattari. Um rizoma é um sistema acentrado[143], nem hierárquico, nem significante, mas aberto, conectável, desmontável, suscetível de receber experimentações e modificações.

O mais importante exemplo desse tipo de sistema é o sistema nervoso central. Em tal sistema a comunicação flui por vizinhança, sem a preexistência de canais e hastes; os indivíduos são intercambiáveis e se definem por estados, “as operações locais se coordenam e o resultado final global se sincroniza independente de uma instância

---

[141] Segundo DELEUZE, “os *personagens conceituais* são verdadeiros agentes de enunciação.” É o sujeito de uma filosofia, como o Dioniso de Nietzsche, o Sócrates de Platão, o Idiota de Cusa). DELEUZE, G. *O que é filosofia*? Op.cit, p.86

[142] DELEUZE, G. *Conversações.* Rio de Janeiro: Ed.34, 1992. P. 45. “É justamente a potência do sistema que pode, só ela, destacar o que é bom ou ruim, o que é novo ou não, o que está vivo ou não numa construção de conceitos. Nada é bom absolutamente, tudo depende do uso e da prudência, sistemáticos.”

[143] PETITOT, J. Centrado/ acentrado. In: *Organizações acentradas*. Enciclopédia Einaudi, v. 13.

central" [144]. Os sistemas centrados, por outro lado, são arborescentes e funcionam como centros de significância, "autômatos centrais como memórias organizadas". Deleuze observa que eles inspiram uma triste imagem do pensamento. Os sistemas arborescentes são modelos, em que um elemento só recebe suas informações de uma unidade superior "e uma atribuição subjetiva de ligações preestabelecidas. Vê-se bem isso nos problemas atuais de informática e de máquinas eletrônicas, que conservam ainda o mais arcaico pensamento, dado que eles conferem o poder a uma memória ou a um órgão central".

A teoria das organizações acentradas, segundo Petitot, emerge de uma retomada das noções de estruturas centradas e/ou hierárquicas, que serviram de paradigma durante séculos à tradição do pensamento ocidental: a univocidade, a identidade, a classificação, a ordem, a hierarquia. "Na estratégia teórica hodierna defrontam-se o advento (...) do equívoco, do errático, do disseminado, do parcial, do local, do marginal, do descentrado, do excêntrico, do acentrado". Petitot assevera que a questão central dessa teoria acentrista poderia ser colocada segundo a problemática seguinte: "em que medida um sistema, cujas componentes apenas agem em função de uma informação local, é susceptível de performances globais? O exemplo típico de um sistema semelhante é o cérebro.[145]"

As recentes pesquisas sobre o funcionamento do cérebro abrem uma nova linha de investigação em direção aos mecanismos da memória, que nos levam a rever antigas definições, que fazem da memória um reservatório de informações a serem lembradas/resgatadas e/ou esquecidas, perdidas ou bloqueadas. Segundo essa visão, o fenômeno da memória estaria sempre prisioneiro do universo representativo, num processo onde tudo aquilo que uma vez se apresentou à nossa consciência (passado), poderia se reapresentar, de preferência de forma idêntica ou mimética, num outro tempo (presente ou futuro). A memória se identificaria com o hábito. Conhecer seria, na verdade, reconhecer, recordar. Pensar como sinônimo de representar.

---

[144] DELEUZE, G. Mil platôs, p.26.

[145] PETITOT, J. Op. cit., p.

É importante assinalar que a natureza da memória, apesar de ser um fenômeno bastante estudado, está envolta ainda numa zona nebulosa, que tende a ser desvelada quando procuramos construir um quebra-cabeças, com alguns procedimentos teóricos advindos tanto da filosofia, da neurologia, quanto da biologia: o pensamento rizomático, a teoria das organizações acentradas, os sistemas complexos, etc.

O cérebro deve ser visto como um volume espaço-temporal, sempre em expansão, onde se constróem cada vez mais sinapses, circuitos, caminhos. E a memória deixa de ser *mimesis*, para assumir o papel que lhe é próprio: tempo. Entendemos que é sobre a memória que estão estabelecidas as bases da cultura e da criação. Resta saber de que memória se trata.

Há, pois, diversas maneiras de serem analisados os fenômenos da memória, e suas relações com as instituições, pois não há apenas o modelo representativo disponível na literatura e/ou circulando no imaginário social. Precisamos quebrar as cadeias da representação, tarefa imprescindível na elaboração de conceitos. Mesmo quando se trata da construção de um conceito que tem como base a memória: *memória institucional*. Voltaremos a essas questões no capítulo 4.

2.2 Instintos e Instituições

A idéia de reunir as noções de *instinto* e de *instituição,* no âmbito desta investigação, deu-se em função da relevância do pensamento de Hume, um filósofo que, apesar de decorridos três séculos de sua vida e obra, ainda é bastante atual, razão pela qual pode enriquecer as discussões desta pesquisa, especialmente no que se refere ao processo de institucionalização das relações sociais.

Segundo Deleuze [146], o instinto e a instituição são "formas organizadas de uma satisfação possível". De acordo com essa idéia, a experiência individual se dá em um meio específico ou em um meio institucional. Mas, se a satisfação de tendências e necessidades se dá na instituição, isso não significa que essas últimas sejam causas daquela. E exemplifica: "no casamento, a sexualidade; na propriedade, a avidez. Objetar-se-á o exemplo de instituições como o Estado, às quais não corresponde nenhuma tendência. Mas está claro que tais instituições são *secundárias*, que elas supõem comportamentos já institucionalizados, que elas invocam uma utilidade derivada propriamente social, a qual acha em última instância o princípio do qual ela deriva na relação do social com as tendências."

Esta seria a diferença entre a instituição e a lei, sendo a primeira um modelo positivo de ação e a segunda uma limitação à ação. Tal teoria da instituição é inventiva e criadora de meios originais de satisfação, deixando a necessidade fora do social. Já as teorias da lei colocam o positivo fora do social (direitos naturais), bem como o social no negativo (limitação contratual). Daí podem ser extraídos critérios políticos, indicados por Deleuze: "a tirania é um regime onde há muitas leis e poucas instituições, a democracia, um regime onde há muitas instituições, pouquíssimas leis. A opressão se mostra quando as leis

[146] *Instincts et institutions. Textes et documents philosophiques*. Ed. Hachette, 1955. Coletânea de textos escolhidos e apresentados por Deleuze numa coleção dirigida por G. Canguilhem.

incidem diretamente sobre os homens, e não sobre instituições prévias que garantam os homens."

Assim, a instituição "nos remete a uma atividade social constitutiva de modelos, dos quais não somos conscientes, e que não se explica pela tendência ou pela utilidade, uma vez que esta última, como utilidade humana, pelo contrário, a supõe". Eis aí o paradoxo da sociedade, segundo Deleuze: "falamos de instituições, quando nos achamos diante de processos de satisfação, que não desencadeiam nem determinam a tendência ao satisfazer-se...". A tendência, no âmbito institucional, é sempre constrangida, *sabotada,* transformada, sublimada.

Daí a existência de uma outra instância, da qual dependem diretamente as formas sociais de satisfação das tendências, pois que na instituição a necessidade encontra uma forma de satisfação apenas indireta - já que nem todos os que têm necessidade nela encontram satisfação. Essa instância é a do instinto, que "se acha na encruzilhada de uma dupla causalidade, aquela dos fatores fisiológicos individuais e aquela da espécie propriamente dita - hormônio e especificidade."

Deleuze conclui que "o homem não tem instintos, ele faz instituições. O homem é um animal se despojando da espécie. Assim, o instinto traduziria as urgências do animal, e a instituição, as exigências do homem: a urgência da fome torna-se no homem reivindicação de ter pão".

As idéias de Deleuze[147] , aqui expostas, são frutos de encontros com a obra de David Hume (especialmente o *Tratado da Natureza Humana* , onde estão condensadas as suas principais idéias), estudada e analisada em seu livro *Empirisme et Subjectivité*. Nela Hume propõe uma teoria do artifício, em que concebe as relações entre natureza, cultura, tendência e instituição. Hume[148] pensa a instituição de forma positiva. Para ele, a

---

[147] DELEUZE, G. *Empirisme et subjectivité*. Paris: PUF, 1988. 152p. A primeira edição data de 1953.

[148] HUME, D. *Tratado de la naturaleza humana; ensayo para introducir el método del razonamiento experimental en los asuntos morales*. Madrid: Calpe, 1923. V.1

instituição é um artifício, que visa originariamente estender determinadas paixões. A instituição integra as paixões parciais e a correção/repressão surge como efeito dessa integração. A questão principal seria não corrigir/reprimir tais paixões, mas estendê-las ao grupo social, para que persistam e se reproduzam, por um processo de associação.

Assim, para Hume o artifício está fundado na natureza humana, como se a finalidade da natureza humana fosse a cultura e o artifício. O que não significa dizer que o artifício esteja na natureza humana, mas que o poder de inventar é inerente à natureza humana: "o gênero humano é uma espécie dotada do dom de invenção, e quando uma invenção é clara e absolutamente necessária pode considerar-se tão natural quanto o que procede de modo imediato dos princípios originais, sem a intervenção do pensamento ou da reflexão. Embora as regras da justiça sejam artificiais, não são arbitrárias".[149]

Hume propõe uma regra geral, que seja ao mesmo tempo corretiva e extensiva, cuja função é "determinar um ponto de vista estável e comum, firme e calmo, independente de nossa situação presente. (...) As paixões não são limitadas pela justiça, elas são alargadas, estendidas. A justiça é a extensão da paixão, do interesse, onde só é negado e constrangido o movimento parcial."

A essência da sociedade, para Hume, não é a lei (teorias contratuais), mas a instituição. Sua lógica apoia-se no argumento de que a sociedade não pode garantir direitos naturais, preexistentes, uma vez que, se o homem vive em sociedade, isto significa que não há direitos preexistentes. A instituição é um modelo de ação, um sistema de meios positivos, "uma invenção positiva de meios indiretos." A regra geral para Hume é a instituição.

---

[149] HUME, D. Op. cit., v.III, p.47.

Como sistema prefigurado de satisfação possível, a instituição modela as ações, o que não significa que ela se explique pela tendência. Segundo Deleuze[150], quando Hume fala de sistemas de meios, são meios indiretos, oblíquos, que não satisfazem uma tendência, sem limitá-la ao mesmo tempo. Uma forma de casamento, um regime de propriedade são apenas formas possíveis (instituições) entre outras tantas que se encontram espalhadas em diferentes épocas, sociedades e países.

Já no modelo repressivo, que reflete as *teorias contratuais*, a lei veta as paixões para transformá-las do estado de natureza em estado civil. Segundo Deleuze, o que Hume reprova nas referidas teorias é a imagem falsa e negativa da sociedade, "de nela ver um conjunto de limitações dos egoismos e dos interesses, ao invés de compreendê-la como um sistema positivo de empreendimentos inventados. Eis porque é tão importante lembrar que o homem natural não é egoísta: tudo depende da concepção de sociedade que se têm."[151]

As teorias do contrato social vêem o ser humano como naturalmente egoísta, sendo necessário que esse egoísmo seja limitado para que a sociedade possa existir. E a lei apareceria como repressora desse sentimento, impedindo a formação dos laços sociais. Trata-se de um movimento negativo, onde a lei contraria o egoísmo, garantindo a manutenção do *socius*, pela coerção. Nessa teoria o que temos é um estado de natureza, onde os homens não dialogam e não se respeitam, senão por força do pacto social garantido pela lei. A instituição é pensada como negação da natureza humana.

[150] DELEUZE, G. Op. cit., p.37. "Tal é a diferença entre o instinto e a instituição: há instituição quando os meios pelos quais uma tendência se satisfaz não são determinados pela tendência ela mesma, nem pelos caracteres específicos."

[151] DELEUZE, G., op.cit, p.26

Deleuze[152] esclarece que, em Hume, há uma mudança radical na posição prática do problema social, pois a sociedade já não é mais pensada como sistema de limitações legais e contratuais, mas como "uma invenção institucional: como inventar artifícios, como criar instituições que forcem as paixões a superar a sua parcialidade, e formem outros tantos sentimentos morais, jurídicos, políticos ...".

Segundo os teóricos do contrato social[153], a sociedade se institui mediante um contrato[154], ao qual os homens devem obedecer. Descrevem o homem em **estado de natureza**, propõem que se despojem de suas potências em favor da instituição da sociedade. Segundo Châtelet[155], trata-se apenas de um conceito, que não encontra ressonância na história, pois deveríamos admitir que antes da instituição da sociedade existiriam homens isolados, por assim dizer originários. "É evidente que nunca houve, historicamente, homem em estado de natureza. Assim que o homem aparece, há sociedade; e, assim que há sociedade, há interdições, recomendações, regras, organização social, há um certo *status* 'político'.

As instituições apresentam-se como artifícios, em Hume, na medida em que são invenções a serviço do desdobramento e da extensão das paixões que, num primeiro momento são parciais e, em seguida, tornam-se sociais. A simpatia**[156],** por exemplo, que

[152] DELEUZE, G. Hume. In: CHÂTELET, F. (org.) *História da Filosofia.* V.2. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. P.216.

[153] As *teorias contratuais* tiveram muitos partidários, tais como Locke (1632-1704), encontrando sua mais alta expressão na obra de Rousseau (1712-1778 - *Contrato Social*)) e de Hobbes (1588-1679 - *Leviatã*), que concluem pela necessidade de paz, segurança e aperfeiçoamento, quando os homens concordam em viver sob a autoridade comum à qual se submetem. Nesse sentido, o criminoso é aquele que rompe o **pacto social**.

[154] Segundo Châtelet, o conceito de **contrato** teve sua origem nas comunas comerciais do vale do Reno e nas comunidades monacais. Da mesma forma que a origem do **Estado**, como princípio de sociedade e como potência soberana herdou conceitos da teologia "nos debates entre os papas e os imperadores". Transformações econômico-políticas que se deram lentamente vão dar corpo a novas formas de organização políticas e sociais, que se configuram em relações de dominação, de comando e obediência. E as teorias contratuais têm lugar do século XVI ao século XVIII, com suas variações.

[155] CHATELET, F. Uma história da razão, p.84.

[156] Segundo CAIXEIRO, sympathia, em grego, refere-se "a uma suposta correspondência entre duas coisas. A evolução semântica mostra que o termo original passou a exprimir afinidade, depois atração". CAIXEIRO, Nathanael C. In: BERGSON, H. *A evolução criadora*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. Nota. P. 156.

a princípio é parcial, se constitui no momento em que as sensações sofrem o efeito dos princípios de associação (ou seja, a contiguidade, a semelhança e a causalidade). Para Hume, a simpatia se dá por aquilo que é contíguo, semelhante, causa ou efeito. Um pai ama seu filho, não apenas por ser este seu semelhante (relação de semelhança), mas porque com ele convive durante determinado tempo (relação de contiguidade), e ainda por acreditar que é causa da existência de seu filho (relação de causa e efeito). Nesse sentido, a parcialidade e a passionalidade seriam inerentes à natureza humana e, para a formação de um mundo cultural, é necessário fazer com que essas paixões se desdobrem e se estendam a um todo. O espírito já não seria afetado apenas de modo parcial, mas agora social.

A instituição emergeria então como artifício, na formação de regras gerais, numa operação de integração e não de limitação. A **crença** aqui é fundamental para a compreensão do empirismo de Hume, pois para ele um indivíduo respeita seu pai não por dever, mas por acreditar que ele é causa de sua existência. Assim, num primeiro momento Hume aponta as regras gerais como artificiais e, num segundo momento funda o artifício na natureza humana. O ser humano é, por natureza, um ser que inventa, que cria e que problematiza, para dar vazão a seus interesses.

Nesse processo de artificialização, que é também um processo de institucionalização, o que está em jogo é uma série de operações da própria razão, que fixa interesses gerais, para além dos interesses parciais, particulares. Vale dizer que esses interesses particulares serão, de alguma maneira, contemplados, mesmo que de forma oblíqua. O fato de tais interesses não serem contemplados *in totum* traz ao indivíduo a sensação de uma relativa insatisfação. O indivíduo respeita a propriedade do outro, na medida em que a sua propriedade é respeitada.

Um outro aspecto da teoria do artifício ou da instituição, extremamente inovador e atual, diz respeito ao problema do poder e do governo. Para Hume, uma maneira de serem evitadas as deformações culturais, nas instâncias do poder social, nos aparelhos de

sanção, recompensas e punições, que conferem aos sentimentos ampliados ou às paixões refletidas um grau de vivacidade e de crença suplementar, é a credibilidade e não a representatividade. Para que uma instituição tenha fôlego na sociedade, é preciso que tenha credibilidade social.

Uma instituição é, pois, obra coletiva, criação social, cultural, acontecimento. São agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais. As instituições são construídas historicamente e trazem embutidos, em seu processo instituinte, mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que venham a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem a uma certa regularidade. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção da manutenção dessa ordem.

Tal função deve ser pensada como memória, pois introduz um ritual que deve ser reproduzido diariamente. Não se trata de repensar o passado em função do presente, mas de aproveitar do passado o suficiente para a manutenção do presente institucional. É uma memória que coexiste com o presente, que faz com que as ações passadas estejam se atualizando no presente. Há um certo passado coexistindo com o presente, como um hábito que se reproduz.

Ao pensarmos a instituição em sua gênese, antes de seu caráter reprodutor, estamos nos aproximando das regras gerais de Hume. A princípio, analisando a natureza humana como tendência, não temos como entender a produção de instituições, uma vez que toda tendência, ao se relacionar com outras tendências, tende ao conflito, a uma destruição recíproca, pois a afirmação dos direitos de uns se contrapõe aos direitos do outro. Para que uma instituição emerja e ganhe consistência, é preciso que as tendências se desdobrem e que a instituição seja resultado dessas tendências desdobradas e estendidas.

Como se daria essa passagem das paixões parciais para os interesses instituídos? Para Hume, ela se dá através de uma operação da imaginação. Se a instituição é, na

realidade, uma reflexão do interesse que permite a tendência se desdobrar socialmente, trata-se de transformar o interesse, puramente passional, em imagem refletida. A reflexão do interesse, no sentido ótico de reflexão, implica um interesse que se volta sobre si mesmo. Esse movimento de voltar-se sobre si do interesse só é possível através da imaginação. É pela imaginação que se dá o respeito à propriedade pelos indivíduos, na medida em que não querem ver suas próprias propriedades desrespeitadas. Ao criar a lei que defende a propriedade, na realidade, o homem cria e institui a propriedade através da reflexão de interesses. Não se trata de avaliar o interesse, mas de fazer com que esse interesse se propague, através da fantasia, pois não há um direito universal à propriedade .

Na realidade, o que há é um artifício que se verifica em diversas instâncias. Nas instituições governamentais, onde aparece um representante que vai contemplar esses interesses, permitindo que tais interesses refletidos na figura do representante, tornem-se interesses sociais. Nas instituições familiares, onde são estabelecidas determinadas regras sociais, que são reflexões de interesses, como o parentesco e a proibição do incesto. Há um jogo que se estabelece entre a imaginação e os princípios de associação, pois quando essas tendências refletem-se na imaginação, tornam-se interesses refletidos, que se desdobram infinitamente. É como se, na gênese da instituição, tivéssemos uma integração desses interesses, seguida de uma generalização, fazendo aparecerem as regras gerais.

A instituição, nesse sentido, viabiliza determinados interesses, ao mesmo tempo que os corrige; doravante não serão mais passionais, mas de um grupo. Daí a sensação de uma atividade a ser cumprida, de uma dever para com o *socius,* para com determinada família, para com a igreja, para com o governo. Na realidade, a instituição e a sua reprodução não são incompatíveis com as paixões. São antes integrações de tais paixões. O desdobramento dessas paixões, que as instituições integram, é possibilitado pela imaginação.

Portanto, o que explica a instituição não é a tendência, mas a reflexão da tendência na imaginação. Isto pressupõe um mecanismo de torção que se faz na imaginação, onde a tendência refletida se transforme em tendência geral. Por que os animais não formam instituições? Simplesmente porque se agregam instintivamente. Já o homem, se agisse por instinto, não faria sociedade. A instituição não poderia se fundamentar no instinto porque é de outra ordem, é criação. A instituição se fundamenta, em última análise, nos princípios de associação. É razão e costume.

Hume vê no universo moral a efetuação da natureza humana, já que ela não é instintiva e se distingue dos animais. O ser humano é um ser político. A natureza humana deve ser pensada no seio de um processo de culturalização. Trata-se de uma filosofia do artifício, já que é a natureza humana que engendra a cultura, sua grande invenção. Nesse sentido, a natureza humana é artificiosa, política, porque cria meios oblíquos para satisfazer determinadas paixões e interesses. Está em jogo todo um processo de racionalização, cuja intenção é tornar as paixões, num primeiro momento, de um grupo, e, em seguida, estendê-las ao todo social, mas para uma satisfação oblíqua.

A crença e o costume devem estar investidos nesse processo, pois é preciso acreditar que determinados interesses serão contemplados. E a imaginação trabalha para fazer uma espécie de compensação. Há um coeficiente de liberdade na natureza humana, que se revela nesse poder de inventar. Diferentemente da sociedade das formigas, por exemplo, que se associam por instinto.

A memória para Hume é hábito, sendo importante distinguir o hábito enquanto constituinte, da memória enquanto reflexão. A memória, o entendimento, enquanto reflexão, enquanto atividades, dizem respeito a sínteses ativas, pois supõem a ação dos princípios, antes mencionados. O hábito é fundante, é constituinte. Para dar um passo no mundo é necessário ter conjugado vários hábitos. Para que possa generalizar, é necessário que o ser humano tenha observado a repetição e a sequência de inúmeros casos. De

diversos casos que o espírito contemplou é possível inferir acontecimentos futuros. Segundo Deleuze[157], "a síntese passiva do hábito constituía o tempo como contração dos instantes sob a condição do presente, mas a síntese ativa da memória o constitui como encaixe dos próprios presentes."

O que está em jogo aqui é a desnaturalização do conhecimento humano. Ou seja, Hume vê o conhecimento humano como processo. O processo cognitivo é uma construção que se funda na natureza humana, na medida em que esta se estabelece pela ação dos princípios de associação, já mencionados, e se faz como tendência. O que o espírito contempla, o entendimento desdobra e transforma em experiência.

Na realidade, o entendimento prevê, antecipa, generaliza e a memória auxilia nesse processo, na medida em que distingue casos que foram contemplados no passado, permitindo trazê-los ao presente e analisá-los. A memória distingue onde o hábito conjugou. A memória é pensada como síntese ativa, que deriva do hábito, síntese passiva. Mas, a síntese passiva do hábito é fundante. A função do entendimento, para Hume, consiste em estender as paixões, duplicá-las e desdobrá-las ao campo social. O entendimento estaria a serviço de nossos interesses.

Seria possível um encontro conceitual entre dois personagens tão distantes no tempo, como Hume e Foucault? Parece que sim, pois de Hume para Foucault não existe contradição. Ambos têm uma concepção positiva da instituição, mesmo que tenham caminhado por vias diversas. Para Hume, a instituição é uma integração. Foucault analisa a prisão, o asilo, o hospital, a escola, etc. Como estratificaram-se e quais as funções e os elementos conceituais desses dispositivos? O que essas instituições integram? Quais as relações de forças que estão integrando-se no processo de institucionalização mais amplo? Como é que as paixões encontram-se nesses dispositivos, viabilizadas e reprimidas?

---

[157] DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Op.cit., p.143. Ver também DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é filosofia?* , p.137.

Foucault vê a instituição como um dispositivo. Seu maior interesse não é a instituição em si, mas o processo de institucionalização mais amplo. Analisa a prisão, a família, o hospital, onde o saber está implicado como poder disciplinar. O que ele pretende é, pela análise das instituições, pensar a disciplina. O que tais instituições têm em comum, em determinada época? Foucault assinala que, na base das instituições, estão sempre presentes dois dispositivos: saber e poder. Para ele, o que define uma ciência são regimes de enunciados a que dão origem, definíveis pelo visível e pelo enunciável. As enunciações são curvas que distribuem variáveis. Segundo Deleuze[158], "em cada dispositivo as linhas atravessam limiares, em função dos quais são estéticas, científicas, políticas, etc."

A prisão, por exemplo, como uma máquina ótica, vendo sem ser vista, produz o prisioneiro. A prisão é, na verdade, uma forma de conteúdo num estrato, tanto quanto a escola, o quartel, o asilo, a fábrica, o hospício, a igreja, etc. Porque uma forma de conteúdo entra em relação com outras formas, com as quais compõe um conjunto onde, apesar das diferenças, algo em comum as aproxima. O que seria? A disciplina. O modelo disciplinar, que Bentham formulou com o seu Panopticum.

Como já explicitado anteriormente, a instituição formaliza funções, integra saberes, produz substâncias formadas, que são os agentes institucionais por ela legitimados: na escola, o estudante e o professor; na medicina e no hospital, médicos e doentes; na prisão, o prisioneiro; no hospício, o louco; no campo de trabalho, o trabalhador.

As relações de força no campo do poder produzem uma ação qualquer. Por trás das matérias formadas e das funções formalizadas e finalizadas é preciso descobrir as funções puras. Quando uma ação qualquer é dotada de finalidade já se encontra no terreno da instituição, no campo das formas. Por isso é necessário distinguir as funções puras das forças e as funções finalizadas: as funções puras das forças (incitar, suscitar,

---

[158] DELEUZE, G. Qu'est-ce qu'un dispositif? Op. cit., p.85.

extrair), nos regimes de enunciados, no campo das visibilidades; as funções finalizadas já no campo das instituições (tratar, educar, governar, ensinar, vigiar, punir).

Sem compreender esse processo de integração de forças, de racionalização do poder, que é o processo de institucionalização, torna-se difícil estabelecer uma crítica às instituições e, dessa forma, continuaremos criando instituições com objetivos que não dão conta da nossa atualidade. É preciso outras problematizações que libertem o indivíduo dos valores institucionalizados por séculos e séculos, segundo modelos religiosos baseados nos pares culpa-castigo, céu-inferno, homem-mulher, guerra-paz, bom-mau. Para que se possa produzir uma memória institucional solidária, é preciso que outras instituições aconteçam.

Assim, no diagrama do poder o que temos é um livre jogo de forças, as funções puras. Para que as funções se formalizem e se instituam é necessário haver a integração do saber com o poder. O poder, na medida em que é pensado como relações de forças, é um fora[159] absoluto, mais distante do que qualquer mundo exterior, que atravessa as instituições, encontra-se em toda parte, difuso e transversal. As instituições são integradoras e formalizadoras.

De acordo com Deleuze [160], "as diferentes linhas de um dispositivo repartem-se em dois grupos: linhas de estratificação ou de sedimentação, linhas de atualização ou de criatividade". A nosso ver, trata-se do instituído e do instituinte, que precisam ser distinguidos na análise das instituições. Descrever um dispositivo implicaria, portanto, perceber a separação entre o conhecido e o desconhecido, aquilo que fomos daquilo que estamos em vias de vir a ser. E nesse processo a memória desempenha um papel crucial.

[159] O conceito de **fora**, utilizado em seu texto *La pensée du dehors*, diz respeito ao hiato entre o ver e o falar, quando são rompidas as relações causais, que nos levam a buscar uma verdade dada, determinada, previsível. No núcleo do pensamento, encontra-se o vazio (tempo puro), que nos faz pensar, problematizar, criar. A subjetivação, para Foucault, se faz por uma dobra do lado de fora. Ver FOUCAULT, M. Dits et Écrits, v. I, 1994. O texto foi originalmente publicado em 1966.

[160] DELEUZE, G. Qu'est-ce qu'un dispositif? Op. cit., p. 85. Segundo este autor, não apenas a ciência, mas também um gênero literário, um estado de direito, um movimento social se definem pelos regimes de enunciados a que dão origem.

É importante precisar quais as condições de existência de um discurso, que tem suas regras de formação. Pois a identidade de um enunciado depende de sua localização num campo institucional. A instituição formaliza/materializa o que é dito e o que é visto. O poder - um outro tipo de dispositivo - é produtor; faz ver e faz falar. [161]

No entanto, um dispositivo pode ser definido "pelo que detém de novidade e criatividade, e que ao mesmo tempo marca sua capacidade de se transformar, ou de desde logo se fender em proveito de um dispositivo futuro, a menos que se dê um enfraquecimento da força nas linhas mais duras, mais rígidas, ou sólidas", que são as linhas de subjetivação. Este é o terceiro dispositivo estudado por Foucault, que detêm a capacidade/a força de romper as dimensões de saber e de poder instituídas, ainda que às custas de recuos, fracassos e novas investidas. A produção de novas formas de subjetivação é o processo de transformação, o esboço daquilo que ainda não somos, mas que estamos em vias de nos tornar[162].

Ao contrário do que muitas vezes pensamos, a instituição, como um dispositivo (sentido de Foucault) ou como um artifício (à maneira de Hume), é um *locus* de metamorfose. Conforme afirma Deleuze [163], "pertencemos a dispositivos e agimos neles. À novidade de um dispositivo, em relação aos que o precedem, chamamos *atualidade do dispositivo*, a nossa atualidade. O novo é o atual. O atual não é o que somos, mas aquilo que vamos nos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro." Isto porque, quando Foucault fala do poder, trata-se de um dispositivo que é produtor, que só existe em ação. Sujeitos individuais ou coletivos, enquanto livres, "têm diante de si um campo de possibilidade onde várias condutas, relações e diversos modos de comportamento podem se apresentar. (...) A liberdade é condição de possibilidade do poder. (...). A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, portanto, ser

---

[161] DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991. "O poder não é essencialmente repressivo (já que 'incita, suscita, produz'); ele se exerce antes de se possuir (já que só se possui sob uma forma determinável - classe - e determinada - Estado), passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes (já que passa por todas as forças em relação)".

[163] DELEUZE, G. Qu'est-ce qu'un dispositif? Op. cit., p. 92/93.

separadas. (...) No âmago da relação de poder, provocando-a sem cessar, estão a reticência do querer e a intransitividade da liberdade."[164]

Por essa razão, é inútil procurar identificar o poder com a superestrutura, como muitos pensadores contemporâneos. O poder está em todo lugar e é produtor de práticas. Há um jogo de forças - forças em relação com outras forças - traduzindo-se em práticas conflitantes, que os atores sociais desempenham. E esse é um jogo de poder. Aprendemos com Foucault que a liberdade é uma prática. Excetuando-se os casos extremos de tortura e extermínio, que excluem qualquer resistência, há sempre a possibilidade de insubordinação e de desobediência. A liberdade não é alguma coisa que existe em si. Ela deve ser permanentemente conquistada. Foucault com a palavra: "A liberdade não é jamais assegurada pelas instituições ou leis que pretendam garanti-la. É por esta razão que quase todas as leis e instituições podem ser subvertidas. Não porque sejam ambíguas, mas simplesmente porque liberdade é aquilo que deve ser praticado."[165]

Popper também procurou na emergência das instituições uma categoria conceitual que escapasse à dupla armadilha do arbítrio e do projeto individual subjetivo. Viu na instituição um local decisivo para pensar a complexidade das interações causais. As instituições são obras dos indivíduos porque são eles que agem. Embora as instituições de certa forma se imponham aos indivíduos, é preciso distinguir, segundo Popper, apud Prigogine e Stengers [166], "as ações finalizadas dos homens e as instituições sociais que transcendem as intenções e os objetivos particulares dos atores, mas que podem todavia evoluir, propositadamente ou não, em conseqüência de suas ações." Segundo estes autores, Popper descobriu que "as constrições factuais e institucionais não são apenas limites impostos ao arbitrário, mas são as condições da emergência da novidade, tanto no mundo animal como no mundo do conhecimento objetivo. A novidade, as perguntas, as

---

[164] FOUCAULT, M. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault; un parcours philosophique*. Paris: Gallimard, 1984. P.297-321.

[165] FOUCAULT, M. Espaço e poder. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.23, 1994. P. 139-145.

[166] PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. Organização. In: *Sistema*. Enciclopédia Einaudi, 26. P. 128.

hipóteses, já não nascem arbitrariamente; surgem num mundo denso de paisagens problemáticas, que pressupõem e que transtornam.

Preciosas e raras, como acontecimentos, enunciados, elas já não podem ser compreendidas como algo arbitrário, dada a sua natureza intrinsecamente histórica. São "frutos da interação entre um conjunto de constrições culturais, estéticas, sociais, políticas, de rejeições, de antecipações e de interesse, e no entanto instituindo-se objetivamente, ou seja, de maneira autônoma em relação ao conjunto em questão"[167] . É interessante observar que Popper conheceu a obra de Hume, citada na *Lógica da Descoberta Científica* e no *Conhecimento Objetivo*. Sua maneira de analisar a emergência das instituições pode ter sido inspirada por Hume. Uma rede conceitual começa a fazer sentido.

O conceito de *instituição* é encontrado na literatura, associado a inúmeros elementos conceituais que lhe dão diferentes sentidos e visões de mundo. É nosso propósito compreender suas variações para conectá-lo com a memória. Vejamos, então, alguns pontos de vista de autores de diferentes áreas do conhecimento.

Para Castoriadis [168], "o que mantém uma sociedade coesa é naturalmente sua instituição, o complexo total de suas instituições especiais, o que chamo 'a instituição de uma sociedade como um todo '- tomando-se aqui a palavra ***instituição*** em seu sentido mais amplo e radical: normas, valores, lingua, instrumentos, procedimentos e métodos de lidar com as coisas e fazer as coisas, e, naturalmente, o próprio indivíduo, no tipo e forma geral e particular (e suas diferenciações: homem/mulher, por exemplo) que a sociedade considerada lhe conferiu."

---

[167] PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. Organização. In: *Sistema*. Enciclopédia Einaudi, 26. P. 71.

[168] CASTORIADIS, C. *Os destinos do totalitarismo e outros escritos* . Porto Alegre: L&PM, 1985. P.28 A obra é composta de 5 textos reunidos nessa coletânea, sendo *O domínio social-histórico*, escrito em 1981, o que ora citamos. O autor é um conhecido pensador da sociedade e das instituições, tendo publicado vários livros sobre o assunto, entre os quais *A Instituição Imaginária da Sociedade* , editada no Brasil pela Paz e Terra.

O caráter limitativo, constrangedor ou coercitivo senão de todas, mas de algumas instituições, é marcado pelo autor[169]: "A instituição produz, em conformidade com suas normas, indivíduos que não somente são capazes de, mas são obrigados a reproduzir a instituição". Mas, se muitas vezes a instituição prevalece na sociedade por coerção e por sanções, Castoriadis mostra que adesão, apoio, consenso, legitimidade e fé são as formas mais comuns de sua perpetuação e deixa no ar a seguinte questão: "qual é a parcela de nosso pensar e de nossos modos de olhar para as coisas e fazer as coisas que não é, e em grau decisivo, condicionada e co-determinada pelas estruturas e pelos significados de uma lingua determinada, pela organização do mundo que essa lingua impõe, pelo nosso primeiro ambiente familiar, pela escola, por todos os "faças" e "não faças" a que estivemos constantemente expostos, pelos amigos, pelas opiniões correntes, pelos modos de agir forçados em nós pelos inúmeros artifícios que nos rodeiam, etc. Se puder, com toda a sinceridade, responder: mais ou menos um por cento, você é certamente o pensador mais original que jamais viveu."

Talvez não se trate, na realidade, de quantificar os condicionamentos sociais legitimados pelas instituições. Se, de fato, existem representações que funcionam na sociedade como imposições aos indivíduos, o que a prática nos mostra é que sempre existem possibilidades de reversão dos processos sociais, recriação de artifícios que venham a produzir transformações sociais e institucionais. Porque falar de instituições é também falar de resistências, ambivalências, e conflitualidades. Pois trata-se de um jogo de forças, traduzido em práticas conflitantes que os atores sociais desempenham. E esse é um jogo de poder.

No entanto, concordamos com Castoriadis, quando analisamos os modos de funcionamento de algumas instituições, em especial aquelas remanescentes das antigas disciplinas, que são a prisão, o asilo e os reformatórios. Daí a premência de estabelecermos, em nosso estudo, as diferenciações existentes entre os vários tipos de instituições sociais.

[169] Ibid., p.28

Levi [170] entende por *regime político* o conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições. As instituições constituem, por um lado, a estrutura orgânica do poder político, que escolhe a classe dirigente e atribui a cada um dos indivíduos empenhados na luta política um papel peculiar. Por outro, são normas e procedimentos que garantem a repetição constante de determinados comportamentos e tornam assim possível o desenvolvimento regular e ordenado da luta pelo poder, do exercício deste e das atividades sociais a ele vinculadas". Na continuidade de sua análise, o referido autor exemplifica, a propósito do modo de produção feudal, que "as instituições políticas correspondentes a esta estrutura social foram as monarquias feudais, as senhoriais e as comunas livres." Aqui instituição recebe o aposto da política, e diz respeito ao modo de funcionamento político da sociedade. É regime político.

Quando aborda a problemática da *socialização política*, Oppo [171] define essa expressão como "conjunto de experiências que, no decorrer do processo de formação da identidade social do indivíduo, contribuem particularmente para plasmar a imagem que ele tem de si mesmo, em confronto com o sistema político e em relação às instituições". Mais adiante a autora aponta a família e a escola como as instituições mais influentes na formação da imagem da sociedade que o indivíduo recebe, com elevado valor socializante para a definição do seu papel político.

O papel disciplinar da família é também assinalado por inúmeros autores, entre os quais Perrot, que a considera "peça chave do emprego das crianças, que aliás ela [a família] tende a multiplicar em período de proto-industrialização". Os pais são os instrutores dos filhos no trabalho, "especialmente na indústria têxtil, e esse tipo de aprendizagem se prolonga por muito tempo durante o século XIX, em todos os lugares onde persistem os serviços a domicílio." Há como que uma composição familiar nas oficinas. Como base desse tipo de administração industrial, esse modelo de industrialização francesa é, segundo Perrot [172], a base do paternalismo, caracterizado pela

---

[170] LEVI, Lucio. Regime político. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política.* V.2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1991. P. 1081.

[171] OPPO, Anna. Socialização política. In: _____. P. 1202.

[172] PERROT, M. As três eras da disciplina industrial na França do século XIX In: ___. *Os excluídos da História; operários, mulheres e prisioneiros*. P. 61

presença do patrão no local de produção, pelas relações de produção em bases familiares, e pela aceitação dos trabalhadores do espírito da "casa".

Já Norberto Bobbio[173] menciona dois tipos de significados atribuídos ao termo instituição: "existem de fato - e a essas nos podemos referir - instituições formais, explícitas, manifestas, codificadas mesmo no exterior em leis e regulamentos mais ou menos articulados, mas sempre declarados e definidos, não subentendidos. Tal como existem instituições de tipo não formal, implícitas, por assim dizer subentendidas e escondidas, agentes internos, aos níveis mais recônditos e profundos da atividade intrapsíquica e das relações interpessoais e sociais do homem." Bobbio articula tal tipologia com a idéia gramnciana de *sociedade política* e de *sociedade civil*, e as instituições identificam-se ora com conteúdos, ora com processos de comunicação social. O quadro a seguir pode ilustrar:

Relações entre sociedade e instituições como processos de inter-relação

	sociedade política	sociedade civil
INSTITUIÇÕES FORMAIS	Conteúdos dos Valores e das Normas codificados pelo Poder PACTO JURÍDICO	Conteúdo dos Valores e das Normas racionalmente repartidos, subescritos e praticados pelos indivíduos e pelos grupos. PACTO SOCIAL
INSTITUIÇÕES INFORMAIS	Tipos de processo de comunicação consentidos e comparticipados entre cidadãos (ou súbditos) e Poder PACTO CIVIL	Tipos de processo de comunicação consentidos e comparticipados entre indivíduo, entre indivíduo e grupos de dependência, entre grupo e grupo, etc. PACTO PSICOLÓGICO

Fonte: BOBBIO, N. Poder/autoridade. In: Estado-Guerra, Einaudi, v.14.

[173] BOBBIO, N. Poder/autoridade. In: *Estado - guerra*. Enciclopédia Einaudi, v.14. p.44

O artigo versa, na verdade, sobre a questão do *poder* e da *autoridade*, suas ligações e suas diferenças, onde as instituições se inserem, pois se "não existe sociedade sem instituições", para Bobbio [174] "não existe, portanto, poder sem instituições".

A idéia de dividir as instituições em formais e informais pode elucidar a compreensão do conceito, que muitas vezes aparece na literatura classificando as referidas instituições em concretas e abstratas. Não há como desfazer a aparente confusão, pois, a depender da visão dos autores, inúmeras classificações surgem. Em muitas dessas divisões, no entanto, as instituições aparecem como dadas, prontas. Nesse sentido, perde-se a visão processual do objeto que se quer analisar. Além disso, se quisermos falar de memória institucional, é fundamental que possamos identificar as condições históricas que tornaram possível a atualização das instituições, quaisquer que sejam, num determinado campo social.

Quando analisamos a instituição científica ou o saber científico, é necessário que façamos a diferença entre a ciência feita e a ciência sendo feita, ou a ciência em ação, como entende Latour[175]. É preciso mostrar os bastidores do fazer científico, as práticas quotidianas, os microprocessos vistos caso a caso. Isto só é possível, na medida que possamos abordar a construção de nosso objeto como processo, com suas vicissitudes, seus insucessos e suas possibilidades, buscando sua emergência na sociedade, bem como suas mutações no tempo.

---

[174] BOBBIO, N. Op. cit., p.56/57. "Poder (de *potestas*) significa quer a faculdade quer a capacidade de fazer (no sentido de 'ter a permissão de' e 'ter a força para', respectivamente) e evoca tanto a figura do magistrado republicano como a do pretor imperial. A autoridade (de *augere*) significa, por sua vez, o fato de gerar, conferir, desenvolver qualquer coisa ou alguém, inclusive o poder. A liberdade, por fim, é o pressuposto e a condição tanto do poder como da autoridade."

[175] LATOUR, B. As representações da ciência; uma coerência improvável. In: WITKOWSKI, N. *Ciência e Tecnologia hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994. P.90. O autor usa a metáfora do deus Janus, com uma face voltada para o passado (ciência feita, saberes instituídos) e outra face voltada para o futuro (ciência sendo feita, em processo de produção), intermediada pelo tempo presente, quando se dão confrontos permanentes entre diversos enunciados e diversos discursos.

Isto porque, é importante observar e analisar não apenas a forma, mas o conteúdo das idéias que alimentam determinadas instituições, bem como suas transformações, na perspectiva do tempo. Até porque não existe uma única representação da ciência, nem uma única maneira de se construir conceitos. Nesse sentido, procuramos investigar uma outra forma de perceber a memória institucional, levando em conta alguns traços que caracterizam as instituições sociais, esquematizados a seguir.

. **exterioridade**: as instituições são experimentadas como algo dotado de realidade exterior, situadas fora do indivíduo,[176]

. **interioridade**: se por um lado as instituições situam-se fora dos indivíduos, não há como negar que, num processo correlato, elas são incorporadas ao eu social, que todos os indivíduos possuem. Porque as instituições são práticas, e os agentes e atores institucionais experenciam tais práticas, através das quais constróem, modificam e desconstroem as instituições. Quer se trate da linguagem, ao que tudo indica a instituição presente em todas as demais instituições, quer se trate da família, do casamento, da igreja, do Estado, seus padrões mentais, apoiados em determinados discursos impõem-se mais ou menos aos indivíduos, numa operação oblíqua, já mencionada anteriormente.

. **objetividade**: são experimentadas como algo que existe objetivamente, como realidade conhecida e reconhecida de determinada maneira; o objeto de que se fala é apropriado/outorgado à instituição, que é sua guardiã legítima.

. **coercitividade**: as instituições são dotadas de força coercitiva, de alguma maneira implícita nas duas qualidades anteriores. O poder que a instituição exerce sobre os indivíduos consiste na sua realidade objetiva e no fato de que o indivíduo não pode negá-la impunemente. Ao fazê-lo poderá ver a força da instituição se apresentando

[176] "Noção central em sociologia, a **instituição** designa as leis e os princípios que regem a vida social de um grupo ou de um Estado (constituição), assim como a organização social decorrente dela (as várias funções públicas). Ela não repousa apenas nas estruturas jurídicas que organizam a vida dos indivíduos e dos grupos, designa igualmente, no sentido amplo, as maneiras de pensar, de sentir e de comportar-se (costumes) que, emanando da sociedade, se impõem mais ou menos aos indivíduos. De um ponto de vista geral, a instituição **opõe-se à natureza e é sinônimo de cultura**: uma coisa é dita institucional quando é obra dos homens, para distinguí-la daquelas que a natureza estabeleceu." (Condillac, In: DUROZOI, G.; ROUSSEL, A *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Papirus, 1993. P.258

diante dele: a depender do tipo de instituição, os efeitos sobre o indivíduo serão mais ou menos fortes; imaginemos, por exemplo, a prisão e o manicômio.

. **resistência à mudança**: é da natureza das instituições, vistas como formas fundamentais de saber-poder, preservar os saberes que deseja reproduzir para a sua manutenção. No entanto, estão em permanente transformação, ainda que não visíveis aos olhos dos indivíduos. As mudanças que ocorrem ao nível institucional não são provocadas pelos indivíduos isoladamente. Ex.: Revoluções, rupturas fundadoras. As mudanças interrompem a continuidade segundo movimentos distintos, mas complementares: (1) por rupturas, numa perspectiva histórica ou (2) por integrações e limiares [177], numa perspectiva emergencial. São aquilo que neste estudo se denominou acontecimentos.

. **reprodutibilidade**: de certa forma contida na qualidade anterior, a instituição é da ordem da reprodução. Traz, em seu processo instituinte mecanismos de controle social, estabelecendo previamente regras e padrões de conduta que venham a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras**.**

. **legitimidade**: a instituição, em seu processo instituinte, reivindica o direito à legitimidade que lhe dá fundamento. Nesse movimento de institucionalização há a expropriação de saberes**,** que são desinstitucionalizados. Tendo em vista que a instituição define as regras do jogo, os atores ou parceiros devem abrir mão de parte de sua ação, de parte de seu saber. O saber popular deslegitima-se, em favor dos saberes legitimados pelas instituições. Exemplos: o saber das parteiras, dos curandeiros, etc. Quando as práticas são deslegitimadas perdem seu caráter institucional, perdem espaço

[177] "Um **limiar** é transposto quando a variação de um fator - variação que até esse momento não tinha produzido qualquer efeito, ou então tinha produzido um efeito sobre sua medida - produz repentinamente um fator global **novo** e desmedido.. Na linguagem popular abundam os testemunhos que revelam o conhecimento da existência de limiares: a palavra a mais, a gota que faz transbordar o copo, o ponto de não retorno. Quer se trate de política, de cozinha, de religião, de medicina, de metalurgia, a arte e a doutrina designam limiares, a ultrapassar ou a evitar". (PRIGOGINE, I; STENGERS, I.; Limiar. In: Sistema, Enciclopédia Einaudi, 26, p.83))

e recursos e são excluídas do mercado. A *propriedade* do objeto[178] de que se fala é outorgada a uma instituição que passa a ser sua guardiã legítima.

. Seletividade: na base das instituições estão as práticas discursivas, como referências a algo que se diz como verdade. A verdade e o poder estão implicados. O saber é alvo político na sociedade porque dá fundamentação ao poder. A verdade se ampara no arcabouço da ciência e nas instituições, que lhe dão suporte e espaço de reprodução. Verdade que se caracteriza por um conjunto de enunciados regulamentados, aceitos como verdadeiros e singulares, para alguns, universais [179]. Toda instituição tem seu regime de verdade. Toda instituição é produtora de memórias. São verdades visíveis que tornam invisíveis os saberes que devem permanecer ocultos. A instituição seleciona os discursos que faz circular como verdadeiros: o que deve ser produzido, selecionado, preservado e recuperado, bem como aquilo que deve permanecer em silêncio. Nesse sentido as instituições lembram e esquecem. Só que essa verdade que ora aflora, ora se subtrai da realidade, é função do tempo.

.historicidade: toda instituição tem uma história e existe no tempo. Ao nascer, o indivíduo já encontra a instituição presente e, provavelmente continuará a existir após sua morte. As idéias corporificadas na instituição são acumuladas ao longo do tempo (informações, saberes, memórias) através dos indivíduos e dos traços que produzem .

Estas marcas de alguma forma conservam-se, senão em documentos (no sentido mais amplo do termo, como materiais da cultura), em hábitos, costumes, comportamentos, que são partilhados pelos grupos sociais. Muitos desses traços poderão integrar as

---

[178] "O objeto institucional é aquilo sobre cuja propriedade a instituição reivindica o monopólio da legitimidade." ALBUQUERQUE, J. A G. *Metáforas da desordem; o contexto social da doença mental* . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. P.69.

[179] Segundo Deleuze, no capitalismo só uma coisa é **universal**: o mercado. "Não existe Estado universal, justamente porque existe um mercado universal cujas sedes são os Estados, as Bolsas. Ora, ele não é universalizante, homogeneizante, é uma fantástica fabricação de riqueza e de miséria. (...) É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o **controle** não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas." (p.213 e 224)

instituições-memória (arquivos, bibliotecas e museus) e sua preservação se dá de acordo com inúmeros fatores, que têm a ver com as épocas e os lugares, com a maior ou menor vontade de guardar, entre outros fatores que dizem respeito às culturas e às durações.

.temporalidade: bastante ligada às especificidades anteriores, a instituição, ao reproduzir uma ordem alcançada, com a intenção da manutenção dessa ordem, introduz um ritual que deve ser repetido, reproduzido. Não se trata de repensar o passado em função do presente, mas de aproveitar do passado o suficiente para a manutenção do presente institucional. Assim, o tempo institucional é prioritariamente circular, ritual, volta sempre a sua fonte. Toda instituição instaura um domínio do tempo, em especial nas sociedades disciplinares analisadas por Foucault em *Vigiar e Punir*. Por que prioritariamente? Simplesmente porque não nos é possível separar a instituição dos atores que nela circulam e que produzem outras formas de tempo. Formas essas que se modificam de acordo com a tipologia das instituições. Assim, uma prisão instaura um domínio de tempo, que difere do tempo administrado na escola, mas tanto em uma como na outra, o tempo é regulamentado. O mesmo poderíamos dizer em relação ao espaço institucional. São instituídas grades espaço-temporais, que visam produzir um corpo apto à produção.

. conflitualidade: é da natureza das instituições conviverem com o conflito que se estabelece em todo o corpo social. Não se trata apenas de conflitos inter-individuais, mas também inter-institucionais. Contra uma instituição somente outra instituição. São as relações de forças que definem os papéis institucionais.

. socialização: é da natureza da instituição refletir as ações oriundas de um processo de socialização que as justificam e legitimam. Se as instituições são artifícios criados, no sentido de contemplar os grupos sociais legitimadores, elas só têm sentido se estiverem a serviço da sociedade instituída.

Uma instituição se define por um objeto do qual se apropria, por um âmbito de ação que a caracteriza e delimita, por um conjunto de atores que constituem o grupo social estruturador e por um conjunto de práticas resultantes de ações conflitantes entre diversos atores sociais[180]. As práticas institucionais são, pelas suas próprias especificidades, de intervenção e de reprodução. Contra uma instituição só outra instituição. Contra uma prática familiar, uma intervenção estatal, e/ou médica, e/ou policial, e/ou escolar, etc.

O processo de institucionalização das práticas sociais reflete as formações históricas que caracterizam o desenvolvimento do corpo social, onde forças em integração, instituintes, ao entrarem em agenciamentos com outras forças, tendem a desagregar-se e fazem emergir acontecimentos, atualizações históricas. Segundo Foucault, são as forças do fora, que subvertem a ordem dos diagramas e dos estratos, colocando em conexão forças de resistência, em devir permanente. O papel das instituições é o de integração desses relacionamentos difusos de poder que, nesse processo, passam a ter uma finalidade. A instituição Estado teria como função formalizada a governamentalidade, uma espécie de gerência das demais instituições. A função pura - disciplinar - é a mesma para todas as instituições que compõem a chamada sociedade disciplinar, já mencionadas nos capítulos anteriores. É preciso buscar o conceito de instituição na história.

No âmbito de uma sociedade de controle aberto, descrita por Deleuze, novos saberes instituem-se, no ciclo de morte das antigas disciplinas. A informação toma lugar de destaque, com o auxílio da Informática. O desafio que se impõe à ciência, nas últimas décadas, prende-se à recuperação de um volume quase planetário de informações, no menor tempo possível. Um saber voltado para os fenômenos de informação se fazia sentir, inaugurando-se uma era da informação.

---

[180] ALBUQUERQUE, J A G, op. cit., p.69-80

3 A institucionalização da Ciência da Informação

3.1 A sociedade da informação

Estamos na *Era da Informação*. Esta frase vem sendo dita ao longo das últimas décadas, de forma cada vez mais freqüente. Sem sabermos muito bem o que isso significa dizemos também: informação é poder. Qualquer informação ? Não, é claro. Estamos sempre nos referindo à informação científica e tecnológica. Informação que dá a quem a detém *status*. Na verdade, aqui já vemos o mito da informação (e da ciência) sendo construído e reforçado, na ordem do discurso. Pois o que caracteriza a cientificidade ou não de uma informação é o seu uso. A mesma informação pode ser apreendida de *n* formas, em diversos contextos de uso, não necessariamente científicos.

Quando a *teoria matemática da comunicação* (ou teoria da "informação") foi formulada, nos idos de 1948, por Claude Shannon, da Bell Telephone Laboratories,[181] a informação se associou à entropia (conceito oriundo da termodinâmica, que equivale a perda de energia), passando a ser uma medida quantitativa de trocas comunicativas, que ocorrem através de canal mecânico, que exige a codificação de mensagem e a decodificação em impulsos eletrônicos[182]. Nesse sentido, "informação passou a significar algo que pode ser codificado para transmissão em um canal que liga uma fonte a um receptor, sem considerar seu conteúdo semântico." E, assim, naquele momento tudo era informação.

---

[181] SHANNON, C.E.; WEAVER, W. *A teoria matemática da comunicação*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1975. "Nesta teoria, a palavra **informação** é utilizada com um sentido especial, que de maneira alguma deverá ser confundido com o de seu uso generalizado. Especificamente, informação não deve ser, por equívoco, confundida com significado. De fato, duas mensagens, uma das quais tem profundo significado e a outra inteiramente sem sentido, do ponto de vista desta teoria poderão ser equivalentes e exatas, quando observadas do ângulo da informação." (p.9)

[182] ROSZAK, T. *O culto da informação*; *o folclore dos computadores e a verdadeira arte de pensar*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 335p.

Passados os primeiros tempos de confusão, o campo de estudos dos fenômenos de informação foi sendo definido à medida que diferentes estudiosos, em suas especialidades, foram incorporando leis, teorias e métodos de pesquisas a esse saber emergente do pós-guerras, que ainda não tinha uma identidade definida. A explosão de informações, ocorrida especialmente em função das pesquisas bélicas, que geraram uma enormidade de documentos a serem organizados, acabou por provocar o uso sistemático do computador e dar origem ao primeiro computador capaz de armazenar programas (UNIVAC), surgido também a partir de pesquisas militares realizadas na Universidade da Pensilvânia, durante as guerras. Posteriormente comprado pela Remington Rand, para uma variedade de serviços, o uso público do UNIVAC deu-se pela televisão CBS, para as previsões dos resultados das eleições de 1952[183].

Surge a informação como problema de pesquisa. Pois não está em questão apenas o armazenamento da informação que, em si nada significa. A informação, para ter valor, precisa ser recuperável, tornar-se acessível aos usuários que dela necessitam, sejam eles políticos, cientistas, tecnólogos, artistas, cidadãos do mundo. Comunicação é, na verdade, troca de informações. Era imprescindível, naquele momento, que esforços científicos fossem empreendidos para que a representação da informação tomasse impulso e fosse formalizada, constituindo um corpo de conhecimentos capaz de dar conta dos fenômenos de informação.

E é em função da chamada *explosão de informações*, geradas durante as pesquisas bélicas, de difícil recuperação para uso estratégico, que Vannevar Bush, matemático e físico americano, um dos principais responsáveis pelo Projeto Manhattan, ligado a várias instituições de pesquisa americanas, especialmente o MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), lança as bases não apenas para a prefiguração da Ciência da Informação, mas dos princípios da inteligência artificial e do próprio hipertexto, este ultimo a ser

[183] ROSZAK, T. Op. cit.

implementado muitas décadas depois. Em seu artigo denominado *As we may think*[184], faz uma reflexão sobre as dificuldades da pesquisa de informação, apontando práticas arcaicas e ineficazes. Constata o desequilíbrio crescente entre o aumento colossal da informação científica e técnica e a inadequação dos meios de acesso e dos métodos de pesquisa. Estava preocupado com a enorme perda de informação útil e decisiva. Atribuia essas dificuldades de acesso à artificialidade dos sistemas de indexação. Em suas palavras:

"... Quando os dados, quaisquer que sejam, são estocados, eles são indexados de maneira alfabética ou numérica. Encontra-se a informação buscando ficha por ficha. A menos que se duplique [essas fichas], a informação só pode ser estocada num único ponto.(...) Ora, o espírito humano não funciona assim. Ele opera por associações."

Segundo Serres,[185] A solução proposta por Bush - o MEMEX (MEMory Extender) - um dispositivo técnico que ele já havia imaginado desde a década de 30, era uma mesa de trabalho, equipada de alavancas, teclados, botões, telas para microfilmes ..."(p.75) e foi concebido a partir de tecnologias de ponta da época, os microfilmes e as técnicas de fotografia a seco.

Assim, diante da necessidade de obter-se novas informações científicas e técnicas, em tempo hábil, técnicos, tais como engenheiros, químicos, físicos, biólogos, voltaram seus interesses para a organização e o desenvolvimento de serviços de informação (centros de informação). O fato de não conhecerem normas específicas para o tratamento da documentação, saber que os bibliotecários já detinham de alguma forma, prejudicou a tarefa de recuperação da informação.[186] O conceito *recuperação da informação* foi anunciado, em 1951, por Calvin Mooers, entendido como "aspectos intelectuais da

---

[184] BUSH, V. As we may think. *Atlantic Monthly*, 88 (7):101-8, 1945.

[185] SERRES, A. Hypertexte: une histoire a revisiter. *Documentaliste - Sciences de l'information*, v.32, n.2, 1995. Ver também LAUFER, R.; SCAVETTA, D. *Texte, hypertexte et hypermédia*. Paris: PUF, 1992. P.39/40.

[186] COSTA, A.F.C. da. Ciência da informação: o passado e a atualidade. Ci. Inf., Brasília, 19 (2): 137-143, jul.dez.1990.

descrição de informação e suas especificações para busca, e também sistemas, técnicas, ou **máquinas** que são empregadas para levar a efeito a operação."[187]

Afinal, o que vem a ser esta sociedade de informação? Muitas são as visões existentes sobre esse tema. Matéria-prima das chamadas sociedades pós-modernas ou pós-industriais, a informação vem sendo cultuada como o mais forte mito da modernidade. A informação hoje é o oxigênio sem o qual o setor produtivo paralisa. A expressão *pós-modernidade* aparece em 1934, com Arnold Toynbee, em *A Study of History*, e, no início dos anos 70 Daniel Bell se refere à emergência da sociedade pós-industrial.[188]

Mas é Jean-François Lyotard que desenvolve o tema. Refere-se ao "estado da cultura após as transformações que afetaram as regras do jogo da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX". Situa as referidas transformações em relação à crise dos relatos, dos quais a ciência lançou mão para legitimar-se. Anunciando o fim das grandes narrativas, passa a questionar a validade das instituições sociais, que também precisariam legitimar-se. Para ele, os saberes são produzidos de forma fragmentada e contextual, não sendo possível falar-se de ciência universal. O reducionismo a essa ou aquela ciência é combatido.

Nesse cenário cibernético-informático-informacional, a informação científica e técnica é sinônimo de riqueza. A competição entre os países, segundo essa visão de mundo, se dá "em função da quantidade de informação técnico-científica que suas universidades e centros de pesquisa forem capazes de produzir, estocar e fazer circular como mercadoria. Seria preciso então uma abordagem da dinâmica institucional frente às questões de informação nesse quadro que, senão pós-moderno, é da nossa contemporaneidade. E para fazê-lo, seria necessário também recuar no tempo, buscando-

---

[187] SARACEVIC, T. Information science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P., CRONIN, B. eds. Conceptions of library and information science. Proceedings of the COLIS Conference Tampère, 1991. Los Angeles, Taylor Grahan, 1992.

[188] Ver MIRANDA, J.A.B. In: BELL, D. *A condição pós-moderna.* Apresentação. Nota 7. Lisboa: Gradiva, 1989, p.9.

se a emergência das instituições produtoras de informação científica e tecnológica. Pois a porta de entrada para a sociedade de informação seria a avenida da alta tecnologia ou da tecnologia de ponta.

Segundo Roszak [189], um conhecido representante do movimento da contra-cultura, nos Estados Unidos o governo é o principal cliente da tecnologia de informação, mais especificamente, os militares. Por que? Certamente existem fortes razões históricas e estratégicas. Por outro lado, os especialistas em inteligência artificial "constituem um segmento significativo e bem financiado da comunidade tecno-científica". Tudo isso adicionado à imensa publicidade em torno desse novo mundo faz com que o imaginário se enriqueça com promessas de grandes realizações para o ser humano. Até mesmo a educação começa desde cedo a direcionar o pensamento das crianças para os encantamentos da máquina. Promessas da modernidade evidentemente não cumpridas até hoje.

O matemático Norbert Weiner publicou, em 1950, uma versão mais simples de *A Cibernética* (obra de sua autoria, publicada em 1948), intitulada *O Uso humano dos seres humanos; cibernética e sociedade*, onde se refere ao computador como "uma máquina de computação ultra-rápida" que, se deixada sob o controle completo dos industriais que visam lucros cada vez maiores, vai causar desemprego de forma nunca antes imaginada. Esta obra foi escrita no intuito de despertar a opinião pública para os riscos que a cibernética poderia trazer para as diversas formas de trabalho[190].

Weiner[191] com a palavra: "Assim como a entropia tende a aumentar espontaneamente num sistema fechado, de igual maneira a informação tende a decrescer; assim como a entropia é uma medida de desordem, de igual maneira a informação é uma medida de ordem. Informação e entropia não se conservam e são inadequadas, uma e outra, para se constituirem em mercadorias." Esta máquina de computação ultra-rápida, mesmo em seu estado primitivo, trazia à tona um conceito que se tornou chave nos

[189] ROSZAK, T., *op. cit.*, p.8.
[190] Ibid, p.28.
[191] WEINER, N. *Cibernética e sociedade; o uso humano de seres humanos* . São Paulo: Cultrix, 1978. 190p.

sistemas de informação: ***feedback***. Weiner o considerava uma característica essencial da mente humana: tudo que é vivo pratica alguma forma de *feedback*, à medida que se adapta ao seu meio ambiente.

Em suas palavras: "É minha tese que o funcionamento físico do indivíduo vivo e a operação de algumas das modernas máquinas de comunicação são precisamente semelhantes em suas tentativas análogas de controlar a entropia através do *feedback*". Trata-se de uma mudança conceitual de energia (característica da era industrial, aplicada aos processos produtivos) para informação (confundida muitas vezes com o consumo), através da descoberta da realimentação (positiva e negativa). O exemplo a seguir pode ilustrar esse fenômeno[192].: se um indivíduo chutar uma pedra, transfere energia do pé para a pedra, que se desloca de acordo com a quantidade de energia transferida, forma e peso da pedra, etc. Já se chutar um cachorro implica uma reação possível. O cão recebe energia, mas sua reação vem do seu próprio metabolismo e o que é transferido é informação. Uma cadeia em que o evento ***a*** gera o evento ***b***, e ***b*** gera então ***c***, e ***c***, por sua vez, provoca ***d***, etc., teria as propriedades de um sistema linear determinístico. Se, no entanto, ***d*** conduzir de volta a ***a***, o sistema é circular e funciona de modo inteiramente diferente. Esses são os sistemas auto-reguladores - sistemas com retroalimentação - que requerem conceituação adequada de modelo e informação.

Estamos na década de 1950. As advertências de Weiner não são atendidas. Seus temores se concretizam: informação é mercadoria. Fazemos a mercantilização da informação, instrumento de poder e, ao mesmo tempo, de exclusão social. O trabalho se expande cada vez mais pelos mecanismos de consumo, especialmente dentro do fenômeno da urbanização crescente.

---

[192] WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J.H.; JACKSON, D.D. *Pragmática da comunicação humana*; um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. São Paulo: Cultrix, p.26

E é nesse contexto que emerge um saber que se denominou Ciência da Informação. A institucionalização dos saberes passa pela legitimação de determinados discursos, que são formas fundamentais de saber-poder. O surgimento da Ciência da Informação, no período pós-guerras tornou-se inevitável, não apenas devido à chamada explosão da informação, mas especialmente por razões institucionais e estratégicas, apontadas pelos rumos tomados pela própria ciência e por sua irmã de sangue, a tecnologia. O marco teórico da institucionalização da ciência seria, segundo Morel[193], o Projeto Manhatan, "que reuniu nos Estados Unidos as pesquisas sobre a bomba atômica durante a Segunda Guerra", fato que estabelece a supremacia da ciência norte-americana e a decadência da ciência européia.

Diz a autora: "Ficou demonstrado que amplas organizações, equipamentos grandiosos e sistemas eficientes de financiamento eram indispensáveis ao desenvolvimento da pesquisa básica, sobretudo da Física. As grandes universidades americanas passam a ser subvencionadas pelo Governo Federal, empenhadas no esforço de defesa e de desenvolvimento científico-tecnológico".

A constatação geral de que conhecer é dominar - deter a tecnologia nuclear é ter poder de decisão no equilíbrio internacional de então - contribuiu em muito, a nosso ver, para o deslocamento de forças na gestão da informação. A ciência em geral (e a Ciência da Informação em particular, no momento em que estava sendo gestada), mais do que nunca passa a receber maior atenção por parte dos governos que definem suas políticas de ciência e tecnologia**,** assim como suas políticas (implícitas e explícitas) de informação. É bom lembrarmos que estamos em plena Guerra Fria. Era preciso então institucionalizar os mecanismos de geração, processamento e controle de uma imensa massa de informações a serem recuperadas, para uso e preservação.

---

[193] MOREL, R.L.de M. *Ciência e estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

Afirma Morel[194]**:** "em todas as sociedades industriais a política científica vai fazer parte da política global do Estado: é a formalização das relações entre o Poder e o Saber, guiada pelo mito de sua instrumentalidade. A ciência se constitui, então, em objeto de uma política sistemática, gerida pelo aparato estatal (conselhos de pesquisa, ministérios, fundações)"**.** Nas sociedades industriais a produção científica passa a depender de grandes empresas e do aparato estatal.

Herdeira do sistema industrial, "a ciência recebeu a materialidade de um poder, isto é, a garantia de um poder fazer". E as transformações sofridas pela instituição científica, hoje cada vez mais exercitada nos grandes laboratórios, não se limitam a esse aspecto. Japiassu [195] assinala que a ciência "viu-se obrigada a ampliar suas próprias dimensões, a aperfeiçoar o poder de seus instrumentos, a alargar o campo de suas investigações ...", atrelada a amplas políticas de pesquisa, voltadas para os interesses industriais.

Roszak alerta para o perigo do modelo de vida e de pensamento baseado no processamento de dados, bem como para a potência cibernética como instrumento de vigilância e controle, já apontado também por outros autores, tal como Deleuze [196]. Em *Controle e Devir*, este último indica as diferenças entre as sociedades disciplinares (funcionando por controle fechado) que estamos deixando de ser e que foram estudadas por Michel Foucault, e as sociedades de controle aberto, que funcionam por controle contínuo e comunicação instantânea. A essa nova sociedade, segundo esse autor, correspondem as máquinas cibernéticas e os computadores. Tudo funcionando a meio aberto, talvez fosse melhor não mais a comunicação que já não é criadora, mas a criação de "vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle."

---

[194] MOREL, R. Op. cit., p.20
[195] JAPIASSU, H. O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
[196] DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992. p. 217.

Deleuze sugere a necessidade de rebelião contra o mundo ocupado pela tecnologia, povoado pela mesmice, que gera a homogeneização de corpos, espíritos e ideologias. Propõe a recusa dos clichês e do lugar comum, em favor da produção da diferença, do devir e da criação. Sugere a problematização como a única forma de libertar o pensamento das amarras da representação. E por representação podemos entender também a reprodução dos discursos legitimadores e auto-legitimados das instituições sociais.

Reverter esse processo se impõe. Repensar o sistema de comunicação da informação científica e tecnológica, fora do esquema das grandes verdades cristalizadas, passaria por micropolíticas voltadas para o atendimento de pequenos grupos, com suas necessidades específicas de informação. E, para isso, precisaríamos encontrar a maneira mais harmoniosa de desenvolver a ciência e a tecnologia, de modo a obter melhores resultados para a humanidade. Tudo isso passaria também por uma discussão democrática sobre o lugar da ciência e sua capacidade de resposta aos reais problemas que afetam a sociedade.

Todos sabemos que a ciência pode e deve estar cada vez mais voltada para o combate às carências e misérias do mundo contemporâneo; pode e deve contribuir para o planejamento da indústria, da agricultura e da medicina. Mas de que forma? Por suas fortes vinculações com o aparato produtivo, especialmente nos países centrais, do hemisfério norte, a ciência não estaria perdendo sua autonomia? Por outro lado, com a crise do capitalismo, com a desaceleração industrial, não estaria a ciência sofrendo os efeitos dessa crise?

O computador precisa ser visto e utilizado dentro dos seus próprios limites de realidade: dispositivo para tratamento de informação, trata-se de uma ferramenta de trabalho, capaz de armazenar enormes quantidades de informações e de processar essas informações conforme procedimentos lógicos. A palavra-chave que move o debate da automação é a velocidade que a informática proporciona. Resta saber qual a maneira de

fazê-lo sem comprometer as relações humanas e a produção de novas formas de subjetivações.

Muitos acreditam na automação via novas tecnologias, sem uma idéia adequada das implicações e dos impactos que podem ocorrer na gestão da informação e tentam colocar em prática o uso de novas tecnologias, em estruturas sociais e organizações empresariais arcaicas. É preciso então agregar aos processos de automação o elemento *comunicação*, que passa por programas contínuos de treinamento e educação continuada. Não podemos, no entanto, ser ingênuos a ponto de desconhecer que a tecnologia de informação concentra grande poder político, ao reunir interesses de governo, laboratórios, universidades e mercado consumidor fartamente alimentado pela mídia especializada.

A informatização é uma experiência, com promessa do novo, a conquista de uma racionalidade contra-natura, a ameaça da perda dos valores tradicionais, o risco totalitário. Nesse jogo da ambigüidade, para o bem ou para o mal, esperança e medo se equivalem. Nada passa na sociedade que não seja cultural. Impacto cultural. Impacto é o que vem ao nosso encontro mais rápido do que podemos assimilar. Num momento de mundança tudo é impacto.[197]

Segundo Veltz [198], "... as empresas ainda estão longe de tirar todas as conseqüências da mutação em curso. Um primeiro desvio, *modernista*, consiste em prestar demasiada atenção à informática, compreendendo mal o papel da comunicação inter-humana, limitada à dimensão social ou vista, em razão de suas ambiguidades, como um *ruído* a ser reduzido. Ora, quanto mais complexo é o sistema, mais crucial é a qualidade aberta e autêntica da comunicação humana. O segundo grande erro consiste em subestimar o saber baseado na experiência (individual e coletiva), a memória e, portanto, a estabilidade das organizações e das pessoas. " Essa perda da experiência muitas vezes

---

[197]AMARAL, Márcio Tavares. Informática e cultura: o impacto da informatização da sociedade. *Rev. PHAN*, n.20, 1984. p.107

[198] VELTZ, P. O trabalho-comunicação. In: WITKOWSKI, N. *Ciência e tecnologia hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994. p.37-38.

leva à repetição de experiências passadas, que foram perdidas nos elos de comunicação entre as gerações e nos impede de produzir a diferença, de dar um salto qualitativo.

Sem contar com um dado a mais, inexistente nas décadas de 40 e 50 quando teorias e tecnologias de informação nasciam e se desenvolviam: hoje estamos lidando com redes. Redes de informação, redes de comunicação, já agora planetárias. Desconhecer toda essa potência de controle, com suas senhas, vírus, e virtualidades é ser ingênuo demais. É preciso, portanto, cautela, informações específicas, vacinas, para adentrarmos no ciberespaço técnico. Um grande olhar sobre nossas vidas presentifica-se.

Por outro lado, é preciso estabelecer novas formas de convivência social, que acabem com a divisão entre uma elite assustada, que detém informação, mas perde a autonomia, enclausurando-se como “refém” de toda uma imensa população nômade que não tem mais trabalho, teto ou pão.

Do ponto de vista do profissional de informação, sem dúvida alguma novos perfis surgem diante desse contexto multifacetado, onde a especialização deve ser ampliada em níveis horizontais e verticais, de conteúdo e forma, de atualização permanente, para enfrentar os desafios crescentes de facilitação do acesso à informação, questão-chave da prestação dos serviços, da administração de sistemas e do uso de redes de informação.

A influência dos meios de comunicação no conhecimento foi estudada por Moran[199]. Estudou os vários tipos de inteligência, segundo o modelo de Gardner (Estruturas da mente) e chama a atenção para a necessidade de se educar a pessoa inteira, em todas as suas dimensões: corpo, mente, sentimentos, espírito, psiquismo; o pessoal, o grupal, e o social. Todas as relações entre uns e outros, que variam de pessoa para pessoa. Sugere que sejam desenvolvidos processos de comunicação ricos, interativos e cada vez mais profundos. A arte precisa ser um dos pilares da nova educação, e não apenas uma atividade complementar. Arte como expressão, como criação multilinguística, multissensorial, interdisciplinar.

---

[199] MORAN, J.M. Influência dos meios de comunicação no conhecimento. *Ci.Inf.*, Brasília, v.23, p.233-238, maio/ago 1994.

As fronteiras geográficas estão sendo virtualmente derrubadas pelos processos universais de **globalização,** fenômeno que precisa ser bem entendido por todos aqueles que se propõem a permanecer no mercado de trabalho informacional. Quais os efeitos desses fenômenos sobre as ações de informação? Qual é o profissional que está em gestação? Qual o papel a ser desempenhado nas novas parcerias? De que conteúdos precisamos? Quais as novas barreiras que surgem nos processos de transferência da informação para as comunidades usuárias? As cadeias de transferência da informação certamente precisariam ser redefinidas, face às novas modificações do uso da informação, nas sociedades informatizadas. Quem são os usuários dos serviços de informação? Quem tem acesso à informação?

Precisamos investigar quais os reflexos que advirão sobre os estudos de informação, oriundos das redes internacionais de informação, no sentido de verificarmos até que ponto as informações veiculadas em rede dizem respeito às realidades daqueles que as produzem. Até que ponto estamos confundindo usuário com consumidor, relegando ao último plano os valores locais do cidadão? Para onde caminham a autonomia e a criatividade individual na era do silício? De que informação falamos? Como lidar com a preservação e a recuperação da informação eletrônica? Como estabelecer o limite entre o *reinventar a roda* e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas às realidades de cada sistema de informação? Há que se atentar para o fato de que as instituições tomam decisões em nome da sociedade.

É importante assinalar que não se trata de resistência ao novo, à diferença, à criação, mas de uma resistência a determinados valores, que nos são impostos por uma imensa máquina de consumo que pretende, através de um trabalho com representações, e agindo sobre o nosso imaginário, definir os caminhos do homem ideal: rico, belo e poderoso, mas de preferência também saudável (expondo um corpo ideal), à força de vitaminas, exercícios e caminhadas, e bem sucedido. Um projeto de modernidade fartamente realimentado por informações midiatizadas, formalizadoras de comportamentos, criadoras de memórias.

Hoje estamos diante do seguinte paradoxo: no processo de busca da memória total e do controle do saber, corremos o risco de transformar a experiência humana em mera abstração numérica, *bits* e *bytes* de informação, e de relegar ao esquecimento o vivido das coletividades. Pois a velocidade da máquina pode representar a velocidade do esquecimento das experiências de vida. Além, é claro, do risco de perda total dos registros da memória, uma vez que (1) a existência da máquina não garante a preservação da memória/da informação e que (2) o excesso de informação - fragmentada e descontextualizada, contida nos bancos de dados, não nos deixa melhor informados. Sabemos que a memória tem seus limites de armazenamento. E os sistemas de informação ainda não sabem muito bem o que fazer com os novos documentos digitais.

Todas essas questões passariam por estudos mais aprofundados de comunicação da informação, em contextos diferenciados, já que estamos pressupondo usuários - individuais ou institucionais - com um leque de interesses multivariados. E esta é uma questão central para os estudos de informação. Comunicar é tornar comum, mas é também adentrar no território do Outro [200]. E, para fazê-lo, é preciso desenvolver ferramentas adequadas, segundo modelos interativos e amigáveis, que promovam o acesso à informação. Quem é o Outro? Estamos preparados para atender suas demandas de informação?

Se as tecnologias têm o papel de facilitação dos processos de comunicação, é preciso atentar para os fenômenos urbanos que atingem as metrópoles [201], transformadas em grandes palcos de violência, alimentada não apenas pelo empobrecimento de uma população concentrada nas cidades, mas pelos próprios valores consumistas, midiatizados que são engendrados no seio dessa sociedade, em que ser é ter. Divide-se então a sociedade em indivíduos que têm e não têm informação, emprego, casa, teto, pão, etc.

---

[200] SERRES, M. *A comunicação.* Porto: Rés, s.d.

[201] MUMFORD, L. *A cidade na História; suas origens, suas transformações, suas perspectivas* 2. V. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. P.692.

A Ciência da Informação, em sua vertente organizadora dos saberes existentes, tem um importante papel a desempenhar nesse processo de transformação da sociedade. Não apenas em suas relações com as demais saberes - em sua linha disciplinar denominada Organização do Conhecimento e Representação da Informação - mas também pelos atuais desafios trazidos pela Ciência da Computação ou Informática. Contemporâneas em seu nascimento, até hoje confundidas, até mesmo nos meios universitários, ambas as ciências lidam a seu modo com informação e comunicação. Os problemas que são colocados nessas diferentes disciplinas, ao que parece, remetem a ambas, tornado-se cada vez mais indiscerníveis. Talvez uma volta ao passado possa senão explicar, mas esclarecer os fatos.

3.2 Condições de possibilidade de sua emergência

Não existe uma única representação da ciência. Em geral, os relatos de pesquisa costumam omitir o processo que tornou possível a obtenção de seus resultados. Por esta razão, o mito da ciência permanece vivo, sem que as pessoas possam dar-se conta de que se trata de um mito. Nesse sentido, o que a ciência produz, por que produz, e em que condições, acaba por ficar encoberto pelo manto de sua própria legitimidade.

Quando, no entanto, nos interrogamos sobre a formalização de um saber, com o intuito de verificar quais os elementos compostos e sedimentados no tempo, que circunstâncias tornaram possível sua emergência, logo percebemos que podemos ter tantas histórias quantas perguntas forem formuladas, de acordo com o olhar e a maneira de olhar para o mesmo objeto.

Foi com esse pensamento que nos propusemos a buscar alguns elementos constitutivos da Ciência da Informação, sem a pretensão de escrever sua história (até porque este não é o propósito desta pesquisa), mas no máximo acrescentar (ou alterar) um ponto de reflexão aos inúmeros olhares que já foram delineados na e pela própria área.

Certamente a Ciência da Informação possui um corpo de conhecimento (memória institucional) que poderia ser reunido a partir de uma *arqueologia* a ser empreendida em diferentes disciplinas da nossa contemporaneidade. O seu caráter transdisciplinar é inquestionável. Todavia, o que pretendemos empreender agora não seria uma análise de sua produção internacional, que incluísse a contribuição brasileira. O que de fato nos interessa pensar, neste momento da pesquisa, está relacionado às condições de possibilidade de sua emergência.

Entendemos que um saber institucionaliza-se quando dispositivos de variadas ordens encontram-se em determinada época e num tempo histórico, tornando possível a criação de técnicas, instrumentos, áreas, saberes, ciências, mecanismos de comunicação que garantam sua reprodução. Trata-se então de investigar quais são esses elementos, como se associam ou se dissociam, que alianças são feitas e por quem, quem são os atores[202] - individuais, coletivos, institucionais - que entram e saem de cena, em função das circunstâncias, das contingências e do acaso dos encontros.

Seria uma espécie de construtivismo (tão caro a Deleuze e Foucault, já citados anteriormente), ou de uma história-construção, à maneira de Latour[203]. Em suas palavras: "A história-construção obriga o historiador a voltar atrás, a voltar a essa "Ialta" através da qual o seu domínio lhe foi debitado. A curto prazo, a longo prazo, a muito longo prazo, necessita juntar-lhe tempos inumeráveis que têm formas tão diversas como as das ciências e dos objetos. Posso agora dar a essa maneira de fazer história das ciências, a que chamei história-construção, o seu verdadeiro nome: é a própria história, mas alargada às próprias coisas."

Assim, o princípio de simetria organiza o modo de olhar as redes, estabelecendo que elementos heterogêneos podem ser tratados como atores, como porta-vozes de diferentes naturezas - sejam artefatos tecnológicos, microorganismos, instituições de pesquisa, militares, etc.- como possibilidades de tradução. As inscrições (documentos, registros) seriam condensações das operações de tradução.

[202] Além dos **elementos conceituais** que via de regra são incluídos numa rede conceitual, Bruno Latour acrescenta os **atores não humanos** porque, para ele, "um historiador que se privasse dos atores não humanos, mobilizados pelas ciências e pelas técnicas nas batalhas humanas, estaria a proibir a si próprio a compreensão da irreversibilidade, isto é, a própria passagem do tempo, ou ainda, o que há de histórico na história. Se a história fosse social, no sentido corrente da palavra, ou seja, feita unicamente de humanos, ela seria reversível, totalmente reversível e não manifestaria em parte alguma a passagem aguda do tempo". LATOUR, B. Joliot: a história e a física. In: SERRES, M. (org.) *Elementos para uma história das ciências*. Lisboa: Terramar, 1986. V. III, p.155.

[203] LATOUR, B. Pasteur e Pouchet: heterogênese da história das ciências. In: SERRES, M. (org.), op. cit., p.76.

A emergência de um saber, como a Ciência da Informação, datada de meados deste século, deve responder a questões que tornaram possível a sua formalização como campo do conhecimento. Nesse sentido, seria preciso saber quais foram as condições de possibilidade de sua irrupção histórica, bem como a que problemas tal saber procurou dar respostas? Como e por que se instituiu como campo problemático?

A institucionalização da disciplina Ciência da Informação[204] seria o limiar de um processo de longa duração, que se tornou possível graças às transformações ocorridas no âmbito internacional, que fizeram da informação científica e tecnológica (ict) uma questão de Estado. No entanto, para que tal emergência ocorresse, alguns personagens conceituais entraram em cena, desempenhando determinados papéis específicos. O mais antigo desses personagens - a informação - tomou lugar de destaque no cenário político.

Ora isolada, ora compondo ritmos com outros personagens, a informação sobre a informação, mais comumente denominada metainformação se institucionaliza. A Ciência da Informação seria uma espécie de disciplina híbrida, que comportaria em seus fundamentos os demais saberes existentes e aqueles ainda por virem. Em um sentido, seria a guardiã virtual da memória universal (em sua vertente representativa). Em outro sentido, ao promover encontros com disciplinas e saberes, onde busca respostas a problemas que sacodem outros campos de investigação, fortalece sua vertente transdisciplinar. A informação é não apenas seu objeto, mas também elemento agregador, e ainda seu salvo-conduto.

[204] GOMES, M.N.G. de. Além do estado e do mercado; a busca de novos parâmetros de institucionalização da informação. *Revista do Servidor Público*, ano 45, v.119, n.3 (set./dez.). Brasília: ENAP, 1994. P.143-151.

Mas, para além dos apontamentos que encontramos na literatura de Ciência da Informação, buscamos ainda respostas quanto à sua emergência em outros campos de estudo. A uma certa altura de nosso processo de pesquisa, passamos a nos interrogar sobre a natureza dessa disciplina. Se é verdade que "a formação regular do discurso pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos de controle (é o que se passa, por exemplo, quando uma disciplina toma forma e estatuto de discurso científico); e, inversamente, as figuras do controle podem tomar corpo no interior de uma formação discursiva"[205], é importante analisar as regularidades discursivas da Ciência da Informação, em sua descrição genealógica, para que sejamos capazes de perceber o que a área selecionou, rejeitou ou excluiu, e aquilo que reagrupou, incorporando à sua base ou aos seus fundamentos, em seu processo de institucionalização.

Já vimos que a informação ocupa o cenário internacional no período das guerras mundiais, e sua importância impõe-se, cada vez mais, no período da Guerra Fria. Como dispositivo estratégico, nesse contexto a informação é o elemento de equilíbrio nas relações de forças entre os países que disputam espaços hegemônicos. Uma nova razão de Estado parece emergir na nova ordem internacional, calcada nos empreendimentos científicos e tecnológicos, já agora sob a tutela do Estado, que tratou de trazer a si a tarefa de decisão sobre o que, como e por que pesquisar.

Diferentemente da racionalidade específica da arte de governar Estados, descrita por Foucault, onde o que estava em jogo era o território e a população - dando origem ao nascimento de duas instituições, a estatística e a polícia - agora o que se avizinha é não tanto o controle das populações, já devidamente marcadas pelas técnicas censitárias e pelos dispositivos de controle em curso, mas controlar o acesso à informação estratégica, em processo de produção. O que se visava era, não apenas a recuperação dessa informação, de maneira rápida e objetiva (informação relevante), mas, também, o desenvolvimento de técnicas de recuperação da informação que, ao mesmo tempo tornavam acessíveis os itens desejados, camuflavam aqueles que deveriam permanecer

[205] FOUCAULT, M. *El orden del discurso*; lección inaugural en el Collège de France pronunciada el 2 de diciembre de 1970. P.54

encobertos pelo segredo, tinham a capacidade cada vez maior de processar enormes quantidades de informação.

Portanto, o que afirmamos aqui é que não é tanto a informação que surge como novidade - ela é tão antiga quanto o homem, embora não como conceito nem teoria - mas a informação sobre a informação. É nesse sentido que vemos a Ciência da Informação se bifurcar com a Ciência da Computação ou a Informática. Uma como fim e a outra como meio, no limite, ambas buscavam naquele instante fundador criar as bases para o controle da informação, em dispositivos técnicos específicos.

Não é por acaso que houve e, em algumas situações ainda há, uma grande confusão, não apenas sob o aspecto terminológico, entre o que é uma e outra disciplina, mas quais são seus objetos, suas técnicas, suas fronteiras. Ciência da Informação ou Informática[206], como inicialmente foi problematizado, especialmente pela corrente russa, tem uma razão de ser.

Será que a Ciência da Informação teria tomado os rumos que tomou, seus próprios caminhos, se a Informática não tivesse nascido antes ou junto com ela? Já paramos para observar que os primeiros estudos da área (CI) são quantitativos? Por que a Ciência da Informação foi buscar das demais disciplinas as técnicas estatísticas e de contabilidade? Por que a força da Bibliometria naquele instante? Sem a Informática isso teria sido possível?

Da mesma forma, a Informática não seria o que é sem que os problemas suscitados pela estatística tivessem provocado a busca de soluções, para dar conta do tratamento das informações produzidas no âmbito dos recenseamentos. Por que? Simplesmente porque o tratamento artificial da informação era uma imposição no final do século passado. Questão de Estado, uma vez mais. Vejamos o que diz a história do cálculo artificial.

---

[206] Ver MIKAILOV, A ; CHERNYI, A O ; GILIARESKII, R S. Informatics - new name for the theory of scientific information. FID News Bulletin, 17 (7): 70-4, 1967.

Na história do tratamento artificial da informação, uma das primeiras utilizações práticas do sistema de cartões perfurados, numa máquina especialmente concebida para este efeito, foi operado no Estados Unidos, no fim do século passado, de acordo com condições preliminares que tornaram possível esta invenção. Segundo Ifrah [207], trata-se de uma invenção que revolucionou em seu tempo os domínios da estatística, da contabilidade e da gestão das empresas, dando lugar a um avanço técnico e industrial importante, que iria, em seguida, revelar-se essencial ao impulso das técnicas e da indústria dos computadores.

Após a Guerra da Independência, que durou de junho de 1775 a outubro de 1782, formulou-se um tratado reconhecendo a soberania dos novos Estados, assinado em abril de 1783, em Versalhes. Com a chamada Grande Convenção de Filadélfia, os delegados dos Estados americanos tentaram promover uma Constituição. Após a tramitação de alguns projetos, ficou convencionado que a representação dos Estados na Câmara *seria proporcional à população,* e "para a determinação do número de cadeiras por Estado cinco escravos (não eleitores) equivaleriam a três homens livres (eleitores)"[208].

Decidiu-se, ainda, que um recenseamento da população seria efetuado a cada 10 anos em todos os Estados da Federação. A partir do chamado "Grande Compromisso" foi possível construir a Constituição propriamente dita. O dispositivo constitucional de realizar um recenseamento decenal, dará origem à **mecanografia**, quase um século mais tarde. Isto porque, após a Guerra de Secessão (1861-1865), que provocou imensa hemorragia humana, além de feridas psicológicas e econômicas consideráveis; a tensão norte-sul acabou por apaziguar-se e o povo americano, cicatrizando suas chagas, se consagrou prioritariamente a valorizar o país.

A partir de 1875 os Estados Unidos começavam a tornar-se uma grande potência industrial, graças a seus imensos recursos naturais, à sua população empreendedora e a

---

[207] IFRAH, G. *Histoire universelle des chiffres; l'intelligence des hommes racontée par les nombres et le calcul*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1994. V.2

[208] IFRAH, G. Op. cit., p.541.

uma marcante capacidade de inovação[209]. Ainda segundo esse autor, no período entre 1790 e 1880 “o fenômeno social dominante na história dos Estados Unidos, sem dúvida, foi a conjugação de uma imigração massiva e de uma elevada natalidade”. Uma primeira contagem, realizada em 1790, recenseou 3.893.637 *pessoas vivas* sobre o *território* da Federação. Já a partir de 1800 “seis variáveis analisaram a composição dessa população (sexo masculino, brancos com menos de 6 anos, sexo masculino, brancos com mais de 6 anos; sexo feminino, raça branca; indivíduo livre de raça negra; escravo; profissão)”, fazendo crescer em muito a massa de dados a serem organizados.

Ifrah esclarece que as questões colocadas pelos recenseadores tornavam-se cada vez mais numerosas, “pois compreendeu-se rapidamente que as informações ligadas a esses recenseamentos constitucionais podiam servir de guias às tomadas de decisões administrativas. De um recenseamento à outro, o número global aumentava de forma praticamente constante, em torno de 34,6%. Em 1860, a população atingia 31.440.000 habitantes”. Para minimizar as dificuldades de tratamento dessas informações, cada vez mais difíceis de serem exploradas, sem contar com os altos custos de todo o processo censitário, “o Congresso votou, em 1850, uma lei que limitava a 100 o número de questões elementares autorizadas”.

Em 1870, tendo alcançado 40 milhões de habitantes, e numa tentativa de melhorar os métodos anteriores, o Cel Charles W. Seaton propôs um dispositivo, para facilitar as transcrições manuais das folhas estabelecidas pelos recenseadores em formulários recapitulativos centralizados, o que foi considerado um pequeno progresso. No entanto, “a contagem de 1880 foi um verdadeiro pesadelo: a população dos EUA atingia 50.262.000 habitantes. Sete anos seriam necessários para analisar e explorar as informações recolhidas”. Os problemas avolumavam-se a cada recenseamento e, em 1890 o bloqueio era total. Os decisores econômicos e legislativos não poderiam mais dispor, em tempo útil, de informações que lhes seriam necessárias e as regras

[209] De acordo com IFRAH, essa inovação era evidenciada a pelo número de patentes acordadas pelo U.S. Patent Office: um mil por ano antes da guerra civil; 12.000 durante década de 1870; este número passou em seguida para 20.000 patentes anuais por volta dos anos de 1890.

constitucionais não seriam mais respeitadas, tornado-se imprescindível uma medida mais radical. Por essa razão, em 1889, o "Bureau americano de recenseamento, confrontado com o delicado problema de analisar em tempo razoável um conjunto de informações estatísticas, sobre indivíduos cada vez mais numerosos, organizou um concurso com a finalidade de encontrar um inventor capaz de criar um **sistema estatístico artificial** preciso, confiável e rápido para o recenseamento seguinte, de 1890. O ganhador foi o jovem Hermann Holerith (1869-1929) que havia inventado, em 1884, uma máquina estatística capaz de contar eletricamente as unidades de informação, graças a um sistema de perfurações nos cartões"[210].

Ademais, este sistema permitia que se trabalhasse com uma imensa quantidade de informações oriundas dos recenseamentos, que poderiam até mesmo encher uma biblioteca com documentos manuscritos. Uma série de outros dispositivos foram criados, no sentido de aperfeiçoar as técnicas de tratamento artificial da informação estatística, até o surgimento dos computadores. Inúmeras empresas são criadas na disputa de um mercado cada vez mais diversificado, muito além dos domínios da estatística e de uma razão de Estado que precisa gerir o território e a população na era da industrialização em curso.

Por outro lado, em função de todo um esforço de guerra, na década de 1940, inúmeras pesquisas foram desenvolvidas no sentido de tornar as comunicações entre os países envolvidos no conflito mais eficazes, confiáveis e rápidas. Nesse jogo de informações e contra-informações, o cálculo analítico desenvolveu-se em direção à criptografia, numa tentativa de garantir que as mensagens cifradas não fossem violadas/decifradas pelos inimigos. Cálculos de grande precisão efetuam-se em busca do aperfeiçoamento dos canhões, aviões e radares.

[210] IFRAH, G. Op. cit., p. 542.

Segundo Lévy[211], apesar de uma imensa soma de recursos ter sido direcionada para investigações durante o conflito mundial, quando enorme avanço técnico no domínio do cálculo eletrônico se realizou, "a bomba atômica foi construída sem o recurso a qualquer computador". A história da informática reflete "capturas, desvios e reinterpretações". Mas não se identifica "com a realização de um plano, de um programa, de um sonho (...), e isso precisamente porque é uma história".

A história da informática, da Ciência da Informação, como de resto de todas as técnicas que nos últimos decênios vieram em socorro de problemas institucionais, sociais ou individuais se imbricam em redes de significados, que comportam as mais diversas leituras. Daí a importância das perguntas que o pesquisador faz a si mesmo quando se depara com o indiscernível e a opacidade da realidade. Informações, memórias, documentos, testemunhos compõem um cenário de muitos sentidos, em um movimento de busca, que nunca termina.

Em suas faces, interfaces e contrafaces, a Ciência da Informação volta agora a deparar-se com a sua territorialidade. Na dinâmica de um processo de institucionalização há como que a redefinição de caminhos, face às transformações que batem às portas da ciência e da técnica, cenário mais amplo onde se insere. Os avanços das tecnologias de tratamento da informação produzem impactos em todas as áreas do conhecimento, mormente no campo de estudos dos fenômenos de informação e comunicação que dizem respeito à Ciência da Informação.

---

[211] LÉVY, P. A invenção do computador. In: SERRES, M. (org.) *Elementos para uma história das ciências.* III vol. P. 159.

4 Informação, tempo e memória

__ O horror daquele momento, continuou o Rei, nunca, nunca esquecerei!
__ Mas hás-de esquecer, disse a Rainha, se não fizeres disso uma lembrança.
Lewis Carroll
(Do outro lado do Espelho)

O presente capítulo tem por finalidade problematizar as relações entre informação e memória, com a mediação do tempo. O conceito de informação, nesta tese, é abordado na estrita medida de seu entendimento como estímulos, impressões que integram o quadro mais geral das lembranças, que compõem o acervo de experiências dos indivíduos.

Nesse sentido, a informação é um conjunto de elementos selecionados pelos indivíduos, dentre uma imensa variedade de itens existentes no mundo exterior. Como um embrião, a informação forma e contém (informação). A repetição dessas impressões, ao longo do tempo, encarrega-se de transformar itens selecionados de informações em marcas, traços, que constituem o que, convencionalmente, chamamos de memória. A memória então conserva as informações que vão sendo retidas num processo de seleção.

O conceito de memória tem suscitado inúmeras confusões, encontrando-se na literatura um leque de definições e, a depender dos autores, toma inúmeros significados. É muito comum confundir-se memória com lembrança, contrapondo-se memória e esquecimento. Na realidade, estamos entendendo memória, sem qualquer outro conceito a ela aposto, como movimento do tempo. E, assim entendido, o conceito de memória, em toda sua complexidade, é também uma faculdade do espírito, base de toda a criação. E, como tal, é uma invenção do ser humano. Isso significa abolir as definições que fazem da memória mera repetição de acontecimentos passados. Nesse sentido, as informações retidas, que passaram pelo filtro individual (que é também social) são organizadas e recriadas no presente, dentro de um processo dinâmico.

Alguns pressupostos sobre a natureza do funcionamento do cérebro humano vêm sendo contestados e abalados por algumas pesquisas no campo da neurofisiologia. Derivados do pensamento científico do século XIX, tais pressupostos dizem respeito diretamente aos mecanismos da memória, em suas funções de lembrar (*anamnese*, reconhecer, recordar, rememorar) e esquecer (incapacidade de recordar, vontade de não lembrar, dificuldade de recuperação de informação "armazenada" na memória, ou de impressões sensíveis que afetaram a sensibilidade, constituindo a percepção).

Segundo Rosenfield [212], há até pouco tempo não se questionava a idéia da existência de *lembranças permanentes*, imagens impressas e armazenadas em nosso cérebro, responsáveis pelo (re)conhecimento de fatos, pessoas, lugares, enfim, de todo nosso conhecimento do e sobre o mundo que nos circunda e do qual somos parte.

Segundo essas teorias, preconizadas por Paul Broca (1861), Charcot e outros, o cérebro seria como que um **reservatório** e configuraria "um conjunto de regiões funcionais altamente especializadas, que controlavam, por exemplo, a fala, os movimentos e a visão." De acordo com esse entendimento, a memória se subdividiria em subunidades ou centros especializados, responsáveis por imagens específicas, tais como as imagens visuais e auditivas das palavras.

Essa *doutrina da localização das funções* cerebrais, sobre a qual estão assentadas as bases da moderna neurologia, segundo Rosenfeld, vem sendo questionada atualmente por Gerald Edelman, do Instituto de Neurociências da Universidade de Rockfeller, em Nova York, para quem o cérebro é uma potência criadora e as lembranças do passado são recriações, que dependem de diferentes fatores, tais como a emoção, o contexto e a história. A memória pode então ser vista como processo, o que constitui uma inovação.

A teoria de Edelman vem a romper radicalmente com o pensamento vigente, abrindo novas vias de pesquisa em várias áreas do conhecimento, especialmente a psicologia, as neurociências e a inteligência artificial. Neste momento, a ciência parece

---

[212] ROSENFIELD, I. *A invenção da memória; uma nova visão do cérebro* . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. P.4

aproximar-se das idéias há longo tempo preconizadas na filosofia por Henri Bergson e, na Psicologia por Sigmund Freud.

Bergson afirmava que o problema da localização cerebral da memória concerne apenas à memória das palavras, em especial às afasias, pois "o papel do cérebro seria o de escolher a todo momento, entre lembranças, aquelas que poderiam melhor aclarar a ação começada, e excluir as outras. (...) [A lembrança] se conserva por si mesma..."[213] Em outro trabalho, citado por Rosenfeld[214], *The creative mind,* de 1911, Bergson dizia : "Nas doenças que correspondem a lesões locais do cérebro, isto é, nas várias formas de afasia, a lesão psicológica consiste *menos numa abolição das lembranças do que numa incapacidade de recordá-las* (grifo nosso). Um esforço, uma emoção, pode subitamente trazer à consciência palavras que se supunha definitivamente perdidas. Estes fatos, ao lado de muitos outros, unem-se para provar que, nesses casos, a função do cérebro é fazer uma seleção do passado, reduzi-lo, simplificá-lo ou utilizá-lo, mas não preservá-lo."

Mas, se a função do cérebro fosse selecionar informações, "o contexto seria irrelevante para a percepção. A importância do contexto no reconhecimento mostra que a natureza da informação que é útil para o cérebro não é predeterminada." Segundo esse entendimento de Rosenfield, cabe ao cérebro categorizar os estímulos, de acordo com as combinações de estímulos relevantes, que organizam e ordenam as informações percebidas no ambiente. Ora, categorizar, combinar e ordenar são atividades que requerem seleção.

É importante assinalar que as idéias de Bergson, sobre a função do cérebro, são ainda válidas. Para ele, "é a faculdade de evocação que é diminuída em sua vitalidade", caracterizando uma maior ou menor dificuldade de colocar em contato lembranças com situações presentes. "É o mecanismo desse contato que deveria ser estudado, a fim de

[213] BERGSON, H. O pensamento e o movente. In: Os Pensadores, v. XXXVIII, p.147/8.
[214] ROSENFIELD, I. Op. cit., p.13

verificar se o papel do cérebro não seria o de assegurar seu funcionamento, ao invés de aprisionar as próprias lembranças em suas células"[215].

Freud, por sua vez, entendia a memória como "um registro permanente de acontecimentos passados", que não se confunde com os mecanismos do cérebro "encarregados de dar sentido ao mundo que nos cerca." A liberação das lembranças não se daria de forma permanente, tendo em vista as mudanças que ocorrem na vida cotidiana, quando os afetos, as emoções um dia associadas às impressões infantis, não podem mais ser vivenciadas, senão no plano dos sonhos, sob a forma de reelaboração. Daí parecer que esquecemos as experiências passadas[216]. Freud acreditava na existência de lembranças permanentes que, no entanto, seriam para ele fragmentadas e imperfeitas, alterando por isso a nossa percepção. Ele incluiu em sua teoria os mecanismos que poderiam explicar de que forma as lembranças permanentes, distorcidas e incompletas, afetam nossa visão de mundo: "a repressão, as memórias encobridoras, o conteúdo latente do sonho, o retorno do reprimido."[217]

As contribuições de Freud para essa teoria, ora em discussão, dizem respeito à sua declaração sobre a inexatidão das lembranças, bem como à necessidade da emoção, do contexto e da história na criação das lembranças e na rememoração. Nesse sentido, Rosenfield afirma que "as recordações sem afeto não são recordações (...) e [as emoções] são essenciais para criar uma memória" e para categorizar as lembranças. A atividade do sistema límbico (responsável pelas emoções) é fundamental para as sensações de percepção e para a rememoração, mas não é suficiente. Para que *fragmentos* (Freud) e *flashbacks mnemônicos* (Penfield) se organizem como lembranças, é preciso ainda uma construção de idéias e pensamentos, que se dão no momento em que os estímulos exteriores (contexto) atuam. Aquilo que chamamos lembranças seriam, na realidade, reelaborações, recriações, reordenamento de informações/memórias.

---

[215] BERGSON, H. *Matéria e memória; ensaio sobre a relação do corpo com o espírito* São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.194/195. Nesta obra, já centenária, Bergson afirma, em vários momentos, sua crítica à teoria da localização da memória no cérebro. Em relação à teoria de Edelman, no entanto, existem algumas diferenças, de caráter fisiológico, que não são abordadas aqui porque fogem aos interesses desta pesquisa.
[216] ROSENFIELD, I. Op. cit., p. 171.
[217] Ibid., p. 172

A crença na existência de informações que se organizam em centros mnemônicos localizados no cérebro, na forma de categorizações permanentes, que poderiam a qualquer tempo ser recuperadas à consciência, levou pesquisadores da área de inteligência artificial, na década de 70, a fazerem simulações, no sentido de obterem indícios sobre os modos pelos quais o cérebro atinge objetivos. Tal como muitos neurologistas do século passado, acreditavam também na existência de imagens fixas e permanentes armazenadas no cérebro.

A *teoria do darwinismo neural* [218] , desenvolvida por Edelman, vem indicar que os estímulos não são gravados no cérebro, mas resultam de uma atividade cerebral, que não necessita de imagens fixas armazenadas no passado, mas de procedimentos que nos permitam articular experiências passadas com pensamentos e idéias no tempo presente, que devem contemplar o novo, o movimento, o acaso. Não há memória sem o presente.

A pesquisa de Edelman, que em 1972 recebeu o Prêmio Nobel (juntamente com Rodney Porter) por suas pesquisas em imunologia, aponta para alguns problemas que precisam ser revistos à luz de sua teoria do darwinismo neural. Se memória é criação, conforme Bergson já assinalava no século passado, se não existem lembranças verdadeiras, o papel do testemunho deve também ser revisto, seja no âmbito da instituição judiciária, seja na pesquisa histórica (especialmente na chamada história do tempo presente, que utiliza a metodologia de história oral). Outro ponto de fundamental importância para esta pesquisa é o tema do esquecimento e da lembrança, que trataremos a seguir.

---

[218] A ***teoria do darwinismo neural*** é relatada por Rosenfield (op. cit.), assim como algumas outras teorias que esclarecem as idéias desenvolvidas pelo autor. Edelman afirma que os princípios darwinistas da seleção são fundamentais para explicar o processo de categorização perceptiva, desenvolvido pelo cérebro, que seria a base da memória e do reconhecimento. Grupos de neurônios - células cerebrais - são selecionados e organizam-se em estratos, mapas neuronais que interagem entre si, criando categorias. Os estímulos ambientais são respondidos de diferentes maneiras pelos grupos neuronais, indicando que a mesma informação produz efeitos diferenciados, maior ou menor atividade, fortalecendo ou enfraquecendo as ligações sinápticas (ponto de contato entre duas células nervosas). É o cérebro que efetua a organização dos mapas (conjuntos de grupos neuronais do cérebro). As informações são categorizadas e recategorizadas de acordo com o contexto, os afetos e as percepções. Limitamo-nos a retirar dessa obra as noções que poderiam subsidiar nossa tese, sem os detalhes que foram originalmente relatados. Para maiores esclarecimentos, o autor referencia uma extensa bibliografia no final do livro.

4.1 O esquecimento e a lembrança

O esquecimento é condição de possibilidade da lembrança e a outra face da memória. Dito de outra maneira, a memória em funcionamento precisa tanto da potência da lembrança, quanto da potência do esquecimento, que são as duas faces da mesma moeda, ou dois momentos de um único e mesmo movimento. Mas, será mesmo possível o esquecimento? Se é verdade que o homem recebe, produz e troca informações durante a vida, e que detém uma memória, em formação, desde a vida intra-uterina, diversas formas de retenção de informações se acumulam no seu processo de aprendizagem.

O homem é feito de memórias. Ao nascer já traz informações genéticas codificadas em sua própria estrutura celular e corpórea. O corpo tem memória. Não apenas no sentido genético, mas também social, institucional. As informações selecionadas, retidas e vivenciadas, desde a mais tenra idade, são impressas em nossa **consciência**, uma espécie de "arquivo" existencial e individual, muito embora essa construção seja um processo dinâmico, coletivo, social.

Por muito que pareça haver esquecimento, o que há é a recuperação de determinadas informações registradas, em detrimento de outras que não foram retidas ou, se retidas, deixam de ser trazidas ao tempo presente. Falhas no processo de recuperação de informações/memórias, processo esse de natureza seletiva, não significam esquecimento.

"Esquecimento" temporário, como falha no processo mnêmico, não pode ser confundido com apagamento, exclusão. Entendemos que, se há informação registrada, impressão contraída, há lembrança potencialmente recuperável, mesmo que sob o manto do esquecimento temporário. Na realidade, em nossa sociedade o esquecimento é apontado como patologia, sendo inúmeras as categorias que a ele se associam e que se

encontram amplamente registradas na literatura especializada[219]. Entendemos, ainda, que aquilo que se convencionou chamar de "esquecimento", doença da memória, é, na realidade, perda temporária ou definitiva de procedimentos específicos à técnica de recuperar informações categorizadas pelos indivíduos.

Por outro lado, quando se diz que o esquecimento é saudável, pois nos faz criar novos valores e comportamentos, novas instituições e acontecimentos, o que se quer é apontar para a possibilidade de privilegiar outras informações, diversas daquelas já existentes e que, por seu caráter formalizador e estratificante não nos permitem dar passagem à criação. Não podemos deixar de registrar que a informação tem uma face dupla, pois ao mesmo tempo que forma e institui, contém informação e traz em germe o instituído. Tendo sofrido a ação do tempo agora já é memória.

Na realidade, esquecemos, se queremos esquecer. No entanto, a qualquer momento, quando a vontade de lembrar nos atravessar o pensamento, quando há vontade de reconstruir o passado, somos impelidos a lançar mão dos mecanismos que dão suporte à memória e vamos buscar as lembranças onde quer que estejam: seja na consciência, no inconsciente, nos materiais da memória - os documentos (*latu sensu*), arquivos, relatos de outras pessoas que tenham partilhado experiências comuns. Não repetir o passado, tal qual um dia se apresentou à nossa consciência, é também uma escolha que passa pelo entendimento. Não esquecemos senão aquilo que queremos afastar de nossa experiência presente.

---

[219] As patologias da memória, como tais indicadas em vasta bibliografia, não serão abordadas nesta pesquisa. Preferimos entender como **perda de potência** o que se convencionou chamar de patologia. Essa despotencialização surge, na maioria das vezes, com a idade ou com lesões cerebrais que afetam não as lembranças localizadas em tal ou qual área, mas os mecanismos e os procedimentos mnêmicos.

Entretanto, se muitas vezes esquecemos de esquecer, é porque as informações que invadiram e afetaram a nossa consciência e nosso universo mental estão reverberando e refletindo (no sentido ótico do termo) marcas extremamente pregnantes, muitas vezes traumatizantes. É o caso, por exemplo, de experiências de vida atravessadas pela dor profunda, pelo intolerável, pelo inominável. Experiências de perda são muitas vezes acompanhadas de crises caracterizadas pela presença acentuada de determinadas lembranças, que tendem a conjurar as outras possibilidades de vida às instâncias do "esquecimento". Situações vividas como ameaçadoras à nossa integridade física, mental, intelectual, existencial, enfim. Cicatrizes.

É também o caso das passagens e dos acontecimentos, das sensações vividas como criadoras de realidade, que nos deixam banhados pela alegria e pela sensação de que viver é um processo de realização. Quais seriam essas experiências, digamos positivas e negativas? Impossível descrevê-las, pois, cada um sente a vida à sua própria maneira, com os valores que estabelece ou que *incorpora* da experiência social.

Entendemos, assim, que o coração nunca esquece. Apenas deixa de recuperar informações que são substituídas por outras. No momento em que o querer aciona os mecanismos que nos permitem lembrar, há o retorno do vivido, do pensado, do imaginado, do falado, do visto, do sentido, do experimentado. Inútil esperar que as lembranças que afloram no presente sejam cópias fiéis de realidades vividas no tempo que passou. Nossas lembranças do passado são recriadas no instante presente, com o acervo[220] que detemos no momento da recuperação dessas informações. E, nesse novo presente, já não somos os mesmos, a realidade também já se apresenta de forma diversa, e aqueles que nos rodeiam, caso tenham partilhado conosco dessas experiências que queremos reviver, são também indivíduos em transformação.

[220] Acervo, no caso, é entendido não apenas como um conjunto de experiências vividas ou imaginadas, incluindo nossa leitura de mundo, mas especialmente os procedimentos operatórios utilizados e reutilizados nos agenciamentos cotidianos.

No cotidiano experimentamos o devir como escolha, guardadas as diferenças individuais. Mas, repetir o passado, viver aprisionado a hábitos seculares e até milenares também é uma escolha. Uma escolha que se dá em função dos valores que são afirmados e negados no decorrer da existência. Evidentemente, nesse processo de agenciamento de enunciação coletiva as instituições desempenham um papel fundamental, pois constituem uma espécie de cimento social, como uma tendência a laborar pela continuidade dos valores já instituídos.

Quando Nietzsche nos fala que é preciso a arte para não se morrer da verdade, parece que está indicando um caminho possível para a criação de novas informações, fora dos domínios do instituído que, levado às últimas conseqüências, nos impede de transformar a vida em toda a sua potencialidade. Para ele, a vontade de verdade conduz a sociedade à repetição de valores passados, aprisionando os indivíduos ao já sentido e já vivido, à vingança de grupos contra grupos, etc.

O que leva ao (res)sentimento e à má consciência, apontados por Nietzsche como as doenças da humanidade, parece tratar-se de uma repetição que se faz pela memória. Repetição do mesmo. Eterno retorno do mesmo. Não morrer da "verdade" é então transmutação de valores e não esquecimento. Se, para a produção do novo, é preciso esquecer o que passou, trata-se de um "esquecimento" voluntário e produtivo, que só é capaz de se dar pelo entendimento. Seria um esquecimento do ser, que se dá numa tentativa constante de auto-invenção. Trata-se então de devir outro, de dobrar a si mesmo, como auto-produção. Para tanto, é necessário esquecer. O perdão, por exemplo, é fruto do querer. É uma decisão que passa por uma escolha.

O próprio Nietzsche[221], em pelo menos um de seus aforismas, duvida da faculdade de esquecer: "Talvez o homem não possa esquecer nada. A operação de ver e de conhecer é complicada demais para que seja possível apagá-la de novo inteiramente; ou seja, todas as formas que foram produzidas uma vez pelo cérebro e pelo sistema nervoso repetir-se-ão, a partir daí, muitas vezes. A mesma atividade nervosa reproduz a mesma imagem".

Para agir precisamos lembrar, mas também "esquecer". Na linha de argumentação que estamos seguindo, se não agiríamos sem as lembranças - determinadas lembranças, é claro - seria também impossível qualquer ação sem a capacidade de esquecer. Estaríamos presos ao acúmulo das experiências passadas, vividas ou imaginadas, que de tão múltiplas nos imobilizariam em indecisões. Para viver é preciso esquecer e lembrar, ou seja, selecionar pensamentos, ações, decisões, com todo o arsenal de informações acumuladas no tempo. É o próprio Nietzsche[222] que vem ilustrar nosso pensamento:

> "Quem não se instala no limiar do instante, esquecendo todos os passados, quem não é capaz de manter-se sobre um ponto como uma deusa de vitória, sem vertigem e medo, nunca saberá o que é a felicidade e, pior ainda, nunca fará nada que torne os outros felizes. Pensem o exemplo extremo, um homem que não possuísse a força de esquecer, que estivesse condenado a ver por toda parte um vir-a-ser: tal homem não acredita mais em seu próprio ser, não acredita mais em si, vê tudo desmanchar-se em pontos móveis e se perde nesse rio do vir-a-ser : finalmente, como o bom discípulo de Heráclito, mal ousará levantar o dedo. Todo agir requer esquecimento".

E, se levarmos essa tese ao nível institucional, veremos que a anistia é o "esquecimento" das ações que, num tempo passado, quando eram presentes, foram consideradas contrárias às leis vigentes na sociedade e, por força do tempo, são (re)vistas como passíveis de serem desconsideradas. A anistia é o "esquecimento" oficial de acontecimentos passados, que se institucionaliza em forma de perdão. Institui-se uma paz (*pax* romana, por exemplo) para que, finalizadas as guerras, revoluções e contendas, a

---

[221] NIETZSCHE, F. *O Livro do filósofo.* Porto: Rés, [1984], p. 43.
[222] NIETZSCHE, F. Considerações extemporâneas. In: Os Pensadores. P.58.

sociedade possa recomeçar em outras bases. Mas, perguntamos, o fato de ter havido a anistia significa que os fatos objeto da anistia foram realmente esquecidos? É como se as instituições dissessem, através das decisões estabelecidas, que devemos esquecer o que passou, para que a "harmonia" social se estabeleça. Entretanto, será que aqueles atores dos acontecimentos esquecem de fato?

A história mostra-nos que não. E ela mesma encarrega-se de fazer-nos lembrar os acontecimentos que se deram no passado, revendo e rediscutindo os fatos à luz de novos documentos e novas pesquisas. A história tem, nesse sentido, dois papéis: molda e subverte a memória coletiva[223], numa relação de permanente tensão. A memória é fonte da história, mas também instrumento de resistência. Pois, diante de tantos discursos oficiais, os grupos sociais guardam em silêncio suas lembranças, numa espera que se nutre de memórias. No momento oportuno, as memórias emergem e ocupam o campo social. O século XX é rico de exemplos dessa natureza: os embates das guerras mundiais, as feridas abertas pelos genocídios, a ditadura militar latino-americana.

Não é por acaso que a história oral vem contribuindo nas últimas décadas para a renovação da história social, dando voz aos anônimos que formam as *comunidades de destino*: os velhos de Ecléa Bosi, os sobreviventes dos campos de concentração, os prisioneiros de guerra, as comunidades indígenas, os imigrantes, as crianças abandonadas. Como fonte histórica, "o testemunho colhido *a posteriori*, por sua própria natureza, é uma das características da história do tempo presente"[224].

---

[223] THOMPSON, A; FRISH, M; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

[224] ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p.86. 1996.

Inúmeras são as formas de transmissão de experiências. O relato, por exemplo, é uma conduta, um comportamento narrativo[225] que se dá em função da ausência dos fatos. É uma forma de preservação de lembranças. Pode ser oral, transmitido de pessoa a pessoa, tomando o espaço dos grupos e das instituições, mas pode também ocupar outras superfícies de inscrição, como textos, os corpos, em seus gestos, os objetos, os artefatos. Na verdade, "nossas culturas só se lembram esquecendo, mantêm-se rejeitando parte do que elas acumulam de experiência, no dia-a-dia. A seleção drena assim, duplamente, o que ela criva"[226].

Evidentemente, o uso que é feito do esquecimento, em termos institucionais, nem sempre pode ser considerado inocente, pois serve a determinados interesses (que são políticos) no jogo do poder, do discurso e do imaginário. Não é por outra razão que Foucault[227] afirma: "Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar em tudo em qualquer circunstância...". Para ele a produção do discurso "é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontencimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade".

A arte de narrar experiências de vida, como técnica artesanal, e forma de ensino, vem sofrendo um processo de desinstitucionalização. Com o advento da industrialização, no âmbito do processo de modernização, houve uma dissociação trabalho-comunicação. A experiência do artesão era acumulada e transmitida de geração a geração. A racionalização do trabalho veio a exigir a produção em série, no ritmo da repetição, onde o fator "velocidade" substituiu o aprimoramento artesanal, eliminando pouco a pouco da indústria a forma narrativa de realização do ofício: a velocidade da máquina substituiu pouco a pouco as etapas de elaboração, transformação e sedimentação do tempo, que é portador das mudanças sociais.

---

[225] JANET, P. *L'Évolution de la mémoire et de la notion du temps*. V. III. (L'Organization du temps). Paris: A Chahine, 1928.

[226] ZUMTHOR, P. *Tradição e esquecimento.* São Paulo: Editora Hucitec, 1997. P. 15.

[227] FOUCAULT, M. *A ordem do discurso.* Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

O aperfeiçoamento passa a estar mais ligado à velocidade do que à criação. Nesse aspecto, a narração vai perdendo espaço como forma de ensino e de transmissão de experiências comuns e partilhadas pelos grupos sociais, privilegiando-se a informação, cujo valor somente se efetiva pelo seu caráter de notícia, novidade. Benjamin[228] já havia feito essa constatação, apontando para a perda da memória do ofício, do fazer criativo, e da conseqüente emergência de autômatos, pobres de experiência. Para ele a arte de narrar está em vias de extinção.

Assim é que os turnos de trabalho alternados na indústria tiram do operário a chance de sedimentar lembranças e o seu tempo é mecanizado, pulsado e fragmentado, tal como os espaços da memória social. Nessa instância há uma espécie de desenraizamento, comum entre as famílias mais pobres, levando à perda das condições de sedimentar lembranças. É nesse sentido que a aceleração do tempo, a velocidade das tarefas e da produção, a perda do exercício da narração contribuem, para muitos autores[229], para a velocidade do esquecimento.

Nesse caso, parece que se verifica muito mais uma pregnância de determinadas informações/memórias do que de fato esquecimento. O que permanece como lembranças seriam as experiências de um homem-autômato, que deve lembrar de saberes e fazeres, que o mundo do trabalho industrial exige. Privilegia-se informações e não tanto lembranças. Informações úteis, voltadas para a elaboração de tarefas, em rotinas de repetição, característica da institucionalização do trabalho industrial.

Na realidade, se não "esquecesse", no sentido anteriormente definido, ou seja, se não deslocasse as lembranças para a sua virtualidade, tendo nesse caso que se lembrar de

---

[228] BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura* São Paulo: Brasiliense, 1985. P. 197 (O narrador) e 114 (Experiência e pobreza).

[229] Ver, nesse sentido, BOSI, Ecléa. Memória e sociedade; lembranças de velhos. São Paulo: T. A Queiroz, 1983. 184p. BENJAMIN, W. Obras escolhidas, 3 v. VIRILIO, P. Velocidade e política. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. WEIL, Simone. A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 399p.

cada aprendizagem adquirida, nos próprios limites do corpo[230], o homem não seria capaz de agir, preso que estaria a todas as lembranças contraídas pela sua consciência. É por essa razão que afirmamos a natureza seletiva da memória, e o caráter criativo das lembranças, bem como daquilo que se convencionou chamar de esquecimento. Não há verdade a ser recuperada, senão aproximação das experiências vividas no passado, recriadas no presente. Podemos imaginar o que ocorreu no passado longínquo, mas apenas imaginar, com os materiais de que dispomos no tempo presente.

Hoje, no entanto, com as tecnologias da informação, de tal maneira desenvolvidas e aperfeiçoadas, torna-se cada vez mais possível essa aproximação, muito embora as máquinas que gravam e registram informações sirvam apenas para recuperar e reproduzir *flashes* do passado, já que descontextualizam os acontecimentos. E para a memória, como já vimos anteriormente, é fundamental não apenas a emoção, mas o contexto e a história.

Uma imagem transmitida pela TV, em imagens ao vivo, ou não, diz apenas aquilo que se vê e/ou se ouve, mas pouco esclarece em termos dos fatos que antecederam o que estamos assistindo. Os meios de comunicação de massas, bem sabemos, são *produtores* de acontecimentos. Vivemos, nessa instância, uma abundância de acontecimentos, muitas vezes fabricados, para logo em seguida serem apagados. E, a depender dos interesses hegemônicos que se interpõem por trás das imagens transmitidas, teremos para o mesmo fato inúmeras versões "verdadeiras".

Sem dúvida alguma, as máquinas de tratamento da informação e comunicação "operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio das suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes[231]". Mas, é preciso que se diga, essas mesmas máquinas abrem um

---

[230] Estamos nos referindo aos automatismos do arco reflexo sensório-motor, tais como abrir e fechar os olhos, andar, sentar, deitar, subir, descer, enfim todos os movimentos que empreendemos na vida.

[231] GUATTARI, F. *Caosmose; um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. P. 14

universo de possibilidades para a produção de imagens plásticas, de cálculos matemáticos de longo alcance, em universos até então inimagináveis.

Apesar da tendência homogeneizadora da subjetividade, ocasionada pelas tecnologias de informação e de comunicação de massas, há uma outra tendência simultânea, segundo Guattari[232], heterogenética. Trata-se, nesse caso, de experimentações sociais, o melhor e o pior: "o melhor é a criação, a invenção de novos Universos de referência; o pior é a mass-midialização embrutecedora, à qual são condenados milhares de indivíduos". Uma estética da existência, com a criação de instâncias locais de subjetivação, onde acontecimentos singulares podem emergir, seria uma linha de fuga lúdica, face aos imperativos institucionais. Sair das categorias do tempo universal e unívoco e adentrar nos ritornelos, "que operam ao mesmo tempo em registros biológicos, sócioculturais, maquínicos, cósmicos, etc.", é uma possibilidade apontada por Guattari, como um modo heterogêneo de subjetivação.

Se memória é tempo e o tempo é criador de experiências e de realidades, podemos dizer que a memória (em suas funções de lembrar e de esquecer) é a base do conhecimento, mas podemos também dizer que ela nos proporciona adentrar em espaços outros, quando o pensamento se vê livre das representações, em busca da criação.

Imaginemos uma pirâmide, cuja base representaria a memória (e suas funções múltiplas, entre as quais, lembrar e esquecer), que é o *locus* de toda a comunicação (atividades comuns entre as pessoas), como um grande ***arquivo*** , através do qual as relações tornam-se possíveis. A base seria o sustentáculo dessa construção, sem a qual o ser humano deveria a cada instante recomeçar o processo de aprendizagem, que viabilizasse a comunicação. Para que um sistema de comunicação de informações torne-se possível, é necessário acrescentarmos à base os quatro lados da pirâmide, que representam as várias formas de inteligência. A inteligência, como faculdade de entendimento, é um fenômeno social e funciona como meio de troca e de transmissão de

[232] Ibid, p.21.

informações/memórias, suprindo aqueles que participam do processo de comunicação, que é, em última análise, a vida em sociedade.

Evidentemente, há uma seleção em jogo, pois, as diferenças individuais e culturais apresentam-se nas relações entre as pessoas, os grupos e as instituições. Cada pessoa detém um conjunto de informações/memórias, que são resultantes de suas experiências. No topo da pirâmide estão as emoções, que funcionam como motor da comunicação, buscando e levando informações para a base, a memória. No caminho entre o topo e a base estão as informações/memórias que os indivíduos produzem, trocam, comunicam, fazem circular, em processos mais ou menos interativos e conflitivos de socialização.

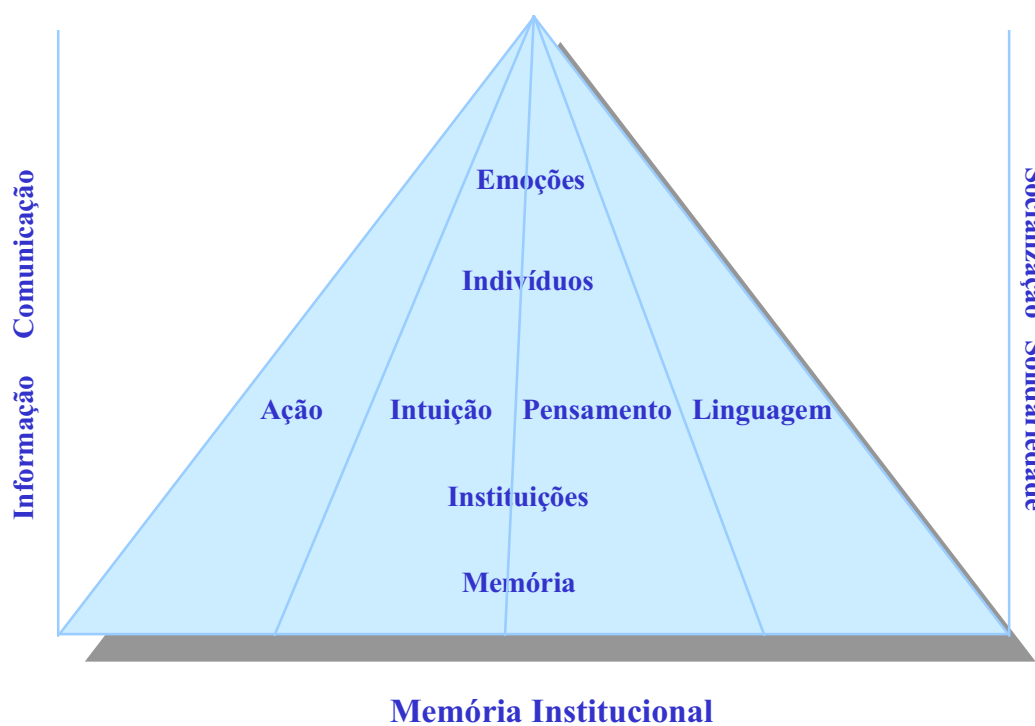
A essência ou o espírito da pirâmide, que faz com que ela perdure em equilíbrio, é a harmonia dos processos de comunicação social, materializada na solidariedade. O que não significa dizer que haja estabilidade e consenso nas relações sociais. Pois sabemos que a vida em sociedade passa por conflitos, crises, e, no extremo, pela guerra. Mas, idealmente, o que buscamos como coletividade é o equilíbrio das forças sociais e o crescimento conjunto da sociedade, em um processo de construção coletiva, que institui aquilo que se apresenta, no *socius*, como tendência.

No entanto, a tendência à destruição, que muitas vezes ocorre, é efeito dos ruídos e dos desencontros, dos choques e curtos circuitos energéticos, que têm lugar no corpo social. São escolhas individuais e coletivas, que dizem respeito aos relacionamentos entre as espécies, as nações, as cidades, as instituições, os grupos, as pessoas.

O que dá vida à pirâmide é o trabalho, entendido como energia em movimento. Tudo o que existe no universo/multiverso só existe em ação, em movimento, em devir. Essa é uma das formas da inteligência: laborar, agir, criar. E para assim proceder, como já explicado anteriormente, é necessário dispor de informações/memórias, que se multiplicam, se renovam, se acumulam no arquivo invisível do universo, uma espécie de memória-mundo onde tudo se conserva. Trata-se de transformar em sociais as exigências

da vida em sociedade, integradas e estratificadas nas instituições, que são construções sociais, tendências estendidas e limitadas a um só tempo. São escolhas sociais.

Podemos também imaginar uma pirâmide quando pensamos o conceito de *memória institucional*. Toda instituição só existe em processo e é da sua natureza comportar uma face instituída e outra instituinte. Ambas as faces são, na realidade, memórias e saberes, que interagem nas relações sociais, institucionais, inter-institucionais. O mecanismo é similar. A instituição é um corpo em processo e, como tal, necessita que suas células trabalhem solidárias para que o seu funcionamento seja padronizado (passível de se repetir) e criativo (que possa contemplar a diferença).

Memória Institucional

E isso porque, conforme já explicitado, as instituições retém aquilo que é fundamental para seu funcionamento. É ilusório pensar que as instituições existem como abstrações, pois nós as fazemos funcionar, com nossas idéias e valores fundamentais. Pertencemos e agimos em dispositivos que são criações sociais. Se não mudamos, as instituições também não mudam. Ao resistir à mudança, as instituições lutam para

preservar hábitos, valores, regras, comportamentos. Mas, apesar da estratificação dos saberes existentes, a mudança se impõe no tempo.

De onde viriam então as energias criadoras? Se falamos de um arquivo universal, de saberes instituídos e institucionalizados, tudo nos levaria a pensar apenas em termos de repetição do mesmo. Se olharmos para o mundo real, no entanto, veremos que não é bem assim que funciona. É preciso, pois, analisar o conceito de memória institucional como um híbrido, que comporta o mesmo e o outro.

Num jogo de relações e práticas múltiplas, há aquilo que é da ordem da repetição do mesmo, sem a qual a instituição fraqueja e se quebra, mas há também aquilo que difere, que a alimenta e realimenta. De que se trata? A memória está presente em ambos os casos, só que de forma diversa. No primeiro caso a repetição é identidade, representação; no segundo caso, podemos ver a interrupção da série, a descontinuidade e a produção do novo, do outro, do diverso.

A mudança institucional não acontece, na realidade, de forma simples. Quando se trata de instituição, há uma longa duração das práticas sociais, organizadas e codificadas em estratificações sedimentadas nas camadas do tempo. A instituição lança mão de uma tendência do ser humano, que é o hábito de contrair hábitos. A memória-hábito é um recurso que a instituição dispõe, e de forma análoga produz rotinas, que devem ser repetidas. E nesse processo de institucionalização das relações sociais o esquecimento se impõe.

No que diz respeito às instituições, há também um processo seletivo em curso, pois, se é da sua natureza estender e integrar as paixões e os interesses de forma parcial, oblíqua, transformando-os em regras gerais, há uma contraparte que não é integrada. Esta seleção se dá de forma crítica e em meio a inúmeras crises, onde o que está em jogo é a atualização de valores, regras e comportamentos, saberes e poderes. Para que

determinados dispositivos informacionais sejam preservados e reproduzidos, é preciso que outras informações sejam descartadas, mesmo que temporariamente. É nesse sentido que se pode falar que as instituições lembram e esquecem.

É também da natureza das instituições lidar com **crises**, em seu duplo sentido. Seja como lugar das práticas conflituosas, que são dimensionadas pela multiplicidade, pelo conjunto de indivíduos que delas fazem parte e nelas agenciam-se, sentido positivo e criador; seja como lugar de exclusão da diferença e da mudança, onde a crise toma o sentido da ameaça e, no limite, põe em questão valores institucionalizados. Nesse segundo aspecto, a mudança passa por processos de longa duração para que se efetue, pois via de regra é de cunho coletivo.

Se observarmos o funcionamento das instituições hoje existentes, remanescentes das antigas disciplinas, que emergiram no processo de industrialização, tais como a família, o Estado, a Igreja, a caserna, o hospital, a escola, o hospício, a prisão, a polícia, etc., compondo um conjunto mais ou menos homogêneo de práticas sociais, logo veremos a crise instalada em seu interior, agora nos dois sentidos acima descritos. Onde estarão localizados os focos dessa crise? É nosso entendimento que novas formas de organização da sociedade se impõem cada vez mais no tempo. Parece que vem ocorrendo, ao longo das últimas décadas, um intenso movimento, de amplo espectro, no sentido não apenas de rediscutir as funções dessas instituições, mas de abrir as portas desses dispositivos até então opacos em relação ao olhar da sociedade. A tentativa de afirmação de novos valores vem tomando corpo e coloca em questão práticas seculares vigentes na sociedade. Quais seriam essas práticas?

Não seria possível nem viável analisar *in totum* as instituições existentes em nossa sociedade, até porque não é este o objetivo desta pesquisa e, se fosse, seria necessário definir previamente alguma instituição e verticalizar o estudo, com ferramentas metodológicas apropriadas. Mas, é possível apontar para o processo mais amplo de institucionalização dessas práticas, que vêm funcionando nos últimos tempos, ou talvez

nos últimos séculos, senão de forma constante, pelo menos reverberando em vários aspectos que são comuns e que acabamos de descrever neste capítulo. O conceito de memória institucional para funcionar de forma consistente deve levar em conta tais aspectos.

4.2 Memória Institucional: um conceito híbrido

Em nossa linha de argumentação, desenvolvida desde o início desta pesquisa, vínhamos procurando o caminho que nos levaria, se possível, à saída do labirinto, sem o fio de Ariane a nos conduzir. O primeiro passo que nos moveu rumo aos objetivos, antes propostos, dizia respeito à (de) cisão fundamental quanto às linhas teóricas que norteariam a busca de ferramentas adequadas ao manejo de conceitos. Havíamos, desde o princípio, descartado a representação como modelo, o que nos pareceu simples, mas ao mesmo tempo complicado. Por que? Se já sabíamos, como explicitado no capítulo 1, que os conceitos não poderiam ser aprisionados a determinados modelos, já que são operadores do pensamento, como então propor modelos alternativos?

Para que não ficássemos paralisados na dúvida, fizemos dela uma desafio a ser enfrentado durante toda a pesquisa, no sentido de encontrar soluções, respostas ao problema que se tornou primordial, ou seja, como descrever um conceito sem cair nas armadilhas da tradição filosófica da representação que estávamos criticando? E esta não foi a única dificuldade. Se buscávamos soluções outras, como evitar conceitos reativos que viessem a cair nas redes da interpretação? Como afastar explicações que viessem a refletir o verdadeiro, fazendo da linguagem um *ato de autoridade*[233]?

Dizíamos desde o início que é preciso interrogar os conceitos para que tornem visíveis as condições de possibilidade de sua emergência, além de nos mostrarem os valores e a vontade de verdade que escondem (p.16). Como então evitar a repetição de equívocos que acabávamos de ressaltar?

---

[233] Nietzsche utilizou essa expressão para criticar os conceitos passivos, negativos e reativos, que refletem uma vontade de verdade do cientista e propõe uma filologia ativa, que "procura descobrir aquele que fala e aquele que nomeia. Quem é que se serve de tal palavra, a que é que a aplica em primeiro lugar, a si mesmo, a qualquer outro que escuta, a qualquer coisa e com que intenção? O que é que quer ao dizer tal palavra?" In: DELEUZE, G. *Nietzsche e a filosofia.* Op. cit., p.113-114.

Em função de todas essas questões que nos assaltavam o espírito, partimos para a construção de um plano de imanência, fluido e maleável, um horizonte onde os personagens conceituais pudessem expressar-se, em movimentos múltiplos. Esse plano não é representável, mas os elementos conceituais fazem conexão com outros elementos, formando um rizoma. A construção conceitual diz antes o movimento e não a forma. A busca de consistência conceitual nos levou a traçar e retraçar campos de construção, num processo de atualização de idéias muitas vezes fugidias: nem bem anunciavam-se ao pensamento e já desapareciam no vazio da noite. Com o passar do tempo, algumas nuvens se dissiparam, outras surgiram e muitas permaneceram. Com o ir e vir das águas, muitas vezes tempestuosas, compreendemos, na prática, que a opacidade é criadora de soluções, quando podemos dobrá-la, redobrá-la e desdobrá-la em favor da atualização de um virtual.

Tratava-se então de uma idéia de pesquisa (virtual) a ser atualizada, num campo problemático. O processo de atualização dessas idéias não seguia, como dissemos, linhas pré-estabelecidas, uma vez que não detínhamos um modelo. Tínhamos apenas problemas. Dizíamos que os conceitos são acontecimentos caóticos, pois são criados por exigência de determinados problemas não solucionados na esfera prática. Pensamos com representações, mas pensar não é representar. Pensar é problematizar. O conceito surge como resolução de problemas uma vez constituídos.

Decidimos então iniciar nossa argumentação procurando entender o processo de institucionalização das relações sociais (capítulo 2), para que pudéssemos perceber como as instituições emergem no seio da sociedade. Isto porque a literatura selecionada não nos oferecia uma compreensão das instituições, que tornasse possível incorporá-las ao conceito de memória institucional. A depender dos autores, a instituição se definia de maneira bastante diversa. Mas, isso não seria o mais problemático. A limitação maior que víamos nisso é que não poderíamos perceber os aspectos instituintes que permeiam as referidas instituições e que têm um caráter formalizador de realidades, de extremo valor para o conceito em construção. Deixá-los de fora da análise, em ações de resgate da

memória de qualquer instituição, significa ignorar as práticas sociais, que refletem as instituições. Nesse caso, no máximo teríamos delineado uma memória organizacional, restrita e limitada a um conjunto de ações sistemáticas, voltadas para a recuperação do passado em atividades do tempo presente, que determinariam a maior ou menor eficácia da organização.

Outra decisão tomada, desde o início desta investigação, diz respeito à abordagem das instituições das mais variadas espécies, para que pudéssemos analisá-las no âmbito do processo de industrialização, que serviu de berço para a sua quase totalidade. Isto porque, conforme já explicitado em vários momentos, a era industrial formou e formatou o corpo social, que deveria ser docilizado para as novas formas de trabalho então emergentes. Apesar do risco de permanecer num quadro de análise amplo, optamos por ampliar a visão num leque aberto, sem qualquer pretensão de generalizar esse quadro conceitual.

E foi com a intenção de estabelecer as diferenças entre organização e instituição que buscamos na literatura diversas teorias que representam as múltiplas visões sobre uma e outra, que procuramos descrever no capítulo 2. Embora uma vez mais não haja consenso sobre esta diferenciação, consideramos importante indicar alguns pontos que servem de diferenciadores entre uma e outra, para que não venhamos a perder consistência. Como personagens conceituais, organização e instituição não podem ser confundidos. Entendemos que o conceito de memória institucional ganharia em ritmo na medida em que pudéssemos separar o plano organizacional do plano institucional. Se a instituição atualiza-se na organização, torna-se imprescindível problematizar tais noções, para que a crítica da instituição não tome como alvo o plano da organização. Trata-se assim de recriar práticas e valores que se instituem no campo social, como ações finalizadas, que dizem respeito ao campo institucional. Evitaríamos dessa forma circunscrever a análise ao conjunto dos meios, que constituem a organização das instituições concretas.

Nesse sentido, se estamos problematizando as instituições em geral, e as instituições totais (sentido de Goffman), ou as instituições de encarceramento/disciplinares (sentido de Foucault), em especial, as questões a serem formuladas não podem restringir-se aos meios que tornam possível o alcance de objetivos. É preciso centrar o foco sobre as funções das forças, que são formalizadas, e que dizem respeito ao campo institucional. Tais questões estariam mais próximas do *quando, por que* e *como*, numa determinada época, foi possível criar instituições com a finalidade de vigiar, punir, tratar, curar, corrigir, educar, governar, policiar, etc. As instituições são integradoras e formalizadoras de práticas e comportamentos, com a função inicial de fixar enunciados para, em seguida, reproduzi-los.

Nesse sentido, é imprescindível distinguirmos a dimensão instituinte, da dimensão instituída. Para o conceito de memória institucional precisamos descobrir qual o elemento - informe num primeiro momento - que produzirá, enquanto efeito, a emergência das instituições. O que faz com que determinadas instituições emerjam e se reproduzam com uma determinada finalidade formalizadora? Porque o processo de institucionalização é também a atualização de um virtual, uma integração de forças que, a princípio, não têm finalidade, mas ganham essa finalidade quando atualizadas.

Para que novos valores surjam no âmbito da crítica, é preciso que essas questões sejam respondidas, e mais, que possamos dar um salto qualitativo e avançar para novas formas de convívio nas cidades, onde estão as instituições, cada vez mais deterioradas. Não podemos esquecer que a instituição é um corpo e, como tal, é finito. É uma força que entra em relação com outras forças. Um corpo social constitui-se de forças em permanente tensão. Como fenômeno múltiplo, o corpo social é constituído de forças ativas e reativas, mas também hierárquicas, em atividade, em ação. Tais forças em atividade têm o poder de transformação, mais que de formação e de formalização. E o

tempo atravessa essas forças em metamorfose. A mudança institucional via de regra é lenta, mas acontece.

Inútil lamentar a falência e a morte das instituições, pois o devir das forças em relação e a resistência dos corpos fazem surgir outros tipos de dispositivos. O que estaria surgindo no ciclo de morte das instituições disciplinares? O modelo do encarceramento, que se expressa em meios isolados e fechados, descontínuos, que procede por individuação em série, por moldagem, está falido. Basta observarmos o funcionamento das instituições remanescentes da disciplinarização da sociedade industrial capitalista, tais como o hospital, o asilo, o hospício, a igreja, o exército, a prisão, a polícia. Na medida em que a atualização e a integração de forças evanescentes nunca é total, há sempre uma franja de virtualidade que abre espaço para o novo, para o devir, corroendo por dentro as instituições. É preciso então problematizar outras formas de vida no campo social. Porque no momento em que ocorrem distúrbios na ordem estratificada, o corpo institucional se desagrega e as forças integradas agenciam-se com outras forças.

Como já explicitado anteriormente, a memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições. É através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento. Há um processo seletivo que se desenvolve segundo regras instituídas e que variam de instituição para instituição. Tendo em vista que as instituições funcionam em rede no campo social, o limite de uma instituição é outra instituição. E as informações relevantes para a recuperação da memória institucional devem ser, por isso, buscadas não apenas nos materiais e fontes internas, mas fora dos muros institucionais. A memória institucional está em permanente elaboração, pois é função do tempo.

Haveria outra maneira de pensar o conceito de memória institucional? Entendemos que possivelmente existem muitas outras formas de construção dessas memórias. As instituições hoje parecem estar preocupadas com suas imagens perante a sociedade, razão pela qual estão promovendo a divulgação de sua produção e de suas realizações, muitas

vezes lançando mão de recursos tecnológicos pesados, com alto poder de impressão sobre o público, ávido de consumo. Mas, é preciso ainda transpor muitos obstáculos para que possamos dispor dessas memórias, que são em última análise nossas memórias. Precisamos começar a entender a memória como singularidade e não mais como retenção de informações.

Ao contrário do que costumamos pensar, nós somos e fazemos as instituições. E a memória institucional é o reflexo dessa trajetória, não como *mimesis*, mas um cristal com suas múltiplas e infinitas facetas. É também uma memória histórica, efeito dos condicionamentos e das formações históricas. Ao invés de ficarmos no registro das causas, é preciso lançar as idéias no seio das indeterminações, onde é necessário escolher, afirmar a divergência produzida pelo próprio problema. A resolução do problema então será a criação.

Se pensarmos em produzir uma subjetividade livre, é importante que, desde agora, possamos interiorizar o futuro, numa operação de cumprimento de uma promessa, como Nietzsche assinalou na sua Genealogia da Moral. Uma memória transcendental, que fala de um tempo futuro e que nos é facultada por uma promessa. Toda promessa embute uma memória, mas uma memória do amanhã. Feita a promessa, precisamos cumpri-la no momento atual e a memória é indispensável para que possamos dispor do amanhã. Esquecendo, mostramos que não podemos dispor das próprias forças.

Se as instituições estão em crise, (e aqui falamos de crise não no sentido produtivo do termo, que é comum à vida em sociedade, mas de um sentido desestruturador), fato que parece inegável, é imprescindível que suas portas estejam abertas à sociedade, em termos de transparência de seu funcionamento. Uma coisa é certa: tudo aquilo que esteve durante séculos protegido pelo manto da legitimidade, em forma de segredo, censura ou exclusão, hoje está sofrendo fortes pressões para abertura e entrada de luz. Para melhor ou para pior, o muro que há centenas de anos separava o público do privado está com os

dias contados. Entendemos que este acontecimento é um indício de mudança social. São as instituições que, em última análise, definem o que é público e o que é privado.

Reinventar novas formas de socialização, que possam evitar a dissolução do social, nesses tempos de incerteza face à precarização do trabalho, de exclusão do mercado de uma imensa massa de indivíduos, de exacerbação do consumo e do fim das proteções sociais. Tarefa gigantesca, quando pensamos nas atuais circunstâncias de redefinição de papéis, face às novas formas de organização da sociedade, às transformações econômicas, às mutações institucionais. Precisamos rediscutir o social, para que possamos atualizar processos de socialização, no âmbito das cidades onde inventamos nossas culturas.

A memória institucional, tal como é vista nesta pesquisa, remete-nos a experiências híbridas, que incluem e excluem no social. Na perspectiva do tempo, seria o retorno reelaborado de tudo aquilo que contabilizamos na história como conquistas, legados, acontecimentos, mas também vicissitudes, servidões, escuridão. E, mais importante, ainda, por mais paradoxal que possa parecer, precisamos construir uma memória institucional no tempo presente, o único de que dispomos, já que o passado já passou, e o futuro está em nossas mãos.

Nossas instituições são e serão sempre aquilo que agenciamos coletivamente, no heterogêneo. Para melhor, ou para pior, são invenções, artifícios, tendências. Nesse sentido, se quisermos avançar para além do desenvolvimento técnico, seria prudente então estabelecermos novos nexos entre o passado e o presente, para que possamos também produzir acontecimentos, para além dos dispositivos institucionais que marcaram a história da humanidade nos últimos cem anos.

Mas, para que seja possível inventar um novo *social*, conjurando os modelos da disciplina e do controle dos corpos e, para que um dia possamos falar de memória das instituições do terceiro milênio, hoje ainda deveríamos problematizar novas paisagens

em nossas cidades, onde a lembrança das dores de nossos espíritos seja matéria de questionamento na criação de novas formas de vida, pois que o pensamento terá inventado uma ética da solidariedade que, libertando o outro, nos libere para o possível. Trata-se de produzir uma memória do futuro no jogo do acaso. Ou, como sugerido por Guattari[234], restaurar uma "Cidade subjetiva que engaja tanto os níveis mais singulares da pessoa quanto os níveis mais coletivos", reinventando o devir humano.

[234] GUATTARI, F. *Caosmose; um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

Conclusões

No momento em que damos por finalizada uma tese, supomos que chegamos a um porto. No entanto, o pensamento não acompanha, no mesmo ritmo, o processo de pesquisa. Ele insiste em continuar a viagem. A sensação de incompletude nos assusta. Por esta razão, estamos nos defrontando com as próprias idéias desenvolvidas nesta investigação, no sentido de (re) ver, à luz das primeiras intenções, alguns pontos que consideramos susceptíveis de serem ressaltados.

Desde o início dos trabalhos ora concluídos com esta monografia, ou até mesmo antes, quando sequer sabíamos como dissipar um intenso nevoeiro que encobria nossos olhos, tínhamos uma determinada idéia sobre as instituições e seu funcionamento na sociedade. Podemos dizer agora, sem medo de errar, que fizemos descobertas - para nós - surpreendentes. Em primeiro lugar, não havíamos percebido que as instituições refletem as diferentes maneiras que as sociedades, na perspectiva do tempo, imprimem à sua trajetória histórica. Tal descoberta somente tornou-se possível, em virtude de encontros que fizemos com autores, professores, colegas, amigos e, por que não dizer, instituições.

Frutos do acaso, esses agenciamentos, quase sempre caóticos, levaram-nos a rever, revirar e redefinir os caminhos da pesquisa. Não que tivéssemos um caminho traçado, de fato não dispúnhamos, naquele instante primeiro, de qualquer definição prévia. No entanto, se a visão sobre as instituições - até então pensadas como eminentemente repressoras, coercitivas e totalitárias - sofria reviravolta completa, tornava-se imprescindível, de imediato, lançar o olhar para adiante, em direção ao fenômeno da memória. Apesar de estudarmos o tema da memória há pelo menos 10 anos, uma vez mais nos deparamos com questões bastante intrincadas, relacionadas à memória e suas inúmeras virtualidades.

E não foi o bastante. Sabíamos de pronto que a construção de conceitos é tarefa pesada, para ficarmos apenas neste adjetivo. Com o apoio da literatura de filosofia, especialmente, de Foucault, Deleuze e Guattari, supúnhamos que havia alternativas ao modelo clássico da representação, mas, o fato de termos consciência desta possibilidade somente agravava as coisas, tornando ainda maior este desafio. Isto porque os referidos autores dedicaram suas vidas à reflexão filosófica e ao tratamento de conceitos.

Como então, face a tantas surpresas, levar adiante esta tese, quando tudo parecia desfazer-se, logo após os primeiros raios de luz que surgiam? Decidimos buscar as soluções para os problemas que surgiam, somando-se aos já existentes, passo a passo. Procuramos uma certa mobilidade, num território indefinido, fazendo da formação do conceito de *memória institucional* uma proposta de vida, sem, no entanto, omitir os aspectos mais obscuros dos efeitos do poder na vida em sociedade. As soluções encontradas, de certa forma, nos pareceram insuficientes, sob alguns pontos de vista.

Perguntávamos se seria possível desenvolver ferramentas adequadas à Representação da Informação, disciplina voltada para a organização do conhecimento e para o tratamento de conceitos. Durante o desenrolar da pesquisa, percebemos que a pergunta foi mal colocada e não cabia no âmbito desta tese. A resposta seria outra tese. No máximo, a esse respeito, poderíamos suscitar reflexões sobre a tarefa de organizar e classificar, pois ela é sempre política.

A linha de pesquisa denominada *Representação da Informação*, ao que parece, não pode furtar-se às questões que dizem respeito às relações entre a informação e sua representação, e entre esta representação e o universo do conhecimento, em permanente expansão. Para desincumbir-se da tarefa de recuperar informação relevante às diferentes comunidades usuárias, precisamos dispor de sistemas de classificação, em processo de constante atualização. A alternativa possível, que vem sendo perseguida por inúmeros

pesquisadores – a indexação automática, que utiliza a linguagem natural – parece estar longe de resolver os problemas que dela decorrem, como a polissemia e a recuperação do chamado *lixo informacional*. Os problemas tornam-se, ainda, mais graves, uma vez que a informação ganhou, nas últimas décadas, o espaço das redes de comunicação, de ordem planetária. Mas, se representar é preciso, resta então insistir na busca de soluções que possam minimizar os esforços que os usuários despendem, em busca da especificidade da informação.

O conceito de memória institucional, com seus virtuais elementos conceituais, não foi definido de modo sistemático, como via de regra seria esperado. Entendemos que defini-lo desta forma seria limitá-lo à esfera representativa, tornando nosso objeto impermeável às iniciativas de resgate da memória de instituições singulares, com suas formações específicas e seus personagens próprios. No entanto, a decisão de deixar este conceito aberto não eliminou a angústia e a frustração que ocorrem sempre que ousamos em nossos objetivos. Assim, conscientes do risco assumido, esperamos ter aberto caminho para outros pesquisadores, interessados em problematizar o funcionamento de determinadas instituições, para além do plano organizacional, mais simples de ser mapeado, mas insuficiente para dar conta das questões menos visíveis, características do plano institucional.

Ademais, se o conceito é um operador do pensamento; se tem componentes que podem ser tomados como conceitos; se remete a outros conceitos com os quais forma zonas de vizinhança, assumindo, assim, novos contornos, não seria prudente encerrá-lo nos limites de uma tese. Além disso, aprendemos com Deleuze e Guattari que o conceito remete sempre a um problema, sem o qual não tem sentido. Cabe, então, aos pesquisadores, interessados no tema da memória institucional, definirem seus próprios problemas de pesquisa, bem como a seleção das ferramentas teóricas e metodológicas a serem utilizadas. De acordo com nossa compreensão do fenômeno da memória, cada um decidirá o que deve ser lembrado e o que deve ficar em suspenso, na perspectiva do tempo.

Por fim, entendemos que o conceito de memória institucional, que constituiu o objeto desta tese, está nas linhas e entrelinhas, nos discursos dos autores, entre os personagens conceituais que povoam a escrita, que ora interrompemos. Mas está, também, em cada indivíduo e em cada instituição, sendo construído e reconstruído a cada dia de nossas existências.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, J.A.G. *Metáforas da desordem; o contexto social da doença mental.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

AMARAL, M. T. Informática e cultura: o impacto da informatização da sociedade. *Revista do PHAN,* n. 20, p.107, 1984.

AUBENQUE, P. *El problema del ser en Aristóteles.* Madrid: Taurus, 1984.

AUDOUZE, J.:CASSÉ, M.; CARRIÈRE, J.C.. *Conversas sobre o invisível; especulações sobre o universo.* São Paulo: Brasiliense, 1991.

AZEVEDO, F. de. *A cultura brasileira.* 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BADIOU, A. *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BADIOU, A. *Para uma nova teoria do sujeito; conferências brasileiras.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BARBOSA, W. do V. Tempos pós-modernos. In: LYOTARD, J. F. *O pós-moderno.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

BELKIN, N. J.; ROBERTSON, S. E. Information science and the phenomena of interest to information science. *The Information Scientist,* n.9, p. 127-140, 1975.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas.* São Paulo: Brasiliense, 1985. 3v.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política; ensaio sobre literatura e história da cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERGER, P. L.; BERGER, B.. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. DE S. (org.). *Sociologia e sociedade; leituras de introdução `a sociologia.* Rio de Janeiro, São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1983.

BERGSON, H. *A evolução criadora.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BERGSON, H. As *duas fontes da moral e da religião.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BERGSON, H. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência.* Lisboa: Edições 70, 1988.

BERGSON, H. *Matéria e memória; ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.* São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BERGSON, H. O pensamento e o movente. In: OS PENSADORES. São Paulo, Abril Cultural, 1974. v.38.

BOBBIO, N. *Poder/ /autoridade* - Estado-guerra. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v.14.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade; lembranças de velhos.* São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

BUSH, V. As we may think. *Atlantic Monthly,* 88 (7): 101-8, 1945.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale; une chronique du salariat.* Paris: Fayard, 1995.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. *Os destinos do totalitarismo e outros escritos.* Porto Alegre: L & PM, 1985.

CHÂTELET, F. *Uma história da razão; entrevistas com Émile Nöel.* Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER-KOUCHNER, E. *História das idéias políticas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o estado; pesquisas de antropologia política.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

COSTA, A.F.C. Ciência da informação; o passado e a atualidade. *Ciência da Informação,* Brasília, v. 19, n. 2, p. 137-143, jul./dez. 1990.

DARNTON, R. *O grande massacre do gatos e outros episódios da história cultural francesa.* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DELEUZE, G. *A lógica dos sentidos.* São Paulo: Perspectiva, 1974.

DELEUZE, G. *Conversações.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. *Diferença e repetição.* Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G. *El bergsonismo.* Madrid: Ed. Cátedra, 1987.

DELEUZE, G. *Empirisme et subjectivité.* Paris: PUF, 1988.

DELEUZE, G. *Espinoza e os signos.* Porto: Rés, s.d.

DELEUZE, G. *Foucault.* São Paulo: Brasiliense, 1991.

DELEUZE, G. Hume. In: CHÂTELET, F. (org.). *História da filosofia.* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

DELEUZE, G. *Nietzsche e a filosofia.* Porto: Rés, s.d.

DELEUZE, G. *Nietzsche.* Lisboa: Edições 70, s.d.

DELEUZE, G. Qu'est-ce qu'un dispositif? In: MICHEL Foucault philosophe. Rencontre Internationale, 1988, Paris. Paris: Seuil, 1988.

DELEUZE, G. Signos e acontecimentos (Entrevista realizada por R. Bellair e F. Ewald). In: ESCOBAR, C. H. DE. *Dossier Deleuze.* Rio de Janeiro: Hólon Ed., 1991.

DELEUZE, G. *Spinoza: filosofia practica.* Barcelona: Tusquets Ed., 1984.

DELEUZE, G. (org.). *Textes et documents philosophiques.* Paris, Hachette, 1955.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs; capitalismo e esquizofrenia.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v.2: Os postulados da linguística.

DELEUZE, G.; GUITTARI, F. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, l992.

DETIENNE, M. *Os mestres da verdade na Grécia arcaica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

DONZELOT, J. *L' invention du social.* Paris: Fayard, 1984. p. 18: La question sociale.

DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. *Dicionário de filosofia.* São Paulo: Papirus, 1993.

ECO, H. El antiporfírio. In: VATTIMO, G.; ROVATTI, P. (ed.). *O pensamento débil.* Madrid, Cátedra, 1988.

ELIADE, M. *Imagens e símbolos; ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso.* São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ELIADE, M. *O mito do eterno retorno; arquétipos e repetição.* Lisboa: Edições 70, 1988.

ELIADE, M. *O sagrado e o profano: a essência das religiões.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ETZIONI, A. *Organizações modernas.* São Paulo: Pioneira, 1974.

FARRADANE, J. The nature of information. *Journal of Information Science,* v.1, n.1, p. 13-17. 1979.

FERRARI, S. Organizações eclesiásticas. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política.* Brasília: Universidade de Brasília; Linha Gráfica Ed., 1991.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso.* São Paulo: Ed. Loyola, 1996. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas.* Rio de Janeiro: Nau, 1996.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas.* São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 271-272: Trabalho, vida e linguagem.

FOUCAULT, M. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault; un parcours philosophique.* Paris: Gallimard, 1984.

FOUCAULT, M. *Dits et Écrits; 1954-1988.* Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade.* Rio de Janeiro: Graal, 1984. v. 2: O uso dos prazeres.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 292: A governamentalidade.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. 141-142: Sobre a prisão.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. 271-272: Trabalho, vida e linguagem.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1993. p.28: Nietzsche , a genealogia e a história.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1993. p.14: Verdade e poder.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. 175:Genealogia e poder.

FOUCAULT, M. Omnis et singulatim: por uma crítica da "razão política". *Novos estudos CEBRAP,* n. 2, mar. 1990.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir; nascimento da prisão.* Petrópolis, Vozes, 1987.

FOULCAULT, M. Espaço e poder. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* n. 23, 1994.

FREDDI, G. Teoria da organização. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política.* Brasília: Universidade Brasília; Linha Gráfica Ed., 1991.

GIDDENS, A *As Conseqüências da modernidade.* São Paulo: UNESP, 1991.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões, conventos.* São Paulo: Perspectiva, 1987.

GONZALES DE GOMES, M.N. Além do estado e do mercado; a busca de novos parâmetros de institucionalização da informação. *Revista do Servidor Público*, v.119, n.3. Brasília: ENAP, 1994.

GUATTARI, F. *Caosmose; um novo paradigma estético.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

HÉRITIER, F. Parentesco. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v.20.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUME, D. *Tratado de la naturaleza humana; ensayo para introducir el método del razonamiento experimental en los asuntos morales.* Madrid: Calpe, 1923.

IFRAH, G. *Histoire universelle des chiffres; l' intelligence des hommes racontée par nombres et le calcul.* Paris: Ed. Robert Laffont, 1994.

JANET, P. *L' evolution de la mémoire et de la notion du temps.* Paris: A Chahine, 1928. (L'organization du temps, 3).

JAPIASSU, H. & MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

JAPIASSU, H. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

KAFKA, F. *Na colônia penal.* São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

KOYRÉ. *Estudos de história do pensamento científico.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. Leonardo Da Vinci 500 anos depois.

LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia.* São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LATOUR, B. Joliot: a história e a física. In: SERRES, M. (org.). *Elementos para uma história das ciências.* Lisboa: Terramar, 1986.

LATOUR, B. Pasteur e Pouchet: heterogênese da história das ciências. In: SERRES, M. (org.). *Elementos para uma história das ciências.* Lisboa: Terramar, 1986.

LAUFER, R.; SCAVETTA, D. *Texte, hypertexte et hypermédia.* Paris: PUF, 1992.

LE GOFF, J. Memória e história. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v.1.

LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia; contribución a la teoría de las representaciones.* México: Fondo de Cultura Economica, 1983. p.32: El concepto de representación.

LEVI, L. Regime político. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, G. *Dicionário de política.* Brasília: Universidade de Brasília; Linha Gráfica Editora, 1991. v. 2.

LÉVY, P.A. A invenção do computador. In: SERRES, M. (org.). *Elementos para uma história das ciências.* Lisboa: Terramar, 1986.

LORAUX, N. *A invenção de Atenas.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LYOTARD, J. F. *O pós-moderno.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MACHADO, R. et al. *Danação da norma; medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal, 1978. (Saber e Sociedade, 3).

MIKAILOV, A; CHERNYI, A O; GILIARESKII, R S . Informatics - new name for the theory of scientific information. *FID News Bulletin*, 17 (7): 70-4, 1967.

MIRANDA, J. A. B. Apresentação; Nota 7. In: BELL, D. *A condição pós-moderna..* Lisboa: Gradiva, 1989.

MORAN, J.M. Influência dos meios de comunicação no conhecimento. *Ciência da Informação,* v.23, p. 233-238, maio/ago. 1994.

MOREL, R. L. de M. *Ciência e estado: a política científica no Brasil.* São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

MUMFORD, L. *A cidade na história; suas origens, suas transformações, suas perspectivas.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NAMER, G. *Mémoire et societé*. Paris: Méridien, 1987. Les institutions de mémoire culturelle.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro.* São Paulo: Hemus, 1981.

NIETZSCHE, F. *O livro do filósofo.* Porto: Rés, 1984.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral; um escrito polêmico.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

NIETZSCHE, F. Obras incompletas. Seleção de textos de G. Lebrun. In: OS PENSADORES. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NORA, P. *Les lieux de mémoire.* I Republique. Paris: Gallimard, 1984.

OPPO, Anna. Socialização política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, G. *Dicionário de política.* Brasília: Universidade de Brasília; Linha Gráfica Editora, 1991. v. 2.

ORLANDI, E.P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos.* Campinas: UNICAMP, 1993.

PERROT, M. *Os excluídos da história; operários, mulheres e prisioneiros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, M. O*s excluídos da história; operários, mulheres e prisioneiros.* São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 61: As três eras da disciplina industrial na França do século XIX.

PERROT, M. *Os excluídos da história; operários, mulheres, prisioneiros.* São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 44-45: Os operários e as máquinas na França durante a primeira metade do século XIX.

PETITOT, J. *Local / global.* In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985. v.4.

PETITOT, J. *Centrado/acentrado* - Organizações acentradas. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. V.13

PIAGET, J. *The child's conception of time.* London: Routledge & Kegan Paul, 1969.

POPPER, K. *Conhecimento objetivo.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p.108: Epistemologia sem um sujeito conhecedor.

PRIGOGINE, I.; *Limiar* - Sistema. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v.26.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *Organização* - Sistema . In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v.26.

ROSENFIELD, I. *A invenção da memória; uma nova visão do cérebro.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

ROSS, D. *Aristóteles.* Lisboa: Don Quixote, 1987.

ROSSET, C. *Lógica do pior.* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

ROSZAK, T. *O culto da informação; o folclore dos computadores e a verdadeira arte de pensar.* São Paulo, Brasiliense, 1988.

ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos históricos.* Rio de Janeiro, v.9, n.17, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade.* Porto: Ed. Afrontamento, 1994. p. 299: O estado e os modos de produção do poder social.

SARACEVIC, T. Information science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P; CRONIN, B. (ed.). *Conceptions of library and information science.* Los Angeles, Taylor Grahan, 1992. Proceedings of the COLIS Conference Tampère, 1991.

SENNETT, R. *Carne e pedra; o corpo e a cidade na civilização ocidental.* Rio de Janeiro: Record, 1997.

SERRES, A. Hypertexte: une histoire a revisiter. *Documentaliste-Sciences de l'information,* v. 32, n.2, 1955.

SERRES, M. *A comunicação.* Porto: Rés, s.d.

SHANNON, C.E.; WEAVER, W. *A teoria matemática da comunicação.* São Paulo, Rio de Janeiro; Difel, 1975.

THOMPSON, A.; FRISH, M.; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase; estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial.* Barcelona: Ed. Crítica, 1979. p. 241: Tiempo, disciplina y capitalismo.

THUILLIER, P. *De Arquimedes à Einstein; a face oculta da invenção científica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1994: Leonardo Da Vinci e o nascimento da ciência moderna.

TRAGTENBERG, M. *Burocracia e ideologia.* São Paulo: Ática, 1980.

VARRET, G. *Pour une science de l'information comme discipline rigouresse.* Paris: Les Belles Lettres, 1987.

VELTZ, P. O trabalho-comunicação. In: WITKOWSKI, N. *Ciência e tecnologia hoje.* São Paulo: Ensaio, 1994.

VEYNE, P. *Como se escreve a história.* Lisboa: Edições 70, 1987.

VIRILIO, P. *Velocidade e política.* São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D.D. *Pragmática da comunicação humana; um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação.* São Paulo: Cultrix, 1989.

WEBER, M. Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída. In: OS PENSADORES. São Paulo: Abril Cultural, 1974. v.37.

WEIL, S. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

WEINER, N. *Cibernética e sociedade; o uso humano de seres humanos.* São Paulo: Cultrix, 1978.

WELLISH, H. From information science to informatics; a terminological investigation. *Journal of Librarianship*, v.4, n.3, p. 156-187, 1972.

WHITROW, G.J. *O tempo na história; concepções do tempo da pré-história aos nossos dias.* Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

WITKOWSKI, N. *Ciência e tecnologia hoje.* São Paulo: Ensaio, 1994.

ZUMTHOR, P. *Tradição e esquecimento.* São Paulo: Hucitec, 1997.